



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI - UNIVATES
CENTRO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**ANÁLISE DE DISCURSO: O GOVERNO DONALD TRUMP E A
SECURITIZAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL NORTEAMERICANA**

Tamara Sopelsa

Lajeado, novembro de 2017.

Tamara Sopelsa

**ANÁLISE DE DISCURSO: O GOVERNO DONALD TRUMP E A SECURITIZAÇÃO
DA IDENTIDADE NACIONAL NORTEAMERICANA**

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, do curso de Relações Internacionais da Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Borne Ferreira

Lajeado, novembro de 2017

Tamara Sopelsa

**ANÁLISE DE DISCURSO: O GOVERNO DONALD TRUMP E A SECURITIZAÇÃO
DA IDENTIDADE NACIONAL NORTEAMERICANA**

A Banca examinadora abaixo aprova a Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II, na formação específica em Relações Internacionais, da Universidade do Vale do Taquari UNIVATES, como parte da exigência para a obtenção do grau de Bacharela em Relações Internacionais:

Prof. Dr. Thiago Borne Ferreira – orientador
Universidade do Vale do Taquari

Professor avaliador 1

Professor avaliador 2

Lajeado, novembro de 2017

RESUMO

A ascensão de lideranças mundiais caracterizadas por possuírem um perfil populista e com propostas e projetos olhando para suas economias locais, e as suas postulações para as presidências de seus respectivos países, gerou inquietações sobre os fenômenos que garantiram tal ascensão ao poder. Nesse sentido, objetiva-se compreender e analisar os discursos do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante as eleições primárias e secundárias e suas ações até o presente momento. Busca-se compreender a concepção de identidade nacional expressa nos discursos do atual presidente estadunidense a respeito das políticas de segurança societal, referente a problemática da imigração nos Estados Unidos. Utilizando a metodologia de análise de discurso e o método desenvolvido por Norman Fairclough, chamado de Crítica do Discurso e o conceito de securitização societal desenvolvido por autores da Escola de Copenhague, questionou-se sobre o porquê de o presidente Donald Trump utilizar o discurso anti-imigração como justificativa de proteção a identidade nacional norteamericana? Confirmou-se as hipóteses de que a identidade norteamericana não está sendo perdida devido a entrada de imigrantes ao seu território, tampouco que estes imigrantes trazem consigo sua cultura violenta gerando, dessa forma, insegurança, e que os imigrantes roubam as vagas laborais dos americanos nativos.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Segurança Societal. Imigração. Donald Trump

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Concepção tridimensional de Norman Fairclough (2006).....	21
Figura 2. Formação territorial dos Estados Unidos no século XIX.....	36
Figura 3. Composição étnica nos Estados Unidos de 1901-1920 e 1980-1993	53
Figura 4. Taxa de encarceramento de homens com 18-39 anos de 1980-2010	72
Figura 5. PIB trimestral dos Estados Unidos entre 2013-2017	75
Figura 6. Taxa de participação da força laboral por raças em 2016.....	78
Figura 7. Nível educacional por etnia dos adultos maiores de 25 anos em 2016.....	79
Figura 8. Taxa de emprego desde uma perspectiva da ocupação laboral e etnia em 2016	80
Figura 9. Setores da economia e imigrantes ilegais em 2016	81
Figura 10. Perfil dos que consideram o NAFTA um acordo bom ou ruim em 2017...	84

LISTA DE TABELA

Tabela 1. Fluxo migratório de 1700-1775.....	32
Tabela 2. Número de pessoas que receberam o visto de permanência nos Estados Unidos em 1945	42
Tabela 3. PNB total e per capita das potências em 1950 (em dólares de 1964)	45
Tabela 4. Fluxo migratório de 1950-1969.....	47
Tabela 5. Origem dos imigrantes entre 1968-2000 e 1996-2000	54
Tabela 6. Censo de 2000 etnias populacionais nos Estados Unidos	55
Tabela 7. Deportação de estrangeiros e agência responsável por operação: 2002-2006	58
Tabela 8. Origem dos imigrantes apreendidos: 2002-2006.....	59
Tabela 9. Registro de imigrantes removidos ou retornados: 1993-2016	62
Tabela 10. Programa DACA e origem das crianças beneficiadas em 2015	64
Tabela 11. Regiões com maiores aumentos imigratórios de 2010 a 2016	65
Tabela 12. Taxa de aumento de imigrantes em 2010	65
Tabela 13. Número de imigrantes por estado em 2016.....	66

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ANÁLISE DE DISCURSO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
2.1 LINGUAGEM COMO MÉTODO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	13
2.2 CRÍTICA DO DISCURSO E SECUTIRIZAÇÃO SOCIETAL	18
3. ANÁLISE HISTÓRICA DO FENÔMENO MIGRATÓRIO E DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA NORTEAMERICANA	28
3.1 PERÍODO COLONIAL (1700-1776)	29
3.2 DA INDEPENDÊNCIA À GUERRA CIVIL (1776-1882)	33
3.3 DA GUERRA CIVIL À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL (1885-1945)	38
3.4 GUERRA FRIA (1946-1979)	43
3.5 DO FIM DA GUERRA FRIA À ELEIÇÃO DE DONALD TRUMP (1979-2016)	49
4. ANÁLISE DE DISCURSO DO PERÍODO ELEITORAL DE DONALD TRUMP	68
4.1 ANÚNCIO DE CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DOS ESTADOS UNIDOS (15/07/2015)	68
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
REFERÊNCIAS	92

1. INTRODUÇÃO

A ascensão de lideranças governamentais de caráter populista propondo projetos com o foco no desenvolvimento local e a negação ao estrageiro, despertou o interesse de diversos grupos sociais descrentes nas propostas de recuperação econômica e social dos governos anteriores, gerando, por um lado, temor a uma parte destas populações e, por outro, esperança aos que ainda não haviam se recuperado da crise de 2008. O presente trabalho tem como finalidade compreender e analisar os discursos do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, durante as eleições primárias e secundárias e até o presente momento. Objetiva-se compreender a concepção de identidade nacional expressa nos discursos do atual presidente estadunidense a respeito das políticas de segurança societal, referente a problemática de imigração nos Estados Unidos. Para isso, nesse sentido, utiliza-se a metodologia de análise de discurso e o método desenvolvido por Norman Fairclough, chamado de Crítica do Discurso e o conceito de securitização societal utilizado pela Escola de Copenhague. Por último, através da análise de discurso emitidos pelo presidente Donald Trump, busca-se compreender as concepções geradas com a problemática migratória e as consequências econômicas, laborais e da perda de identidade.

Desde a nomeação pelo partido Republicano do empresário Donald Trump à presidência dos Estados Unidos, muitas análises foram realizadas a respeito da mudança de postura dos Estados Unidos frente às problemáticas mundiais e a uma maior preocupação com a sua política doméstica (KLEINFELD, texto digital). Muitas declarações realizadas por Donald Trump, pré e pós eleição presidencial, evidenciam uma vontade de afastamento dos Estados Unidos no cenário mundial e postura isolacionista por parte do atual governo estadunidense (ROTHKOPF, texto digital). Somado a isso, Donald Trump explicitou sua preocupação com o futuro da identidade nacional norte-americana e, caso fosse eleito, justificava que a alternativa para que a “América fosse grande novamente” (2015, texto digital) seria a restrição de imigrantes do território estadunidense e a expulsão de imigrantes ilegais.

À luz da conjuntura política internacional atual, muitos líderes em diferentes países do mundo trazem à tona o mesmo discurso anti-imigração justificando, por meio de uma fala populista, a necessidade de fechamento das fronteiras nacionais

para preservar a segurança política, econômica, militar e societal de seus respectivos países (BURNS, texto digital). Segundo Ciro Flamarion Cardoso, “as condições de produção de um discurso têm a ver com o ideológico, com os valores sociais da sociedade que o produz, ao passo que as condições de seu reconhecimento dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade” (1997, p. 550). Por um lado, um dos objetivos deste trabalho é compreender como e por que muitos norte-americanos se identificam com o discurso de identidade nacional e, por outro, é analisar de que forma esse discurso pode ser compreendido desde uma perspectiva de securitização societal.

Busca-se investigar o porquê do presidente Donald Trump utilizar um discurso anti-imigração como justificativa de proteção a identidade nacional norteamericana. As hipóteses de trabalho sugerem que devido à massiva entrada de imigrantes dentro do território norteamericano, Donald Trump pressupõe que a cultura e identidade estadunidense estejam sendo perdidas. Ademais, o presidente dos Estados Unidos relaciona o aumento do desemprego e o descontrole da crise econômica de 2008 a entrada de imigrantes legais e ilegais que, na sua visão, roubam as vagas de emprego da população local e contribuem para o aumento da insegurança, visto que, de acordo com Trump, o fenômeno da violência é gerado pelos imigrantes que trazem consigo toda a sua cultura e identidade violenta.

Uma vez contemplada a ideia de analisar o porquê de o presidente Donald Trump utilizar um discurso anti-imigração como justificativa de proteção a identidade nacional norteamericana, o presente trabalho busca coletar os discursos do governo Trump a respeito de segurança, identificar a ideia de identidade nacional através da análise dos discursos anti-imigração e verificar a autenticidade das hipóteses geradas.

O conceito de securitização está associado com a Escola de Segurança de Copenhague, a qual tem como seus principais pesquisadores Ole Wæver, Barry Buzan e outros. Para Ole Wæver (1995), o conceito de securitização traz à tona dois tipos de ameaça à segurança: objetiva e subjetiva. Enquanto a primeira questiona o que realmente constitui uma ameaça no Sistema Internacional, a segunda indaga sobre como uma ameaça pode ser percebida. Na tentativa de colocar ambas discussões do mesmo lado, os pesquisadores da Escola de Copenhague sugeriram que a segurança poderia ser vista como um discurso, de modo que o problema central não seria saber se a ameaça existe ou não, mas de que forma as ações promovidas pelos Estados são socialmente construídas e percebidas. Portanto, se o discurso é o

problema central da segurança, a visão realista de que a ameaça à segurança está unicamente ligada ao fator militar é revisada. Nesse sentido, a ameaça à segurança passou não apenas a se referir aos temas militares, mas também aos econômicos, políticos, ambientais e sociais.

A definição de ameaça à segurança societal muda de acordo com o entendimento de sociedade utilizado. Os pesquisadores da Escola de Copenhague afirmam que a sociedade não pode ser reduzida ao indivíduo, uma vez que ela necessita de uma identidade coletiva para existir. No Sistema Internacional moderno, uma identidade coletiva está organizada por tribos, clãs, nações, civilizações e religiões (TANNO, 2003). As percepções de ameaça sentidas por uma sociedade são geradas por uma avaliação histórica feita pelo grupo que possui a mesma identidade coletiva. Portanto, temas como migração e intolerância religiosa são uma ameaça aos grupos que buscam preservar a sua identidade como grupo e como indivíduos.

“A análise do discurso [...] pode efetuar-se: pela semântica, teoria do conteúdo das significações ou, como agora passou a preferir-se, estudo das mencionadas significações que seja ao mesmo tempo gerativo, sintagmático e geral; ou pela semiótica, que se ocupa da expressão das significações e se sua produção.” (CARDOSO; VAINFAS, 1997) Para o referido trabalho foi utilizada a teoria e método proposto por Norman Fairclough (2006), chamado de Crítica do Discurso, o qual, segundo o próprio autor é definida como:

In using the term 'discourse', I am proposing to regard language use as a form of social practice, rather than a purely individual activity or a reflex of situational variables. This has various implications. Firstly, it implies that discourse is a mode of action, one form in which people may act upon the world and especially upon each other, as well as a mode of representation. [...] Secondly, it implies that there is a dialectical relationship between discourse and social structure, there being more generally such a relationship between social practice and social structure: the later is both a condition for, and a effect of, the former. On the other hand, discourse is shaped and constrained by social structure in the widest sense at all levels: by class and other social relations at a societal level, by the relations specific to particular institutions such as law or education, by system of classification, by various norms and conventions of both a discursive and a non-discursive nature. [...] specific discursive events vary in their structural determination according to the particular social domain or institutional framework in which they are generated. On the other hand discourse is socially constitutive¹.

¹ Ao usar o termo "discurso", proponho considerar o uso da linguagem como uma forma de prática social, ao invés de uma atividade puramente individual ou um reflexo de variáveis situacionais. Isso tem várias implicações. Em primeiro lugar, implica que o discurso é um modo de ação, uma forma na qual as pessoas podem atuar sobre o mundo e especialmente sobre o outro, bem como um modo de representação. [...] Em segundo lugar, implica que existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, sendo, de um modo mais geral, uma relação entre a prática social e a estrutura social:

Somado a isso, é feita uma análise qualitativa e quantitativa dos dados coletados. Segundo Chemin (2012, p.51) é importante destacar que uma pesquisa pode utilizar procedimentos quantitativos e qualitativos (pesquisa quali-quantitativa ou quanti-qualitativa). Assim, em algumas pesquisas, um delineamento integrado que puder combinar dados qualitativos e quantitativos numa mesma investigação pode ser positivo, uma vez que as duas abordagens possuem aspectos fortes e fracos que se complementam.

a última é uma condição e um efeito de. Por outro lado, o discurso é moldado e limitado pela estrutura social no sentido mais amplo de todos os níveis: por classe e outras relações sociais a nível social, pelas relações específicas de instituições particulares, como o direito ou a educação, pelo sistema de classificação, por várias normas e convenções de natureza tanto discursiva quanto não discursiva. [...] os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural de acordo com o domínio social específico ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo.

2. ANÁLISE DE DISCURSO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS²

O presente capítulo apresenta as compreensões a cerca da teoria e método da análise de discurso e, posteriormente, apreendeu-se sobre a proposta de Norman Fairclough (2006) e o método Crítica do Discurso desenvolvido pelo próprio autor. Ademais, faz um breve histórico dos Estudos de Segurança Internacional – ESI – dentro da área de Relações Internacionais, buscando compreender a forma pela qual tal estudo acompanhou a evolução teórica das RI's e, seguidamente, desenvolve-se o conceito de segurança societal dentro das concepções da Escola de Copenhagen.

2.1 Linguagem como método das Relações Internacionais

Desde a década de 1980 a teoria e o método da Análise de Discurso estão presentes nas Relações Internacionais, no entanto para que fosse possível utilizar esta ferramenta metodológica para os estudos da área, três debates foram encadeados. O Primeiro Debate³ foi travado entre realistas e idealistas após 1918 e tinha como intuito definir o objeto de estudo das Relações Internacionais; o Segundo Debate foi construído na década de 1950 e buscou discutir o método a ser utilizado nas análises, opondo-se aos behavioristas e aos historiadores; e o Terceiro Debate proporcionou a área de Relações Internacionais centrar-se na relação entre linguagem

² Para fins de diferenciação, opta-se por grafar Relações Internacionais com caixa alta quando se refere à área de estudos e as relações internacionais quando se trata do objeto de estudo da área.

³ É fato que seu nascimento [disciplina acadêmica] se deu em virtude da Primeira Guerra Mundial, quando, no seu término, a opinião pública exigiu a punição dos culpados pela guerra e a criação de condições para que tais tipos de conflitos não mais ocorressem. Emergiu a necessidade de se produzir conhecimentos sobre a realidade das relações internacionais, sendo criadas, no momento, cátedras da área em alguns países. Concretamente, podemos dizer que, como matéria curricular de um curso universitário, se apresentam a partir da criação da primeira cadeira de política internacional em 1919, na Universidade de Gales (Aberyswyth), com a cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional e, em 1920, na Inglaterra, com o Royal Institute of International Affairs. Houve a expectativa entre os intelectuais de que a construção da ciência Relações Internacionais pudesse solucionar as questões relativas às guerras entre os povos, pois o real objetivo que se propunha era que a disciplina representasse o estudo da ordem mundial. Identificando-se as condições que propiciariam a ordem, estariam solucionadas as questões relativas à paz e à guerra. Afinal, sendo uma ciência, conseguiria para as relações internacionais aquilo que [...] as ciências pretendem em seus respectivos campos: que explique um objeto, controle-o e faça previsões sobre o seu comportamento. (SUANO, 2011, p.8)

e realidade, o qual foi chamado de Virada Linguística ou Giro Linguístico⁴. Tal movimento busca afastar a concepção de que a linguagem⁵ seria única e exclusivamente um reflexo das condições materiais e/ou ideacionais da sociedade (GOMES, 2011). Somado a isso, Gomes (2011) sustenta que:

Os autores alinhados à Virada Linguística procuram cambiar a relação ideias/mundo pelo eixo linguagem/mundo, argumentando que para se compreender não apenas o conhecimento que temos do mundo mas também a própria estrutura de pensamento, é interessante atentar para a estrutura lógica dos discursos. (GOMES, 2011, p.645)

Nessa onda de repensar as teorias e métodos utilizados floresce a Análise de Discurso (AD) gerando, por um lado, questionamento por parte da velha guarda positivista e, por outro, euforia pelo surgimento de outra opção de método que conseguisse explicar os novos eventos da agenda internacional, por parte dos que rejeitavam o projeto positivista. Por discurso Bauer e Gaskell (2010) compreendem que o termo é empregado para se referir a todas as formas de fala e textos, seja quando ocorre naturalmente nas conversações, como quando é apresentado como material de entrevistas, ou textos escritos de todo tipo. Por sua vez, Gracia (2004) define por Análise de Discurso estudo das práticas linguísticas para esclarecer as relações sociais estimuladas e mantidas pelo discurso. Adicionalmente, Orlandi (1999, p.8) apreende Análise de Discurso como:

A Análise de Discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Na análise de discurso, procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e a sua história. Por esse tipo de estudo se pode conhecer melhor aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se. A Análise de Discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive. O trabalho simbólico do discurso está na base da produção da existência humana. (ORLANDI, 1999, p.8).

⁴ Giro Linguístico é uma expressão que esteve em moda nos anos de 1970 e 1980 para designar uma certa mudança que ocorreu na filosofia e em várias ciências humanas e sociais, e que as estimulou a dar uma atenção maior ao papel desempenhado pela linguagem, tanto nos próprios projetos dessas disciplinas quanto na formação dos fenômenos que elas costumam estudar (GRACIA, 2004, p.19).

⁵ A linguagem é a própria condição de nosso pensamento e, para entender esse último, temos que nos concentrar nas características da linguagem em vez de contemplar o suposto mundo interior de nossas ideias. Nosso conhecimento do mundo não se radica nas ideias que dele fazemos; ele se abriga, sim, nos enunciados que a linguagem nos permite construir para representar o mundo (GRACIA, 2004, p.33).

De forma contrária, para Pêcheux (1990), o discurso é uma forma de materialização ideológica, como identificaram os marxistas em outras instâncias sociais. O sujeito é um depósito de ideologia, sem vontade própria, e a língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade.

Da metade dos anos de 1980 até 1990 muitas teorias foram elaboradas com o intuito de explicar os novos eventos da agenda internacional, os quais não conseguiam ser explicados pelas teorias tradicionais. Nesse surgimento de novas teorias e concepções da realidade origina-se o Construtivismo⁶, o qual afirmam Nogueira e Messari:

O desenvolvimento do construtivismo no final da década de 1980 e no decorrer da década de 1990 ocorreu em meio a um debate intenso nas Ciências Sociais em geral – e nas Relações Internacionais em particular – sobre o lugar das ideias e dos valores na análise dos eventos sociais (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.163).

Desde o surgimento das Relações Internacionais⁷ o debate agentes⁸ *versus* estrutura entre as principais correntes teóricas tinha como intuito apreender quem constrange e limita as opções do outro, os agentes ou a estrutura, ou seja, busca-se compreender, em um primeiro momento, quem vem antes – agentes ou estrutura – e, em um segundo momento, saber quem influencia, constrange ou limita as opções do outro. É o que se chama de antecedência ontológica: quem veio antes e quem veio depois, quem determina o outro, quem tem precedência sobre o outro (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Enquanto os realistas clássicos possuem como premissa central um pessimismo em relação à natureza humana, justificando, dessa forma, as atuações dos indivíduos nas relações internacionais; os realistas estruturais consideram a estrutura como determinadora e limitadora das opções e das ações que os agentes possam vir a tomar (NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Portanto, enquanto que os realistas clássicos e os liberais concedem antecedência ontológica aos agentes, os realistas estruturais e marxistas concedem à antecedência ontológica a

⁶ O principal elemento é o pressuposto de que a nossa compreensão do mundo, assim como os instrumentos intelectuais que usamos para ver esse mundo, não são derivados objectivamente mas, pelo contrário, são o resultado de conceitos socialmente construídos. De certa forma, os proponentes desta abordagem sugerem que o mundo se encontra nos olhos do espectador, perguntando de seguida de onde vêm essas interpretações do mundo e como influenciam a conduta dos actores individuais e dos estados (DOUGHERTY; PFALTZGRAFF, 2003, p.214).

⁷ Para fins de diferenciação, opta-se por grafar Relações Internacionais com caixa alta quando se refere à área de estudos e as relações internacionais quando se trata do objeto de estudo da área.

⁸ Os agentes são sujeitos socialmente ativos em cada contexto e nenhum indivíduo é agente em todos os contextos. Por outro lado, a agência é a condição social dada ao papel exercido pelo indivíduo dentro de uma instituição, o qual deve estar em conformidade a instituição.

estrutura. No entanto, os construtivistas negam a antecendência ontológica tanto aos agentes quanto a estrutura, e afirmam que ambos são co-constituídos. Nogueira e Messari (2005, p.166) complementam:

No debate agente e estrutura, os construtivistas negam simultaneamente que os agentes precedem a estrutura e a moldam para servir seus interesses e suas preferências, e que a estrutura tenha a capacidade de constranger e limitar as opções e, portanto, as ações dos agentes. Para eles, agentes e estrutura são co-constitutivos uns dos outros, e nenhum precede o outro nem no tempo, nem capacidade de influenciar o outro. Um exemplo ilustrativo da premissa de co-constituição é que não se pode falar em sociedade sem falar nos indivíduos que a compõem, nem se pode falar de indivíduos [...] sem falar da sociedade que eles constituem. Nesse sentido, sociedade e indivíduos são co-constituídos, da mesma forma que agentes e estrutura são co-constituídos.

Para conseguir estudar estes dois processos – agentes e estrutura – Nicholas Onuf propõe buscar o que está no meio de ambos e, neste caso, encontram-se as regras como um terceiro elemento de ligação entre agentes e estrutura. As regras sociais são o caminho pelo qual agentes e estrutura constituem-se continuamente e reciprocamente. Onuf (1998, p.59) entende que a regra é:

A statement that tells people *what we should* do. The “what” in question is a standard for people’s conduct in situations that we can identify as being alike, and can expect to encounter. The “should” tells us to match our conduct to that standard. If we fail to do what the rule tells us to, then we can expect consequences that some other rule will bring into effect when other people follow the rule calling for such consequences. All the ways in which people deal with rules – whether we follow the rules or break them, whether we make the rules, change them, or get rid of them – may be called *practices*. Even when we do not know what a rule says, we can often guess what it is about by looking at people’s practices⁹.

Para Nicholas Onuf, as regras fazem com que os seres humanos se tornem agentes, dando a eles a oportunidade de agir sobre o mundo. As regras informam aos agentes como as coisas funcionam e o que eles devem fazer e da mesma forma ocorre no Ato de Fala¹⁰ quando aquele que está escutando é induzido a responder o

⁹ A regra é uma afirmação que diz as pessoas o que nós devemos fazer. O “o que” em questão é um padrão para a conduta das pessoas em situações as quais podemos identificar como sendo afins, e esperando poder encontrar. O “deveria” corresponder nossa conduta padrão. Se nós não obedecermos as regras, um terceiro pode denunciar a desobediência e, conseqüentemente, nos será aplicada uma outra lei. Todas as formas pelas quais as pessoas encaram as regras – se nós seguimos as regras ou as quebramos, se nós fizemos as regras, as mudamos ou nos desfazemos delas – são chamadas de *práticas*. Mesmo quando nós não soubermos o que a regra significa, nós podemos pressupô-la através dos comportamentos das pessoas.

¹⁰ Nicholas Onuf define Ato de Fala como o ato de falar de uma maneira que leve alguém a agir (ONUF, 1998).

que está de acordo com a fala. O Ato da Fala é categorizado por Onuf em Atos de Fala Assertivos, Atos de Fala Diretivos e Atos de Fala de Compromisso, os quais, em seguida, são exemplificados:

(1) You assert that duck season has begun (you might actually say, "Duck season has begun!"). (2) She demands that we all go duck hunting (she might actually say, "Let's go duck hunting!"). (3) I promise to roast duck for dinner (I might actually say, "I'll cook!"). The generic form for speech act is I (you, etc.) hereby assert (demand, promise) to anyone hearing me that some state of affairs exists or can be achieved (ONUF, 1998, p.66)¹¹.

Se o Ato da Fala é capaz de realizar qualquer feito dependerá única e exclusivamente da resposta que será dada. Pelo simples fato de eu comentar que a temporada de patos está aberta, não necessariamente eu queira atirar, matar patos e logo querer comê-los. Onuf afirma que independentemente da categoria que se encaixe um Ato de Fala, este sempre acarretará a uma situação futura. Aquele quem pronuncia o Ato de Fala faz uma afirmação e aquele quem o escuta pode concordar, pode solicitar algo e o outro pode cumprir, e pode assumir algum compromisso. No entanto, quando um Ato de Fala é repetido inúmeras vezes tendo o mesmo resultado, todos aqueles envolvidos começam a dar alguma importância a aquela repetição do Ato de Fala. Segundo Onuf, após constantemente repetido, o mesmo antigo Ato de Fala se torna uma convenção, ou seja, uma vez que o Ato de Fala e suas palavras ganham significado e passam a ser acreditadas pelo público ouvinte, estes acabam internalizando e utilizando tal Ato de Fala como justificativa da problemática levantada. Portanto, Onuf (1998, p.66-67) afirma:

Conventions come close to being rules. Recall that rules tell agents what they should do. A convention reminds agents what they have always done. The borderline between knowing that we have done something and probably will continue to do it, and believing that we should do it because we have always done it, is exceedingly fuzzy. If a convention prompts agents to think that they should do something that they have always done, then the convention is indeed a rule. We should consider the rule in question a weak rule because it is *normative*, which means that agents accept the "should" element, only to the extent that the regular pattern of conduct continues. As agents begin to realize that they should act as they always have, and not just because they always have acted that way, the convention gains strength as a rule. Rules keep the form of a speech act by generalizing the relation between speakers and hearer. Within the general form of a speech act, given rules make hearers into agents to whom those rules apply. Finally, agents recognize that they

¹¹ (1) Você afirma que a temporada dos patos começou (você pode de fato dizer, "A temporada dos patos começou"). (2) Ela exige que nós todos cacemos patos (ela pode de fato dizer, "Vamos caçar patos!"). (3) Eu prometo assar um pato para o jantar (eu poderia de fato dizer, "Eu vou cozinhar!"). A forma genérica para um Ato de Fala é: Eu (você, etc.) dessa forma afirmo (exijo, prometo) a qualquer um que me ouve que um estado de coisas existe ou pode ser alcançado (tradução em inglês livre).

should follow the rules in question because they are rules and for no other reason¹².

Conforme dito acima, as três categorias de Atos de Fala são a assertiva, diretiva e de compromisso. Enquanto a primeira informa aos agentes questões relacionadas ao mundo – a forma como as coisas são e a forma como as coisas funcionam – e informam quais serão as consequências prováveis se tal questão for destacada (ONUF, 1998). A segunda é reconhecida como imperativos, ou seja, se aquele que produz o Ato de Fala afirma que algo deve ser feito a respeito de algum tema, é porque ele acredita que aquele quem o está escutando deveria fazer algo a respeito. E por último, o Ato de Fala de compromisso envolve toda e qualquer promessa dita, quem faz o discurso faz promessas que os ouvintes aceitam. O Ato de Fala de compromisso se transforma em regra quando os ouvintes, agora como falantes, respondem com suas promessas. Onuf afirma que quando essa rede de promessas está suficientemente generalizada e normativa, elas se tornam regras de compromisso.

2.2 Crítica do discurso e Secutirização Societal

Com mais frequência acadêmicos e estudantes de distintas áreas do conhecimento e do saber estão reconhecendo a aproximação entre os estudos dos processos culturais e sociais, e os estudos da linguística – atos de fala. Tal reconhecimento e mudança de paradigma legitima a importância do uso da linguagem¹³ como um método para o estudo das transformações sociais¹⁴.

¹² As convenções são próximas de regras. Lembre-se de que as regras dizem aos agentes o que devem fazer. Uma convenção lembra aos agentes o que sempre fizeram. A fronteira entre saber que fizemos algo e provavelmente continuará a fazê-lo, e acreditar que devemos fazê-lo porque sempre o fizemos, é extremamente difuso. Se uma convenção solicita aos agentes que pensem que devem fazer algo que sempre fizeram, então a convenção é de fato uma regra. Devemos considerar a regra em questão uma regra fraca porque é normativa, o que significa que os agentes aceitam o elemento "deve", apenas na medida em que o padrão de conduta regular continua. À medida que os agentes começam a perceber que eles deveriam agir como sempre, e não apenas porque sempre agiram dessa forma, a convenção ganha força como regra. As regras mantêm a forma de um ato de fala, generalizando a relação entre falantes e ouvintes. Dentro da forma geral de um ato de fala, regras fornecidas fazem ouvintes em agentes a quem essas regras se aplicam. Finalmente, os agentes reconhecem que devem seguir as regras em questão porque são regras e por nenhuma outra razão.

¹³ Linguagem varia de acordo com a natureza da relação entre os participantes que estão interagindo, o tipo de evento social, os objetivos sociais que os participantes estão buscando na interação.

¹⁴ Tal método, segundo Normal Fairclough, abrange a área da linguística e os estudos da linguagem, ciência social e política.

Em 1950 o artigo *Discourse Analysis* é escrito por Zellig Harris, quem aponta uma análise da língua de trechos textuais que vão além de uma frase. Roman Jakobson e Émile Benveniste introduzem novos paradigmas à análise da língua, os quais dão base a publicação de Michael Pêcheux, em 1969 de seu livro *Análise Automática do Discurso* que dá origem a teoria e o método de Análise de Discurso (AD). A AD consiste numa corrente desenvolvida majoritariamente na França e que trata a língua em seu processo histórico, atende a uma perspectiva não-immanentista e não-formal da língua e privilegia as condições de produção e recepção textual, bem como os efeitos de sentido (MELO, 2009). Influenciados pela Revolução de Maio de 1968, Jean Dubois e Michel Pêcheux vislumbravam a possibilidade de desenvolver na Análise de Discurso pesquisas sobre as relações de poder que eram estabelecidas no cenário político da época na França. Segundo Melo (2009) o grande objetivo da AD era detectar os diferentes processos de reprodução social do poder hegemônico através da linguagem – a princípio muito ligado a políticas partidárias – e que fez direcionar suas bases epistemológicas para um foco central – a ideia de que o sujeito não é dono de seu próprio discurso, mas assujeitado por ele. Já no outro lado do Canal da Mancha, encontra-se Norman Fairclough que propõe a Análise de Discurso Crítica (ADC) – a qual será utilizada como metodologia para este trabalho. Fairclough considera como base de sua teoria a natureza dialética social do discurso, ou seja, que, por um lado, o discurso constitui a realidade social e, por outro, ele é constituído por ela (MELO, 2009). Ademais, Fairclough (2006, p.63-64) compreende discurso como:

In using the term 'discourse', I am proposing to regard language use as a form of social practice, rather than a purely individual activity or a reflex of situational variables. This has various implications. Firstly, it implies that discourse is a mode of action, one form in which people may act upon the world and especially upon each other, as well as a mode of representation. [...] Secondly, it implies that there is a dialectical relationship between discourse and social structure, there being more generally such a relationship between social practice and social structure: the latter is both a condition for, and a effect of, the former. On the other hand, discourse is shaped and constrained by social structure in the widest sense at all levels: by class and other social relations at a societal level, by the relations specific to particular institutions such as law or education, by system of classification, by various norms and conventions of both a discursive and a non-discursive nature. [...] specific discursive events vary in their structural determination according to the particular social domain or institutional framework in which they are generated. On the other hand discourse is socially constitutive¹⁵.

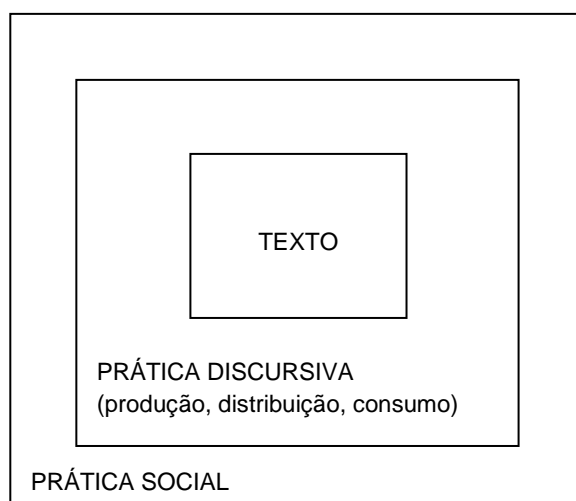
¹⁵ Ao usar o termo "discurso", proponho considerar o uso da linguagem como uma forma de prática social, ao invés de uma atividade puramente individual ou um reflexo de variáveis situacionais. Isso tem

Nesse sentido, Fairclough entende qualquer evento discursivo como simultaneamente um *texto*, uma *prática discursiva* e uma *prática social*. Nessas três esferas é baseada a perspectiva tridimensional do discurso concebida, respectivamente, como a dimensão da análise linguística, da análise do processo interacional e da análise de circunstâncias organizacionais e institucionais da sociedade. A dimensão *texto*¹⁶ corresponde a análise da linguagem textual, tais como gramática, coesão e estrutura textual. Na dimensão *prática discursiva*, os esforços seriam direcionados para o exame da produção, distribuição e consumo textual, uma vez que textos são produzidos em locais diferentes, por pessoas diferentes e tem públicos-alvo distintos (Gomes, 2011). A dimensão *prática social* compreende a análise de problemas de preocupação social, tais como institucional, organizacional, político, econômico, cultural, entre outros e como estes impactam o texto e influenciam estes mesmos processos e a sociedade. Para fins de esclarecimento, abaixo se apresenta a concepção tridimensional do discurso (Fairclough, 2006, p.101).

várias implicações. Em primeiro lugar, implica que o discurso é um modo de ação, uma forma na qual as pessoas podem atuar sobre o mundo e especialmente sobre o outro, bem como um modo de representação. [...] Em segundo lugar, implica que existe uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, sendo, de um modo mais geral, uma relação entre a prática social e a estrutura social: a última é uma condição e um efeito de . Por outro lado, o discurso é moldado e limitado pela estrutura social no sentido mais amplo de todos os níveis: por classe e outras relações sociais a nível social, pelas relações específicas de instituições particulares, como o direito ou a educação, pelo sistema de classificação, por várias normas e convenções de natureza tanto discursiva quanto não discursiva. [...] os eventos discursivos específicos variam em sua determinação estrutural de acordo com o domínio social específico ou o quadro institucional em que são gerados. Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo.

¹⁶ Norman Fairclough esclarece em seu livro *Discourse and Social Change* (2006) que por *texto* ele compreende como sendo qualquer produção escrita ou falada, portanto uma transcrição de uma entrevista ou de uma conversa deve ser chamada de *texto*.

Figura 1. Concepção tridimensional de Norman Fairclough (2006)



Fonte: FAIRCLOUGH, 2006, p.101.

Segundo Fairclough (2006) a prática discursiva não se opõe à prática social: a primeira é uma forma particular da última.

Uma das grandes contribuições à área das Relações Internacionais no campo da segurança foi realizado pela Escola de Copenhague. Diferentemente das teorias e perspectivas liberais e realistas a Escola de Copenhague não é filiada a uma única tradição intelectual. Os estudos desta Escola estão ligados ao *Copenhagen Peace Research Institute (COPRI)*, o qual atenta suas pesquisas ao estudo da segurança europeia. De acordo com Villa e Santos (2011, p.117), a Escola encaminhou uma agenda que renovou os estudos de segurança internacional, mantendo certa fidelidade e continuidade aos princípios básicos do realismo, inserindo *insights* sociológicos e ganhando maior complexidade e diversidade ao longo do tempo. Ademais, Villa e Santos (2011, p. 117) enumeram três aspectos importantes com relação à Escola de Copenhague:

- (1) agrupou intelectuais que têm como preocupação a abrangência setorial da segurança internacional; (2) buscou estabelecer bases conceituais autônomas para refletir sobre a segurança europeia, afastando-se da visão norte-americana, que se centra no interesse e na segurança nacionais (Waever, 1993 *et al.*; 1995; 1996; 1998) e (3) firmou um debate sobre teoria das relações internacionais voltado para abordagens mais críticas, como o construtivismo, afastando-se da tradição norte-americana de estudos estratégicos atrelados a visões objetivistas da política de poder.

Além do distanciamento entre a Escola de Copenhague e a perspectiva realista, o grande salto dado pela Escola foi quando ela passa a reconhecer que os fenômenos relacionados à segurança internacional são construções sociais, ou seja,

problemáticas construídas pelas práticas sociais. Para Villa e Santos (2011, p.122) a originalidade dos estudos de segurança internacional da Escola de Copenhagen foi compreender que:

Para que uma ameaça seja identificada é necessário que ocorra um processo intersubjetivo de reconhecimento pelos atores securitizadores e pelas sociedades. Isso é o que confere legitimidade sociais ao que é deslocado da esfera da política e transformado em ameaça à segurança, acarretando e justificando “medidas emergenciais” ou recursos extraordinários para enfrentá-lo. A ameaça justifica medidas que diferem das que seriam tomadas na esfera pública da política.

Em resumo, securitização é o que Waever (1995) denomina de política do pânico: quando determinados assuntos se tornam confidenciais e passam a ser tratado sem se respeitarem as regras comuns, conferindo às autoridades públicas poderes adicionais e o desempenho de atividades que seriam consideradas ilegais em outras circunstâncias. Somado a isso, para que a questão securitizada seja legitimada pela sociedade é necessário que, a através do ato do discurso, o ator securitizador apresente à sociedade o caráter emergencial que deve ser dado a questão de política. Quando legitimada, automaticamente a questão política de caráter emergencial torna-se uma questão de segurança. Os acadêmicos da Escola de Copenhagen apontam a importância do discurso nos estudos de segurança como um método que contribui para compreensão do processo de securitização. Conforme Peter Hough (2008, p.18) afirma:

The Copenhagen School approach takes a step forward from this in using the methodology of the ‘speech act’ to define when an issue becomes a security issue. In this approach security issues can be military or non-military but are distinguishable by the urgency that is attached to them in political discourse. ‘If by means of an argument about the priority and urgency of an existential threat the securitizing actor has managed to break free of procedures or rules he or she would otherwise be bound by, we are witnessing an act of securitization’ (Buzan et al. 1998: 25). This methodology allows for a more behavioural definition of security than ‘conventional widening’ since issues given priority by people other than the government are included in the framework¹⁷.

¹⁷ A abordagem da escola de Copenhagen dá um passo a frente quando utiliza a metodologia da ‘análise do discurso’ para definir quando um problema se torna um problema de segurança. Nesta abordagem problemas de segurança podem ser militares ou não-militares, mas a principal distinção é na urgência em que o discurso político dá a tal problema. ‘Se, por meio de um argumento sobre a prioridade e a urgência de uma ameaça existencial, o ator securitizante conseguiu se libertar dos processos ou regras aos quais ele deveria estar vinculado, testemunha-se um caso clássico de securitização’ (2008, pg.18 apud BUZAN *et al.* 1998:25). Esta metodologia permite definir de uma forma mais behaviorista o termo segurança uma vez que a prioridade é focada muito mais nas pessoas do que nos Estados.

Dessa forma, qualquer assunto pode ser tratado como não politizado, politizado e securitizado. Em resumo, no primeiro estágio o Estado não lida com o assunto e o mesmo não é alvo de debate público. No segundo estágio, o assunto é parte da agenda de políticas públicas do governo. E no último estágio, o assunto torna-se questão de segurança através de um processo de securitização, o qual o objeto pode ser uma ameaça ou alvo de uma ameaça (BUZAN, 1998). O processo de securitização é dividido em dois momentos: o primeiro está relacionado com a interpretação de certas questões, pessoas ou entidades. O segundo está vinculado ao processo de securitização, o qual terá êxito sempre e quando o ator securitizador que inicia o processo de securitização obtenha sucesso ao convencer o público-alvo - opinião pública, políticos, militares e outras elites - da necessidade do tema se tornar objeto de segurança (BUZAN, 1998).

Para o processo de securitização ser realizado, o ato da fala torna-se um fator imprescindível, uma vez que é nesta etapa em que é definida a representação discursiva da existência de uma ameaça à segurança. Uma questão pode se tornar “de segurança” durante todo o ato de fala por si só, independentemente da preocupação de materializar a existência de uma ameaça. O autor que iniciou o processo de securitização usa a linguagem como meio para articular um problema securitário e para persuadir o público-alvo relevante de seu perigo imediato (FRIZZERA, 2013). De acordo com Buzan e Hansen (2012, p. 323-324), a securitização se refere ao processo de apresentar uma questão em termos de segurança. Em outras palavras:

A maneira de estudar securitização é estudar o discurso e as contestações políticas: quando um argumento dentro desta estrutura retórica e semiótica específica atinge um efeito suficiente para fazer um público tolerar violações de regras que, de outro modo, deveriam ser obedecidas? Se, por meio de um argumento acerca da prioridade e da urgência de uma ameaça existencial, o ator securitizante conseguiu se libertar dos procedimentos ou das regras aos quais ele o ela deveria estar vinculado(a), estamos testemunhando um caso clássico de securitização (BUZAN ET al., 1998 *apud* BUZAN; HANSEN, 2012, p.323-324).

Se por um lado a área de estudos de segurança internacional compreendeu e passou a dar a importância a Análise de Discurso como um instrumento metodológico, por outro lado os estudos de segurança internacional historicamente preocuparam-se com a forma pela qual ela se encaixaria dentro da área de Relações Internacionais.

A preocupação e a necessidade de compreender o fenômeno da segurança internacional advieram no pós-1945, quando os Estados na parte ocidental do mundo

declararam a União Soviética inimiga pública justificando que o país socialista representava uma profunda ameaça à ideologia e ao poder militar do ocidente. Na primeira década de imersão à área, acadêmicos e teóricos lograram definir conceitos e aperfeiçoar os Estudos de Segurança Internacional, no entanto a principal corrente da área não conseguiu avançar com os seus estudos nos anos posteriores. Apenas quando os Anos Dourados ganharam prestígio os teóricos da área avançam com seus estudos e vinculam fortemente o conceito “estratégia” ao Estudo de Segurança Internacional. Porém, já nas primeiras décadas do início da Guerra Fria, acadêmicos e teóricos questionavam-se sobre os conceitos de “segurança” e “estratégia”, uma vez que estes não iam ao encontro das rodas de discussões que debatiam temas relacionados ao desarmamento, ao controle de armas, movimentos pacifistas e ordem mundial. Buzan complementa afirmando que:

“O conceito de segurança era subdesenvolvido e não problematizado por quem o utilizava, além de ser um conceito antagonista para os Pesquisadores da Paz¹⁸, na medida em que se colocava do lado realista, estratégico e militar das batalhas acadêmicas e políticas”. (BUZAN; HANSEN, pg. 40, 2008)

Na década de 1980 e principalmente no final da Guerra Fria, os estudos de segurança internacional continuaram de maneira mais explícita a se afastar de um pensamento ligado ao estratégico e aos grupos militares, e contribuir com abordagens relacionadas aos Estudos Críticos de Segurança, Escola de Copenhagen de Estudos de Segurança, Estudos Feministas de Segurança, os quais estão presentes até hoje.

O primeiro ponto a ser esclarecido com relação à área de estudos de segurança internacional, é que tal área nasceu e se desenvolveu no ocidente, portanto todas as

¹⁸ Conforme Barry Buzan e Lene Hansen (2012, p.170) afirmam em seu livro *A evolução dos estudos de segurança internacional*, os pesquisadores da paz questionavam tanto a moralidade quando a racionalidade dos Estudos Estratégico (Bull, 1968; Wiberg, 1981), e também os significados de guerra e paz (Galtung, 1969). Eles se preocupavam com a aparente cooptação dos debates acadêmicos (e de alguns dos debatedores) pelas políticas de segurança nacional dos Estados Unidos em particular e da aliança ocidental como um todo. Houve um conjunto monumental de questões éticas levantadas pela dissuasão nuclear (Winter, 1986), dentro o qual uma das mais importantes era a manutenção da própria população como refém do lado oposto das armas nucleares em políticas de DMA [Destruição Mútua Assegurada], além da disposição explícita de planejar o assassinato massivo do outro lado. Os motivos e as análises políticas por trás dessa oposição variavam profundamente e se apresentavam em muitas misturas: pacifistas tradicionais opostos a todo tipo de violência, pacifistas nucleares opostos à ameaça que tais armamento representavam para sobrevivência da raça humana; simpatizantes ideológicos e companheiros de rota da esquerda política que consideravam os Estados Unidos iguais, ou mais, ameaçadores do que a União Soviética, estrategistas (trabalhando no novo tópico de Controle de Armamentos) que pensaram, inclusive, que os perigos da rivalidade nuclear criavam um interesse comum quanto à sobrevivência em ambas as superpotências; e pessoas que defendiam que a luta ideológica durante a Guerra Fria não era a única – e, em alguns casos, nem mesmo a mais importante – quês de segurança internacional que a humanidade enfrentava.

análises realizadas, não importando qual evento no mundo quer-se estudar, sempre será a partir de uma perspectiva ocidental. Por outro lado, o conceito e objeto de estudo da área de segurança internacional foi constantemente sofrendo evoluções e dificilmente entrou-se em um consenso. Segurança é sempre um “conceito hifenizado”, está sempre ligada a um objeto de referência específico, a localidades internas e externas, a um ou mais setores e a um modo particular de pensar sobre política (BUZAN; HANSEN, 2008, p.205). De acordo com Buzan e Hansen, existem quatro questões que estruturam o conceito de segurança internacional. A primeira questão refere-se a privilegiar o Estado como objeto de referência. Inicialmente, a preocupação do Estado estava condicionada a sua própria segurança, ou seja, a segurança nacional, a qual buscava definir as fronteiras nacionais, estabelecendo, dessa forma, o território, a identidade, cultura, as dinâmicas econômicas, sociais e políticas. A segunda questão refere-se a incluir tanto ameaças internas quanto externas. Nesse estágio, como o Estado já havia logrado estabelecer as dinâmicas do seu território, sua preocupação concernia a problemas internos, tais como crises econômicas, movimentos/revoluções independentistas, crises políticas; e externos, como invasões estrangeiras. Conforme Buzan e Hansen afirmam:

“A ‘segurança nacional’ migrara de uma preocupação com problemas econômicos internos para as ameaças externas advindas de potências ideologicamente opostas, logo, presumivelmente hostis. Quando essa migração se institucionalizou, o conceito de ‘segurança internacional’ veio para acompanhar, mas não substituir, ‘segurança nacional’ [...] Reabriu-se parcialmente a dimensão interna/externa com o fim da Guerra Fria e o desaparecimento da preocupação primordial com a ameaça externa da União Soviética dos discursos de segurança norteamericanos e ocidentais (BUZAN; HANSEN, 2008)”.

A terceira questão refere-se a expandir a segurança para além do setor militar e do uso da força. Como a área de estudo de segurança internacional surgiu no período da Guerra Fria, o conceito de segurança nacional sempre esteve atrelado à segurança militar, uma vez que a Guerra Fria dizia respeito às capacidades militares de inimigos, aliados e da sua própria (BUZAN; HANSEN, 2008). No entanto, após a década de 1980, alguns pesquisadores acadêmicos – por exemplo, os da Escola de Copenhague - enxergavam que as dinâmicas do sistema internacional estavam mudando e, ademais, problemas de aspecto ambiental, societal, político, humanitário, desenvolvimento, de gênero e econômico estavam sendo discutidos e clamavam pela sua inclusão no estudo de segurança. Por último, a quarta questão refere-se a ver a segurança como inextricavelmente ligada à dinâmica de ameaças, perigos e

urgências. Neste último ponto, os Estados Unidos e os países do ocidente pressentiam que, após do fim da União Soviética, outros atores poderiam ascender, tornar-se inimigos dos países ocidentais e medidas prévias deveriam ser tomadas com maior agilidade. De forma mais destacada os da Escola de Copenhague defendiam que o conceito [de segurança internacional] poderia ser expandido contanto que os perigos, as ameaças e os objetos de referência se constituíssem com essa lógica de urgência e de medidas extremas (BUZAN; HANSEN; 2008).

Conforme afirmado acima, a Escola de Copenhague¹⁹ viu no conceito de securitização uma porta de entrada para ampliar a agenda temática dos estudos de segurança, tais como ambiental, instabilidade política ou social, saúde pública, minorias, segurança pública, drogas, etc. (VILLA; SANTOS, 2011, p.124-125). Segurança societal é definida por Buzan como a sustentabilidade, dentro das condições da evolução, do idioma, da cultura, da religião, da identidade nacional e dos costumes (BUZAN, WAEVER, DE WILDE, 1998:8 *apud* SHEEHAN 2005).

Sheehan complementa afirmando que enquanto a sociedade é definida por sua identidade, forma pela qual as comunidades pensam, definem a si mesmas e a forma pela qual indivíduos identificam-se como membros de um certo grupo; a insegurança societal, por outro lado, existe quando estas comunidades identificam elementos potenciais ou em desenvolvimento que possam ameaçar a sobrevivência da comunidade (SHEEHAN, 2005, pg.84). Dentre os tipos de ameaça à segurança societal existentes está o fenômeno migratório.

Segundo a Escola de Copenhague, migração é definida como um tipo de ameaça no que concerne à dominação ou pulverização de uma sociedade através de

¹⁹ Villa e Santos (2011, p. 125) afirmam que uma pergunta incômoda acabou surgindo: como impedir que aquelas temáticas fossem “colonizadas” pelo setor militar, ou seja, como impedir o domínio absoluto do setor militar no âmbito dos estudos de segurança. Do ponto de vista prática, o conceito poderia ser bem aceito por tomadores de decisão, interessados em legitimar medidas que se mantinham limitadas enquanto permanecessem na esfera política. Do ponto de vista conceitual, as pesquisas poderiam simplesmente encaminhar agendas em que os novos aspectos da segurança apareceriam como uma derivação do setor militar. Enfim. O paradoxo criado era o seguinte: a redefinição da segurança, com enfoques mais abrangentes e com a autonomia de novos setores, poderia permitir e reforçar a sua militarização. [...] O próprio Waever reconheceria que era praticamente inevitável ficar exposto a esse paradoxo, uma vez que o núcleo era praticamente inevitável ficar exposto a esse paradoxo, uma vez que o núcleo do conceito de segurança permaneceria essencialmente vinculado à defesa e à estabilidade estatal. Admitia, de forma quase fatalista, que não havia como escapar ao fato de que ao se evocar um problema de segurança, percepções e imagens apareceriam ainda vinculadas às agências militares e, é claro, ao Estado, na condução da política de defesa. O que significava que, de todo modo, o conceito tradicional de segurança mostrava grande vitalidade porque a cultura e as percepções sobre o que dizia respeito à segurança nacional e internacional ainda continuavam muito ligados a aspectos tradicionais.

influxos de outras pessoas ou quando a identidade do primeiro grupo é alterada por uma mudança significativa na sua composição populacional (SHEEHAN, 2005, pg.92). As comunidades identificam a ameaça desde uma perspectiva econômica, justificando que o aumento do número de fluxos migratórios para dentro de um mesmo território culminaria em uma maior competição pelas vagas de emprego local. Uma segunda perspectiva é a da segurança, a qual muitas comunidades argumentam que a vinda de grupos migrantes gera uma ameaça à cultura e aos valores locais os quais passam a ser vinculados às redes de organização criminosas e tal feito acaba por gerar uma imagem negativa da cultura local. E a terceira perspectiva é a cultural, a qual as comunidades afirmam que a chegada de migrantes acarreta no estilo de vida da população. Portanto, identifica-se que o objeto de estudo da perspectiva societal de segurança internacional não é o Estado, conforme outras perspectivas, mas são os indivíduos e suas identidades, os quais podem estar presentes em diversos territórios – como o caso dos curdos que estão espalhados nos territórios turco, iraquiano, iraniano e sírio – ou, também, indivíduos e identidades que estão em um mesmo território, mas representam a minoria deste.

Portanto, este capítulo buscou dar-nos bases para a compreensão do uso da linguagem nas Relações Internacionais, utilizando concepções do construtivismo de Nicholas Onuf e da Escola de Copenhagen de Barry Buzan e Lene Hansen – os quais compreendem que o mundo é socialmente construído e não um modelo dado e defeituoso – mesclando com os trabalhos desenvolvidos por Norman Fairclough e a Análise de Discurso Crítica. Tais conhecimentos servirão de apoio aos dois capítulos seguintes. A segunda parte do trabalho tem como intuito realizar uma análise histórica do desenvolvimento do processo de imigração nos Estados Unidos, o qual inicia antes mesmo de declarada a independência e que alcança os dias atuais com discussões acaloradas da reforma do sistema imigratório.

3. ANÁLISE HISTÓRICA DO FENÔMENO MIGRATÓRIO E DA POLÍTICA IMIGRATÓRIA NORTEAMERICANA

O fenômeno migratório mundial não é um tema novo na agenda internacional, pelo contrário, dentro e fora da academia discute-se e comenta-se sobre as diversas formas de construção do território e, conseqüentemente, das identidades a partir da chegada ou saída dos povos.

No caso dos Estados Unidos, aceitou-se como identidade²⁰ a concepção de que, primeiro, os Estados Unidos é uma nação de imigrantes e, segundo, que a identidade norteamericana é definida pelo Credo Americano²¹. Oscar Handlin, referência no estudo da história da imigração nos Estados Unidos, afirma em seu livro *The Uprooted* que um dia ele estava pensando em escrever um livro sobre a história dos imigrantes na América, porém ele descobriu que os imigrantes são a história da América (HANDLIN, 1973). De fato, ambas as compreensões acima citadas tornam-se legítimas quando se sente a necessidade de unir distintas etnias e construir uma única identidade. Os Estados Unidos é uma sociedade fundada e construída, em sua grande maioria, por colonos²² brancos, britânicos e protestantes que chegaram séculos XVII e XVIII. Seus valores, suas instituições e a sua cultura proporcionaram a estes primeiros imigrantes²³ as bases para conseguir construir as primeiras vilas e

²⁰ Segundo Samuel Huntington no seu livro *Who are we?* o conceito de identidade é múltiplo, difícil de definir e foge dos métodos comuns de medição. [...] Os acadêmicos têm respostas diversas que, no entanto, convergem sobre um tema central. A identidade é um sentimento do “eu” de um indivíduo ou de um grupo. É o produto da autoconsciência de que eu (ou nós) possui (ou possuímos) qualidades diferentes como ente que me distingue de ti (e nós deles). (HUNTINGTON, 2004).

²¹ O Credo Americano é baseado nos valores dos colonos vindos da Europa, o qual segue os princípios da liberdade, igualdade, individualismo, direitos humanos, governo representativo e propriedade privada.

²² Conceitualmente, colonos são um grupo de pessoas que deixam uma sociedade previamente existente com o fim de criar uma nova comunidade (uma cidade sobre uma colina) em um território novo e, muitas vezes, distante. Possuem uma consciência de propósito coletivo. De forma implícita ou explícita, subscritos em um pacto ou carta constitucional que define a base da comunidade que criam e sua relação coletiva com sua pátria original. Nos Estados Unidos, os colonos chegaram por volta dos anos de 1607, 1620 e 1630. Os elementos que definem a cultura tanto dos colonos como da própria cultura estadunidense é definida pelos pilares da religião católica, os valores e o moralismo protestante, uma ética do trabalho, o idioma inglês, as tradições britânicas relativas à lei, justiça e limitação do poder governamental e um legado artístico, literário, filosófico e musical europeu. (HUNTINGTON, 2004).

²³ Por imigrantes compreende-se um grupo de pessoas que não tem como objetivo criar uma nova sociedade. Deslocam-se de uma sociedade a outra distinta. A emigração é, em muitos casos, um processo pessoal que afeta os indivíduos e as famílias que definem individualmente sua relação com sua pátria anterior e com sua nova pátria que o acolhe. Os imigrantes chegaram nos Estados Unidos por volta do século XVIII e o próprio termo “imigrantes” foi adicionado ao dicionário inglês em 1780 para distinguir aqueles recém chegados dos colonos fundadores.

idades, e organizar as primeiras dinâmicas econômicas locais. Inicialmente, a identidade norteamericana era definida em termos de raça, etnia, cultura e religião. Posteriormente, a definição étnica foi rechaçada por aqueles que buscavam a independência da Inglaterra, uma vez que este era um ponto em comum entre os britânicos e norteamericano, e os Estados Unidos foram definidos por terem uma ideologia distinta a da britânica. Com a chegada de alemães, irlandeses e escandinavos outra vez a identidade dos Estados Unidos foi modificada. Depois de realizada a assimilação – baseada nos valores traduzidos pelos colonos - aos europeus imigrantes e após a vinda de um grande fluxo migratório no pós-Segunda Guerra Mundial, a etnia já não era mais concebida como uma identidade que ligasse todos os imigrantes nos Estados Unidos, isso acabou ficando mais claro quando a lei de imigração de 1965 foi homologada e as fronteiras foram abertas para receber os asiáticos, africanos, latinos e povos do leste europeu. A partir desse momento, o núcleo cultural angloprotestante que havia permanecido na identidade norteamericana por três séculos foi se perdendo nos discursos e muitos estadunidenses passaram a questionar-se sobre a possibilidade da identidade estar ligada apenas com o Credo Americano (HUNTINGTON, 20014).

Para que possamos compreender a identidade dos Estados Unidos e os fluxos migratórios ao longo de toda a sua história, este capítulo será dividido em cinco momentos: o período Colonial (1700-1776), período da independência à Guerra Civil, Guerra Civil à Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, e por último, do final da Guerra Fria à eleição de Donald Trump.

3.1 Período Colonial (1700-1776)

A descoberta do Novo Mundo e a abundante quantidade de recursos naturais encontrada por Cristóvão Colombo e outros exploradores fez brilhar os olhos dos europeus que buscavam refugiar-se das guerras eclodidas na Europa no século XV a fim de encontrar um lugar que lhes desse, tanto as pessoas quanto as companhias comerciais, oportunidades econômicas e liberdade religiosa de expressão e de mercado.

Na primeira leva de europeus desembarcaram agricultores e comerciantes britânicos. Os colonos do império britânico não vinham com um instinto de explorar – como foi feito pelos portugueses e espanhóis na América Central e do Sul -, pelo contrário, eram famílias ou até mesmo indivíduos que chegavam sozinhos apostando na construção de um novo lugar para eles morarem, produzirem as suas colheitas e agradecer aos seus deuses. Além da Inglaterra, outras potências europeias da época interessaram-se pelo povoamento dos seus cidadãos no Novo Mundo, no entanto os impérios holandês e francês não lograram convencer as suas populações a desbravar o desconhecido. Já a Inglaterra, devido ao grande crescimento populacional, ao aumento da pobreza e a falta de alimento encontrou no Novo Mundo uma oportunidade para enviar aqueles – na sua grande maioria britânicos, galeses e irlandeses - que se interessavam em desbravar as terras do outro lado do Atlântico.

Devido à falta de liberdade religiosa concedida pelo império britânico, o qual seguia fielmente a religião anglicana, muitos peregrinos, puritanos, católicos e quakers aceitaram a empreitada e desembarcaram na costa leste dos Estados Unidos. Os peregrinos, por exemplo, ganharam muito apoio religioso no atual estado de Massachusetts, por outro lado, William Penn e seus seguidores religiosos protestantes foram um dos responsáveis pelo desenvolvimento do estado da Pennsylvania, já os católicos permaneceram no atual estado de Maryland. Se por um lado os colonos ancoravam nos Estados Unidos por sentirem-se ameaçados em praticar uma religião diferente a do governo central, outros colonos – ingleses, galeses e irlandeses – buscavam uma maior liberdade comercial e de fazer seus negócios. Na Inglaterra do século XV a terra estava sob posse da nobreza, contudo, nos Estados Unidos a propriedade privada era concedida a qualquer indivíduo que tenha condições de adquiri-la e transformá-la em cultivo. Segundo Samuel Huntington (2004, p.67):

Os primeiros colonos norteamericanos, como os de outros lugares, não representavam o conjunto total da população de seu país de origem, eles procediam de setores ou fragmentos concretos de tal população. Abandonaram sua pátria e se deslocaram a outro lugar para estabelecer uma nova comunidade porque sofriam opressão em seu país de origem e/ou apreciavam novas oportunidades na terra que lhes iria acolher. Cada grupo de colonos europeus na América do Norte e do Sul, na África do Sul e no sul do Pacífico levou consigo as ideias ou ideologias da classe social a qual pertencia em seu país de origem: a aristocracia feudal, o liberalismo, o socialismo da classe trabalhadora. No novo território, no entanto, a ideologia da classe europeia carecia de antagonismo classista original e foi transmutada no nacionalismo da nova sociedade. Por serem fragmentos de uma sociedade de origem mais complexa, as sociedades colonizadoras não reproduzem a dinâmica de mudança dessa outra sociedade e, portanto, preservam as instituições e a cultura de sua sociedade original na nova.

Os primeiros colonos norte-americanos não representavam a maioria no lugar em que ocupavam, pelo contrário, os nativos locais eram a população de maior número, porém foram os colonos que passaram a ditar as regras locais. A relação entre os nativos americanos e os colonos europeus era de proximidade e comercial quando lhes convinham e de disputa na demarcação do território ou na pesca do peixe, por exemplo. Não podemos esquecer que, com o aumento do fluxo migratório, as disputas e brigas entre os próprios colonos aumentaram também, resultando, em alguns casos, em violência e morte.

Uma segunda grande leva foi a chegada de assalariados e de escravos. Os primeiros desembarcaram em grande número nos estados do sul, como Carolina do Norte e do Sul, Virginia e Maryland, contabiliza-se que anos de 1600 metade da população branca do sul era de assalariados²⁴. De acordo com Hillstrom (1963, p. 12):

These men and women – usually young and single and always poor – agreed to provide labor for anywhere from three to seven years to a farmer or craftsman in Exchange for passage to the New World and basic food and shelter in the colonies. Some contracts also promised land to servant after they fulfilled the terms of their contract²⁵.

Como comentado acima, os escravos africanos foram um grande grupo que chegou nos Estados Unidos por volta de 1619 e serviu aos colonos como mão-de-obra barata na plantação de tabaco, algodão e outros produtos. Com a eclosão da Revolução Industrial na Inglaterra, muitos assalariados sentiram a necessidade de retornar a Europa, uma vez que, primeiro, os colonos estavam substituindo o trabalho do assalariado pela mão-de-obra escrava sem custo e, segundo, seus trabalhos iriam ser úteis nas novas indústrias na Inglaterra. Hillstrom (1963, p. 12-13) afirma que:

Land owners and craftsmen in America, meanwhile, had determined that slaves were more profitable than indentured servants anyway. They could be treated more ruthlessly, worked harder, and kept for entire lifetimes – and they also produced a steady supply of new labor in the form of sons and daughters. Black women slaves could also be put to work in the fields – unlike White women, who were limited to household chores, milling, dairying, and other traditional female work by European societal traditions. Finally, contracts with indentured servants often provided for them to receive parcels of land once they fulfilled the terms of their indenture; masters were under no such

²⁴ Dado recolhido em (Hillstrom, 1963, p. 12)

²⁵ Estes homens e mulheres – na sua maioria jovens, solteiros e quase sempre pobres – concordavam em trabalhar por três ou até sete anos para um agricultor ou um artesão e, em troca, ganhar uma passagem ao Novo Mundo, comida e abrigo para viver. Alguns contratos também prometiam terras após eles pagarem pelos termos estabelecidos no contrato inicial.

obligation to give any such compensation to slaves. these factors made slavery a big element in America's early economic development²⁶.

Portanto, a população norteamericana a qual alcançava os 650 habitantes em 1610, cinco décadas depois já eram encontrados cerca de 75.100 habitantes, na virada para o século XVIII haviam 250.900 pessoas e nas vésperas da guerra de independência calculava-se uma população de 2.148.100²⁷. De acordo com a Tabela 1 abaixo podemos compreender melhor o fluxo migratório aos Estados Unidos durante os anos de 1700-1775.

Tabela 1. Fluxo migratório de 1700-1775

TABLE 1.1 Estimated Decennial Immigration by Ethnic Group into the Thirteen Colonies, 1700-1775.

DECADE	AFRICANS	GERMANS*	NORTHERN IRISH	SOUTHERN IRISH	SCOTS	ENGLISH	WELSH	OTHER	TOTAL
1700-1709	9,000	(100)	(600)	(800)	(200)	(400)	(300)	(100)	(11,500)
1710-1719	10,800	(3,700)	(1,200)	(1,700)	(500)	(1,300)	(900)	(200)	(20,300)
1720-1729	9,900	(2,300)	(2,100)	(3,000)	(800)	(2,200)	(1,500)	(200)	(22,000)
1730-1739	40,500	13,000	4,400	7,400	(2,000)	(4,900)	(3,200)	(800)	(76,200)
1740-1749	58,500	16,600	9,200	9,100	(3,100)	(7,500)	(4,900)	(1,100)	(110,000)
1750-1759	49,600	29,100	14,200	8,100	(3,700)	(8,800)	(5,800)	(1,200)	(120,500)
1760-1769	82,300	14,500	21,200	8,500	10,000	(11,900)	(7,800)	(1,600)	157,800
1770-1775	17,800	5,200	13,200	3,900	15,000	7,100	(4,600)	(700)	67,500
<i>Total</i>	278,400	84,500	66,100	42,500	35,300	(44,100)	(29,000)	(5,900)	(585,800)

*"Germans" refers to German-speaking peoples, many of whom came from areas outside the modern borders of Germany, especially Switzerland and Alsace.

Fonte: FOGLEMAN (1996, p.21)

Como podemos perceber, desde o início da criação do Estado norteamericano os imigrantes foram os grandes responsáveis pelo povoamento e construção do território e identidade. Conforme veremos nos próximos capítulos, estes números crescerão assim como o território estadunidense, que até este período se reduzia as Treze Colônias na costa leste.

²⁶ Os latifundiários e os artesãos nos Estados Unidos determinaram que ter um escravo é mais rentável que ter um assalariado. Um escravo poderia ser tratado de forma mais cruel, poderia trabalhar mais e estaria à disposição toda a vida deles – e, além disso, se reproduziria fornecendo outras mãos-de-obra, chamados de filhos e filhas. As mulheres negras também poderiam trabalhar nas plantações – ao contrário da mulher branca que deve ficar na casa, cuidando dos filhos e fazendo as suas tarefas rotineiras, como uma tradicional mulher europeia da época. Finalmente, os contratos realizados entre os latifundiários e os assalariados resultavam em doação de terra, já aos escravos não existia nenhuma compensação contratual estabelecida. Estes fatores fizeram do trabalho escravo um grande elemento para o desenvolvimento da economia norteamericana.

²⁷ Dados recolhidos do site <<https://www.infoplease.com/us/population/colonial-population-estimates>> o qual informa que tais números são uma imprecisos uma vez que o censo nos Estados unidos começou a ser contabilizado em 1790.

3.2 Da independência à Guerra Civil (1776-1882)

Após declarada a independência dos Estados Unidos em 04 de julho de 1776, as novas lideranças estadunidenses tinham como principal tarefa a criação de leis e de uma instituição democrática de direito. No ano de 1787 foi estabelecida a Constituição dos Estados Unidos e em 1791 foi criado foi *Bill of Rights*, uma carta anexada a constituição a qual estabelecia que todo cidadão norteamericano tem garantido por lei a liberdade de expressão, religiosa e de imprensa. Ademais, os *Founding Fathers*²⁸ declararam por lei as distinções dos cidadãos nascidos nos Estados Unidos daqueles que são naturalizados, ou seja, indivíduos nascidos em terras estrangeiras que migram aos Estados Unidos e querem obter a cidadania estadunidense.

Os diversos setores da sociedade norteamericana entendiam que a imigração era vital para a sobrevivência do país, uma que vez que a necessidade de abrir as portas aos comerciantes, agricultores, jovens com ânsias de melhorar de vida permitia o desenvolvimento e ascensão do país. Por este motivo, em 1790 foi declarada a *Naturalization Law 1790* – Lei de Naturalização 1790 – a qual garantia aos homens brancos e livres não naturalizados o prazo de dois anos de residência para o recebimento da cidadania norteamericana. De acordo com David Gerber (2011, p.34) em 1795 tal lei foi revista e reformulada:

The Naturalization Law of 1795 embodied a consensus in Congress on the terms of citizenship. In its basis conception of the process of becoming a citizen and of the exclusive nature of American loyalty, it would govern understanding throughout the country's history into present. [...] The act stated that after five years of living in the United States, foreign residents could become citizen if (1) they had given notice two years earlier of the intention to be naturalized; (2) swore to have completed the period of legal residence; (3) foreswore other and former allegiances, renounced all foreign titles, and took an oath of loyalty; and (4) satisfied a court that they were of good carácter, belived in the principles of the American Constitution, and were disposed to make positive contributions to the community²⁹.

²⁸ Foi estabelecido por lei, por exemplo, que apenas os cidadãos nativos dos Estados Unidos poderiam votar nas eleições para a presidência.

²⁹ A Lei de Naturalização de 1795 incorporou um consenso no Congresso sobre os termos da cidadania. Na sua concepção básica do processo de tornar-se cidadão e de natureza exclusiva da lealdade americana, governaria o entendimento em toda a história do país até o presente. [...] O ato afirmou que, após cinco anos de vida nos Estados Unidos, os residentes estrangeiros poderiam se tornar cidadãos se (1) tiverem avisado dois anos antes da intenção de ser naturalizado; (2) jurou ter completado o período de residência legal; (3) teve outras alianças anteriores e renunciou a todos os títulos estrangeiros e fez um juramento de lealdade; e (4) satisfizesse um tribunal que eles eram de bom caráter,

Embora o racismo seja evidente, nunca foi reconhecido como um problema político ou moral da postura dos congressistas ou da própria legislação. A fim de evitar problemas e um excesso de restrições aos imigrantes, foram criadas as *Fourteenth and Fifteenth Amendments* – alteração número quatorze e quinze da Constituição – as quais protegem os direitos civil e político dos recém emancipados afroamericanos e garante a cidadania a todo indivíduo que nasce dentro do território estadunidense.

Ameaçados por uma grave crise na agricultura, muitos europeus sobem nos navios rumo aos Estados Unidos, no entanto os norteamericanos sentem-se incomodados pela chegada de irlandeses e alemães, na sua grande maioria agricultores e artesãos católicos. Somado a isso, foi criada a primeira organização urbana nomeada Trabalhadores Angloamericanos Protestantes, que tinha como objetivo a supressão dos grandes fluxos migratórios e contrariar os poucos critérios exigidos pelo governo norteamericano àquele que buscam a cidadania. Tal movimento foi resultado da incerteza sobre a economia e do medo gerado sobre as movimentações realizadas pelo Vaticano e o aumento da influência do catolicismo. Nesse sentido, em 1798 é criado o *Alien Enemies Act* – Ato do Inimigo Estrangeiro – a qual permite que o governo dos Estados Unidos apreenda e deporte qualquer indivíduo que seja de algum Estado considerado hostil aos estadunidenses. O receio foi gerado pelos discursos de uma ala católica nos Estados Unidos que clamava por um América católica. Por fim, para completar o bloco dos anti-imigrantes um partido chamado *American Party* foi criado com o fim de participar das eleições de 1852 e 1856 e para contrapor aos outros movimentos anti-imigração considerados radicais e sem ação. Segundo Gerber (2011, p. 22):

Its platform revisited the congressional debates of the 1790s, in which the precise number of years of residence in the United States deemed necessary to be born again as the citizen of a democratic republic was a principal matter for concern. Five years seemed completely off the mark for Americans contemplating thousands of impoverished Irish peasants they now saw in the streets. Thus, the party's platform rendered its anti-Catholic, anti-immigrant ideology in one promise: if elected it would extend the time required for naturalization to twentyone years, the period from birth a native-born male usually had to wait until allowed to vote. The immigrant, in effect, had to be born and mature again. The American Party at the national level was led by respectable, if highly opportunistic men, conservative by temperament and ideology. They had no intention of unleashing fanaticism. They knew

reconhecidos nos princípios da Constituição Americana, e estavam dispostos a fazer contribuições positivas para a comunidade.

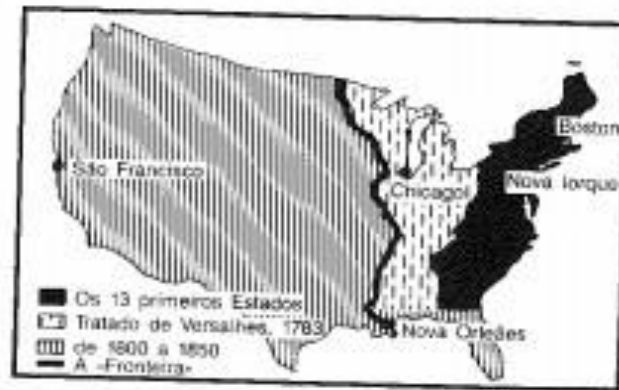
immigrant workers and farmers were essential to American prosperity and power. Party leadership opted not to reform immigration policy, but to reform the immigrants themselves: with the passage of time they would be exposed to American life and become Americans³⁰.

Outro ponto que merece destaque é a aquisição de territórios por parte do governo norteamericano no começo do século XIX. Como bem escreve Fernand Braudel em seu livro *Gramática das Civilizações*, a história fez bem as coisas: permitiu que os Estados Unidos, quase sem disparar um tiro, fossem do Atlântico ao Pacífico (BRAUDEL, 1989). Em 1803 o governo americano comprou a Louisiana, a Flórida espanhola foi obtida em 1821, receberam da Inglaterra em 1846 o Oregon e, finalmente, tomaram do México os estados do Texas, Novo México e Califórnia na Guerra Mexicano-Americana em 1846. De acordo com Braudel (1989, p. 419):

Desde o princípio, a lei de 1787 reservava sabiamente os territórios inocuados do Oeste à propriedade comum da União. Em seguida, na medida em que se iam povoando, novos estados ali se formaram, até atingir o número 48 (o 49º será o Alasca, 50º o Havaí) iniciada pelo menos em 1776, concluída talvez com a distribuição dos últimos loteamentos do Oklahoma em 1907, a colonização tomou mil formas, popularizadas pelas narrativas históricas, pelos romances e filmes, desde carroças dos primeiros emigrantes e suas lutas contra os índios atiradores de flechas até as viagens dos derradeiros colonos veiculados pelas lentas estradas de ferro construídas de um oceano ao outro.

³⁰ Sua plataforma revisitou os debates do Congresso da década de 1790, nos quais o número exato de anos de residência nos Estados Unidos julgou necessário nascer de novo como cidadão de uma república democrática foi motivo de preocupação. Cinco anos pareciam completamente fora da marca para os americanos contemplando milhares de camponeses irlandeses empobrecidos que agora viram nas ruas. Assim, a plataforma do partido tornou sua ideologia anti-católica e anti-imigrante em uma promessa: se eletivo estenderia o tempo necessário para a naturalização a vinte e um anos, o período desde o nascimento, um macho nativo geralmente teve que esperar até permitir o voto. O imigrante, de fato, teve que nascer e amadurecer novamente. O Partido americano a nível nacional foi liderado por homens respeitáveis, se altamente oportunistas, conservadores pelo temperamento e pela ideologia. Eles não tinham intenção de desencadear o fanatismo. Eles sabiam que os trabalhadores imigrantes e os agricultores eram essenciais para a prosperidade e o poder americanos. A liderança partidária optou por não reformar a política de imigração, mas para reformar os próprios imigrantes: com o passar do tempo eles estariam expostos à vida americana e se tornariam americanos.

Figura 2. Formação territorial dos Estados Unidos no século XIX



20. A formação territorial dos Estados Unidos

Fonte: BRAUDEL (1989, p.414)

Com o aumento do território, os Estados Unidos passam cada vez mais a heterogeneizar a sua etnia e modificar a sua identidade nacional. A partir do momento em que os norte-americanos conquistam os territórios do oeste a sua população que era majoritariamente inglesa, irlandesa, galesa, alemã e afroamericanos se mescla com mexicanos, espanhóis e chineses. Nos anos de 1820 e 1830 a população estadunidense cresceu rapidamente, em 1830 600.000 imigrantes desembarcaram nas Treze Colônias, já em 1840 o número de novos residentes alcançou 1.75 milhão. A proporção de imigrantes aumenta à medida que na Europa as pessoas vão encontrando alternativas medicinais que as curam das doenças resultando em uma taxa de natalidade superior a de mortalidade e a Revolução Industrial eclode na Inglaterra e se espalha pela Europa gerando um êxodo rural sem precedentes. Por estes motivos, ingleses, alemães, galeses, irlandeses buscam os Estados Unidos como um refúgio ao descontrolo gerado pela ânsia do desenvolvimento económico, tecnológico e científico. Huntington (2004, p. 68) atesta que:

Em 1790, a população total dos Estados Unidos, excluídos os nativos americanos, era de 3.929.000 habitantes, dos quais 698.000 eram escravos e não eram considerados pelos demais como parte da sociedade estadunidense. A população branca era, etnicamente falando, 60% inglesa, 80% britânica (o resto era, sobretudo, alemães e holandeses) e 98% protestantes. Excluindo os negros, os Estados Unidos era uma sociedade homogênea em termos de raça, origem nacional e religião. [...] O século XVIII terminou imerso em uma explosão demográfica nos Estados Unidos: uma explosão possivelmente como nenhuma outra em sua história, com taxas de natalidade extraordinariamente elevadas e com uma proporção enorme (para a época) de crianças que chegavam a idade adulta nos estados do norte. Estimou-se que a taxa bruta de nascimentos nos Estados Unidos em 1790 era de 55%, comparada com 35% dos países europeus. As mulheres estadunidenses se casavam quatro ou cinco anos mais jovens que suas

contemporâneas europeias. A taxa de fertilidade total nos Estados Unidos foi estimada em 7,7 filhos por mulher em 1790 e de 7,0 em 1800, muito acima dos 2,1 necessário para manter uma população estável. A fertilidade se manteve acima dos 6,0 até a década de 1840 e, a partir de aí, foi declinando paulatinamente até 3,0 as vésperas da Depressão de 1929. No total, a população estadunidense teve um incremento de 35% entre 1790 e 1800, de 36% entre 1800 e 1810 e 82% entre 1800 e 1820.

Durante a Guerra da Secessão os dados acima citados decresceram juntamente com o fluxo migratório, no entanto, uma vez dado fim ao conflito civil as portas foram automaticamente reabertas aos estrangeiros.

Os fluxos migratórios de chineses aos Estados Unidos começaram na década de 1820, porém a grande onda de chineses deu-se na década de 1840 com a descoberta do ouro na Califórnia. A grande maioria dos imigrantes era do sexo masculino, devido ao tipo de mão-de-obra bastante específico exigido nas mineradoras, nas fazendas ou até mesmo na construção de ferrovias e o salário pago aos chineses era inferior ao que os norteamericanos recebiam. Já as mulheres que chegavam aos Estados Unidos estavam majoritariamente envolvidas com a prostituição.

Em 1863 começou a construção da *Central Pacific Railroad* a qual conectava os estados da Califórnia e Utah e muitos chineses deslocaram-se aos Estados Unidos em busca de emprego. Por outro lado, os grandes empresários da época responsáveis por estas construções sabiam do diferencial da mão-de-obra chinesa frente ao dos estadunidenses. Além dela ser mais barata, os chineses arriscavam e aguentavam as condições adversas de trabalho.

No entanto, na década de 1870 iniciou uma grave crise econômica gerando desempregos e um grande temor dos americanos brancos assalariados de perderem seus empregos devido ao baixo salário pago aos chineses. Nesse sentido, surge um sentimento anti-chinês muito acentuado e movimentos contra a entrada de imigrantes chineses e de exigência pela saída deles são criados. Danis Kearney, um dos líderes dos movimentos anti-imigração chinesa afirmou em um dos seus discursos “*and whatever happens, the chinese must go!*”³¹. Inspirados na insegurança econômica, na hostilidade racial e na oportunidade política o movimento ganhou cara e forma em defesa do bem-estar garantido nos Estados Unidos. Fora da Califórnia o movimento contra os chineses foi violento e ao mesmo tempo com pouco apoio, porém alguns políticos entusiasmaram-se com a discussão e com a repercussão gerada em outras minorias raciais, como os afroamericanos.

³¹ Não importa o que aconteça, os chineses devem ir embora. (GERBER, 2011).

Em 1882 o Congresso norteamericano promulgou o *Chinese Exclusion Act* – Lei de Exclusão dos Chineses – a qual barrou apenas os trabalhadores chineses de entrar no Estados Unidos. Estudantes, cidadãos chineses com familiares nos Estados Unidos e chineses que são cidadãos americanos continuavam entrando e saindo dos Estados Unidos sem nenhuma dificuldade. Em 1904 a lei sofreu algumas modificações e em 1943 ela foi revogada quando China e Estados Unidos tornaram-se aliados na luta contra o Japão na Segunda Guerra Mundial.

3.3 Da Guerra Civil à Segunda Guerra Mundial (1885-1945)

Do final da década de 1870 até 1920 os Estados Unidos receberam a maior quantidade de imigrantes no país. A construção de infraestrutura conectando o país de leste a oeste permitiu que ele fosse explorado e entrasse em um período de desenvolvimento interno sem precedentes. Utilizando novas tecnologias, tendo meios de transporte para levar a produção a outros estados ou exportá-la e com mão-de-obra disponível, tanto as indústrias quanto os agricultores puderam colher seus frutos e impulsionar o crescimento econômico norteamericano. Segundo argumenta Kevin Hillstrom (1963, p. 21-22):

By the end of nineteenth century, America's global reputation as a land of economic opportunity and personal reinvention had never been greater. Out west, railroads and telegraph lines were shattering the distances between farflung cities—and creating new towns and villages wherever they went. The great cities of the east, meanwhile, were frenzied beehives of financial activity that seemed to keep everyone—financiers, shopkeepers, factory managers, craftsmen, servants, and unskilled laborers—in a state of perpetual motion³².

Curiosamente, o ponto de partida da Revolução Industrial norteamericana foi na Nova Inglaterra, onde a indústria têxtil deu seu primeiro arranque e teve seu *boom* quando as primeiras estradas de ferro começaram a ser construídas pelos imigrantes. Somado a isso, o telégrafo passou a ser um instrumento de transmissão de informação mais rápido da época permitindo que qualquer indivíduo tanto do leste e

³² No final do século XIX, a reputação global dos Estados Unidos como terra de oportunidade econômica e reinvenção pessoal nunca foi maior. Nas estradas oeste, as ferrovias e as linhas de telégrafo estavam destruindo as distâncias entre cidades distantes - e criando novas cidades e aldeias onde quer que fossem. As grandes cidades do leste, entretanto, eram colméias frenéticas de atividade financeira que pareciam manter todos - financiadores, comerciantes, gerentes de fábrica, artesãos, servos e trabalhadores não qualificados - em um estado de movimento perpétuo.

quanto do oeste americano pudesse se comunicar em uma questão de horas. Esse período corresponde a uma fase de realizações das conquistas territoriais, com o máximo aproveitamento dos recursos que o país oferecia. Ademais, os princípios de liberdade, igualdade e democracia tão bem falados na Europa e desejados pelos europeus eram encontrados nos Estados Unidos, permitindo, dessa forma, que os europeus que chegassem vislumbassem a ideia de sair dos seus países e ir viver o sonho americano (PECEQUILO, 2005).

Até o século XIX muitos imigrantes que desembarcavam nos Estados Unidos eram predominantemente da Inglaterra, Irlanda e Alemanha, no entanto, este quadro mudou com a chegada de europeus do sul e do leste³³. O caos político e econômico e as guerras pelas independências locais obrigaram muitos europeus que viviam na pobreza a partir para o lugar considerado mais próspero da época. A imigração desse período, somada aos fluxos anteriores, dotou a sociedade estadunidense de seu caráter, cultura e influências diversas, fazendo com que o país se revelasse como uma composição de diferentes nacionalidades, o que leva à classificação da sociedade norte-americana como um *melting pot*³⁴ (PECEQUILO, 2005). Braudel (1989, p. 423) afirma que:

Não é tanto o Oeste agrícola que vai absorvê-los [imigrantes], quando o Leste urbano e industrial: este último é por eles transformado, mas não subvertido. [...] Os Estados Unidos que acolhem os recém-chegados possuem cidades, indústrias em pleno florescimento, um admirável poder de adestramento e persuasão ao mesmo tempo. A assimilação foi rápida, espantosamente eficaz.

Na costa oeste dos Estados Unidos, imigrantes europeus entravam no país em grande número. Após a grave crise econômica da década de 1890, a onda de imigrantes voltou a atravessar o Atlântico. Entre 1871 e 1900, cerca de 11.7 milhões de imigrantes desembarcaram no território estadunidense, já entre 1901 e 1920 o número ascendeu a 14.5 milhões. Já entre os anos de 1800 e 1900 a América do

³³ Após a Guerra Civil Americana, o nível de irlandeses caiu 46% no final da década de 1840, 37% em 1850 e no final do século XIX a porcentagem ficou reduzida em apenas 4.2%. Ademais, os alemães, em 1860 contabilizavam 35% da população norte-americana, porém cinquenta anos mais tarde eles representavam apenas 2.7%. Por outro lado, a população italiana que, em 1870, representava apenas 1.7%, em 1910 representava a quinta parte da população estadunidense.

³⁴ Em inglês, crisol de raças também chamado de caldeirão de raças ou de culturas, é uma metáfora para uma sociedade heterogênea que se torna mais homogênea, quando seus diferentes elementos "derretem juntos" em um todo harmonioso, com uma cultura comum; ou vice-versa, quando uma sociedade homogênea torna-se mais heterogênea através do afluxo de componentes estranhos com diferentes origens culturais e com um potencial de criação de desarmonia com a cultura anterior.

Norte aumento de cerca de 7 para mais de 80 milhões de habitantes (HOBBSAWM, 1995). No final do século XIX e começo do XX imigrantes vindos da Rússia, Áustria-Hungria e da Escandinávia – suecos, noruegueses e dinamarqueses – chegaram aos Estados Unidos para trabalhar em fazendas, pequenas lojas e nas indústrias de Chicago, Minneapolis e Detroit. Por outro lado, os chineses e mexicanos estavam abrindo seus comércios na região oeste estadunidense. Receosos pela receptividade dos norteamericanos, muitos mexicanos decidiram permanecer no México até que a onda de discriminação fosse reduzida e apenas por volta dos de 1910 e 1930 o censo estadunidense contabilizou um aumento de três vezes da população inicial – de 200.000 o número saltou para 600.000.

Devido à mescla de diversas etnias – italianos, ingleses, irlandeses, alemães, chineses, mexicanos – tornou-se quase impossível a assimilação³⁵. O conceito de raça começou a adquirir, no início do século XIX, um significado cada vez mais ligado ao pensamento científico, intelectual e popular tanto na Europa como nos Estados Unidos³⁶.

Os novos imigrantes eram diferentes da nova leva que estava chegando ao país. A sua grande maioria eram grupos de judeus ortodoxos ou católicos-romanos, além dos italianos, eslavos e gregos, os quais causaram grande estranheza aos americanos e foram motivo de preconceito e desconfiança. Conforme David Gerber (2011, p. 35-36):

The physical appearances of eastern European Jews, Slavs, and southern Italians and Greeks suggested a lack of racial kinship with Anglo-Americans, though these differences were no doubt accentuated by the ill-fitting peasant garb and poverty of most newcomers. The prominent sociologist Edward A. Ross spelled out these suspicions about racial difference and inferiority when he noted in 1914 that “the physiognomy of certain groups unmistakably proclaims inferiority of type.” In every face, he noted “something wrong. There were so many sugar-loaf heads, moon faces, slit mouths, lantern jaws, and goose-bill noses that one might imagine a malicious jinn [genie] had amused himself by creating human beings in a set of skew-molds discarded by the Creator.”³⁷

³⁵ A assimilação cultural é o processo de adaptação à cultura de um sociedade ou nação, qual pode envolver uma mudança rápida ou gradual dependendo das circunstâncias do grupo.

³⁶ Os norteamericanos passaram a acreditar que as diferenças qualitativas entre as raças eram inatas e não determinadas pelo entorno. Os seres humanos, segundo a crença predominante, estavam divididos em quatro grandes raças, por ordem descendente de qualidade: a caucásica, a mongólica, a índia e a africana. Dentro da caucásica, se fazia uma distinção adicional em que os aglossaxões vinham em primeiro, seguidos das tribos germânicas. Este conceito racial da identidade foi pregado por ambos povos nos seus discursos para justificar a expansão territorial do século XIX. (HUNTINGTON, 2004).

³⁷ As aparências físicas dos judeus da Europa Oriental, dos eslavos e italianos do sul e dos gregos sugeriram a falta de parentesco racial com os anglo-americanos, embora essas diferenças não fossem, sem dúvida, acentuadas pela vestimenta camponesa ilimitada e a pobreza da maioria dos recém-chegados. O proeminente sociólogo Edward A. Ross explicou essas suspeitas sobre a diferença racial

No entanto, os campeões da discriminação e preconceito foram os chineses e japoneses. A crueldade dos norteamericanos era tamanha que condenavam os imigrantes orientais tanto pelo atraso cultural quanto biológico. Muitos nativos-americanos exigiam, como um ato de salvação da América, reformas nas políticas de migração para a entrada dos chineses e japoneses. No final da década de 1890, outra vez, emergem grupos que levantam a bandeira contra a imigração. O primeiro grupo é chamado de *American Protective Association* – Associação de Proteção Americana – a qual é inspirada na organização anti-católicos do século XIX e chama a atenção as camadas rurais e as das pequenas cidades do sul e meio oeste. Outro grupo que ganhou destaque nesta época foi o *Ku Klux Klan* (GERBER, 2011, p.40), o qual originalmente estabeleceu-se no sul do país e levantava a bandeira contra a igualdade política e civil dos afroamericanos e se autoconsiderava uma organização anti-católica, anti-semita e anti-imigrantes.

O caminho para a limitação da entrada de novos imigrantes começou em 1907 com o estabelecimento no Congresso da Comissão Dillingham (GERBER, 2011, p.42). Uma investigação foi aberta, através da recollecção de relatórios sobre as condições e o movimento de imigrantes vindo da Europa e Ásia. O objetivo era encontrar provas concretas que afirmassem que os imigrantes enviados pelos europeus e asiáticos eram pobres ou ex-carcerários e que a grande sacada dos europeus foi entrar no jogo da imigração e selecionar aqueles que ficavam na Europa. Tal investigação deu corpo para que em 1921 fosse homologado o *Emergency Quota Act* – Lei de Cota Emergencial – a qual baniu os asiáticos de entrar nos Estados Unidos, estabeleceu uma cota de entrada dos europeus de 3% ao ano, limitou a entrada de apenas 350.000 imigrantes por ano – 45% poderiam proceder do sul e leste europeu, e 55% do norte e oeste europeu. Contudo, a lei de 1921 não surtiu o efeito esperado e em 1924 a *Johnson-Reed Act* – Lei Johnson-Reed – foi aprovada. Segundo Huntington (2004, p. 82):

O Congresso aprovou limites temporais aos imigrantes em 1921 e, em 1924, impôs um máximo de 150.000 imigrantes anuais e cotas por países baseadas nas origens nacionais da população estadunidense de 1920. Como consequência, 82% eram de exclusividade dos países do norte e oeste da Europa e 16% do sul e leste europeu. Isso acabou produzindo uma mudança radical na composição étnica dos imigrantes. A imigração anual média

e a inferioridade quando observou em 1914 que "a fisionomia de certos grupos proíbe inconfundivelmente a inferioridade do tipo". Em cada face, ele notou "algo errado". Havia tantas cabeças de lombo de açúcar, rostos de lua, bocas de fenda, maxilas de lanterna e narizes de ganso que se poderia imaginar que um genro maligno [genial] se tivesse divertido por criar seres humanos em um conjunto de moldes negativos descartados pelo Criador.

durante o período de 1907-1914 procedente da Europa setentrional e ocidental era de 176.983 pessoas, enquanto que a da Europa meridional e oriental foi de 685.531. Com a nova lei, anualmente poderiam entrar 125.266 imigrantes dos primeiros e 23.235 dos segundos. Este sistema não sofreu modificações até 1965.

Por de trás destas ações estava o grande desejo por parte de alguns norte-americanos do seu país ser mais homogêneo racialmente, aspecto que impactaria fortemente na cultura e identidade, e no progresso nacional. Programas e leis como as de 1921 e 1924 tinham um apoio popular e eram utilizadas como justificativas para a proteção do seu povo contra os povos inferiores. Visões e formas de pensamentos muito parecidas ecoaram nos governos de Mussolini e de Hitler, na Europa, e no Japão de Hirohito, as quais foram transformadas em política de Estado e levadas a ser uma das justificativas para a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Devido às políticas restritivas dos anos de 1920, a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial resultaram em uma queda do número de imigrantes aos Estados Unidos. Apenas após 1945 os imigrantes voltariam a cruzar o Atlântico. A Tabela 2, abaixo ilustra a reviravolta ocorrida.

Tabela 2. Número de pessoas que receberam o visto de permanência nos Estados Unidos em 1945

Ano	Número de pessoas
1910	1.041.570
1915	326.700
1920	430.001
1925	294.314
1930	241.700
1935	34.956
1940	70.756
1945	38.119
1950	249.187

Fonte: U.S. Department of Homeland Security, 2016.

Entretanto, os discursos dos regimes racistas da Europa e o início da Guerra, em 1939, fizeram políticos e sociedade norte-americana repensarem as políticas de imigração e de naturalização. A lei que excluía os chineses do seu território foi

revogada em 1943. Por sua vez, já no final de 1945, com o surgimento da rivalidade ideológica entre União Soviética e o ocidente, os Estados Unidos perceberam que a sua imagem internacional não era bem vista. Isto muito se devia ao fato da pouca liberdade e proteção dos direitos dos afroamericanos e de uma violência estatal e popular contra os mesmos. Portanto, organizações articuladas que levantavam a bandeira étnica nacional, começaram a questionar todas as políticas de cotas implantadas pelo governo norteamericano até então.

3.4 Guerra Fria (1946-1979)

A revisão do sistema de cotas entrou em vigor no pós-Segunda Guerra Mundial em meio a um debate caloroso. O *McCarran-Walter Act* – Lei de McCarran-Walter de 1952 – foi a primeira legislação de imigração que revisou as políticas de cotas da lei de 1924. A nova lei abandonou a política de naturalizar apenas a população branca, porém manteve a permissão de entrada para apenas 150.000 imigrantes vindos da parte oriental do mundo. Por outro lado, a lei de 1952 não impôs nenhum limite de entrada aos povos do ocidente. Pelo contrário, eles tinham a preferência de entrar em solo americano devido a sua força de trabalho e a reunificação das famílias.

Outro tema encarado foram os 20 milhões de pessoas que chagaram aos Estados Unidos sem abrigo e sem identificação. A destruição da guerra, as mudanças das fronteiras nacionais, o avanço soviético na Europa e Ásia e a descolonização de algumas regiões da África, Ásia e Oriente Médio, resultou em uma dispersão de indivíduos refugiados pelo mundo. Com o fim de solucionar parte desta crise humanitária, foi aprovado o *Displaced Persons Act of 1948* – Lei das Pessoas Deslocadas de 1948 – a qual emitia vistos de até dois anos para 250.000 refugiados. Esta lei motivou muitos europeus a saírem dos seus países em direção a um lugar que lhes garantisse melhores condições sociais e econômicas. Calcula-se que cerca de 450.000 europeus entraram nos Estados Unidos beneficiados pela lei.

O presidente Dwight Eisenhower aprovou uma política de emergência chamada *parole power* – poder de liberdade condicional – a qual garantia que o presidente pudesse, em uma situação emergencial humanitária, decidir e conceder de forma unilateral a entrada de cidadãos afetados e ameaçados pelo caos em seus respectivos países de origem. A *parole power* foi utilizada em 1956 na revolução húngara, a qual

autorizou a emissão de visto a 30.000 refugiados húngaros. Conforme Gerber (2011, p. 47) afirma:

The significant confrontations of the Cold War, such as the Southeast Asian conflicts, and periods of internal instability within Cuba and other Soviet client states put pressure on the United States to absorb more refugees. Refugee resettlement would be materially aided and accelerated by generous government welfare policies, inspired by both humanitarian concerns and Cold War propaganda making, which were lacking for the rank-and-file voluntary immigrant. Those policies assisted greatly in the rapid integration of Cuban and Vietnamese refugees³⁸.

Organizações sindicais, de direitos humanos, religiosos, lobistas representando os industriais e agricultores, e políticos da ala democrático-liberal defendiam abertamente o seu apoio à revisão das políticas migratórias, argumentando a necessidade de se construir uma América pluralista, progressista e defensora do bem-estar social. Por um lado, a igreja católica abraçava a causa dos refugiados europeus e dos imigrantes levantando a bandeira do catolicismo norteamericano e levando o ativismo para as ruas como forma de reconhecimento e aceitação pública da problemática. Por outro lado, de forma surpreendente, era o apoio dos sindicatos pela causa. A posição destes historicamente sempre foi de apoio às políticas de cotas aos imigrantes, devido ao medo dos baixos salários pagos ao trabalho dos imigrantes. No entanto, nos anos de 1950 e 1960 o país era tão próspero, estava dominando a economia mundial de bens industriais e passava por uma expansão o mercado de consumo, que a liberalização das políticas de imigração era a última ameaça à economia norteamericana, afinal o mercado doméstico estava absorvendo com muita facilidade aqueles que buscavam trabalho. Não era à toa, de acordo com Paul Kennedy (1989, p. 353) enquanto que:

O PNB dos Estados Unidos tinha aumentado em mais de 50% em termos reais durante a guerra, o da Europa como um todo (exceto a União Soviética) tinha caído em cerca de 25%. A parcela europeia da produção industrial mundial era inferior a qualquer outro momento desde princípios do século XX; ainda em 1953, quando a maioria dos estragos da guerra tinha sido reparada, a Europa tinha apenas 26% do total (em comparação com os 44,7% dos Estados Unidos). Sua população agora era de apenas cerca de 15-16% da população mundial total.

³⁸ Os confrontos significativos da Guerra Fria, como os conflitos do Sudeste Asiático, e os períodos de instabilidade interna dentro de Cuba e outros Estados clientes soviéticos pressionaram os Estados Unidos para absorverem mais refugiados. O reassentamento dos refugiados seria substancialmente auxiliado e acelerado por generosas políticas de bem-estar do governo, inspiradas tanto nas preocupações humanitárias quanto na propaganda da Guerra Fria, que faltavam para o imigrante voluntário de fila e hierarquia. Essas políticas ajudaram muito na rápida integração dos refugiados cubanos e vietnamitas.

Conforme a Tabela 3, abaixo, compreendemos de forma mais visual o cenário das grandes economias da década de 1950.

Tabela 3. PNB total e per capita das potências em 1950 (em dólares de 1964)

Países	PNB total	PNB <i>per capita</i>
Estados Unidos	381 bilhões	2.536
URSS	126	699
Reino Unido	71	1.393
França	50	1.172
Alemanha Ocidental	48	1.001
Japão	32	382
Itália	29	626

Fonte: KENNEDY (1989).

O período pós-guerra foi marcado pelas oportunidades econômicas aos imigrantes que desembarcavam nos Estados Unidos. A expansão da economia não impactou apenas no aumento dos salários, mas também nas oportunidades de emprego nos mais variados novos setores econômicos norteamericano. Por outro lado, os imigrantes passaram a ser mais aceitos na sociedade, as culturas e identidades vistas com maus olhos, como a dos judeus ou os católicos-romanos, passaram, aos poucos, a serem mais aceitas e compreendidas. Nesse sentido, em 1954 a Suprema Corte toma decisão a favor da desagregação racial nas escolas públicas, as quais, até então, separavam os alunos brancos dos afroamericanos.

O otimismo e a organização dos grupos reformistas que lutavam contra o sistema de cotas resultou na aprovação, em 1965, da *Immigration and Nationality Act* – Lei de Imigração e Nacionalidade. Representante da cidade de Nova Iorque, Emanuel Celler e o senador pelo estado do Michigan, Philip Hart, foram os autores da lei que passou pelo Congresso com 326 votos contra 69 e no Senado com 76 votos contra 18. Chamada pelo jornal *The New York Times* como a lei da “vitória intelectual” (ORCHOWSKI, 2015), em 1968, a nova lei de imigração abolia as cotas que levavam em consideração a origem nacional do imigrante, removeu toda e qualquer referência à raça como um critério principal de escolha, estabeleceu um teto para a entrada de 170.000 imigrantes anualmente do leste europeu, com um limite de 20.00 imigrantes de cada país, definiu um teto de 120.000 imigrantes do oeste europeu, porém sem limites estabelecidos. Ademais, foi criada uma ordem de distribuição de visto com sete

categorias: reunificação familiar, estado de refugiados, profissionais, artistas e cientistas, trabalhadores com ou sem habilidades. De acordo com Orchowski (2015 p.39-40):

Both the president and the popular Senator Ted (Edward) Kennedy assured the public that there would be no significant demographic changes to the United States brought on by the new law. At the signing of the bill on October 3, 1965, President Johnson said, "This bill that we will sign today is not a revolutionary bill. It does not affect the lives of millions. It will not reshape the structure of our daily lives, or really add importantly to either our wealth or our power."² While at an immigration hearing on February 10, 1965, Senator Ted Kennedy said, "The bill will not flood our cities with immigrants. It will not upset the ethnic mix of our society." Secretary of State Dean Rusk estimated the influx of only a few thousand Indian immigrants over the next five years, and other politicians. These assertions would later prove grossly inaccurate³⁹.

Entretanto, o público em geral ficou apreensivo com relação à mudança que a lei de 1965 fez na lei de 1924, uma vez que se preocupavam com a volta de um mar de imigrantes nas cidades e os problemas sociais que poderiam ser causados e a possível perda real dos salários na época.

A reconstrução no pós-1945 fez reduzir o número de imigrantes europeus aos Estados Unidos devido à necessidade de mão-de-obra para a construção de infraestrutura, indústrias, casas e o que mais necessitassem, dessa forma, garantindo emprego aos europeus e novos horizontes. Já no leste europeu, o autoritário e repressivo regime de Stalin fechava as fronteiras para qualquer cidadão que ousasse fugir do seu território. Nesse sentido, tanto pelos Estados Unidos quanto pela Europa ocidental necessitarem de mão-de-obra, asiáticos, latinos, árabes e africanos passaram a acreditar nas oportunidades oferecidas como imigrantes e que provavelmente não conseguiriam ser encontradas nos seus países de origem. Uma África e Ásia em processo de descolonização e uma América Central e do Sul recém iniciando um frágil processo de industrialização, fez aumentar o fluxo migratório mundial e mesclar, ainda mais, as etnias. No quadro abaixo, podemos ver dois

³⁹ Tanto o presidente quanto o popular senador Ted (Edward) Kennedy asseguraram ao público que não haveria mudanças demográficas significativas para os Estados Unidos provocadas pela nova lei. Na assinatura do projeto de lei em 3 de outubro de 1965, o presidente Johnson disse: "Este projeto de lei que vamos assinar hoje não é um projeto de lei revolucionário. Isso não afeta as vidas de milhões. Não irá reformular a estrutura de nossas vidas diárias ou realmente adicionar importante a nossa riqueza ou ao nosso poder".² Na audiência de imigração em 10 de fevereiro de 1965, o senador Ted Kennedy disse: "O projeto de lei não vai inundar nossas cidades com imigrantes. Isso não vai prejudicar a mistura étnica de nossa sociedade". O secretário de Estado, Dean Rusk, estimou o influxo de apenas alguns milhares de imigrantes indianos nos próximos cinco anos e outros políticos. Essas afirmações acabariam por revelar-se grosseiramente imprecisas.

paralelos, primeiro, o fluxo migratório aos Estados Unidos durante toda a década de 1950 e, segundo, o fluxo da década de 1960.

Tabela 4. Fluxo migratório de 1950-1969

1950-1959		1960-1969	
Europa	1.404.973	Europa	1.133.443
Ásia	135.844	Ásia	358.563
América*	921.644	América	1.674.185
África	13.016	África	23.780

*Considera-se América: Canadá, México, Estados Caribenhos, América Central e do Sul.
Fonte: U.S. Department of Homeland Security, 2016.

Segundo a Tabela 4, acima, observa-se que, com exceção da Europa, houve um aumento no número de imigrantes nos três continentes referenciados. No caso da Europa, por exemplo, tem-se um aumento de imigrantes da década de 1940 para 1950, fato justificado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial e o caos e insegurança gerados no pós-guerra. No entanto, no final da década de 1950 e durante toda a década de 1960, a Europa é reorganizada e reestruturada política e economicamente. Por meio da implantação de políticas de bem-estar, reconstrução de infraestrutura e de uma estabilidade política, os europeus esperavam uma Europa mais estável e próspera. Por outro lado, os continentes asiático, americano e africano, devido as suas problemáticas internas, viram suas populações imigrarem aos Estados Unidos em 10 anos de forma muito rápida. De 1950 a 1960 aumentou duas vezes e meia o número de asiáticos, já os americanos e africanos quase duplicaram seus números. Somado a isso, pode-se considerar também as garantias recebidas pelos imigrantes devido à lei de 1965.

Um terceiro motivo é identificado por David Gerber (2011, p. 56):

The massive rise in legal immigration certainly brought unanticipated and, for many Americans, troubling consequences. But it was achieved through the processes of law and attributable to a desire for fairness, within a framework defined, if inadequately, by calculations of national interest and national sovereignty. The same could not be said of an even more difficult problem that indirectly emerged out of the 1965 law: massive flows of illegal immigration, particularly in its most dramatic form across the long, porous southern border. By the plausible policy of setting an annual ceiling of 120,000 for Western Hemisphere immigration, the 1965 law had ensured a paucity of slots for the rapidly growing population of Mexico, which has the mix of structural problems that have long accompanied urbanization, industrialization, and the commercialization of agriculture. The vast differentials in social and economic development between the two neighbors guaranteed that Mexican immigration, legal and illegal alike, across the border

to the United States was certain to attain large numbers and eclipse that of any other individual group⁴⁰.

Este fenômeno não se diferencia do movimento ilegal de imigração ocorrido na década de 1950. Os mexicanos entravam ilegalmente nos Estados Unidos com o intuito de trabalhar na agricultura, no entanto, em 1954 o governo de Eisenhower deu início a Operação Wetback⁴¹ a qual deportou 1 milhão de trabalhadores mexicanos.

A diferença do que ocorreu na década de 1950 e o fenômeno originado pós-lei Hart-Celler foi o grande volume de imigrantes ilegais que passaram a cruzar a fronteira e da insegurança gerada pelos temores da Guerra Fria e pelo terrorismo internacional já registrado na época.

Em 1976 assume a presidência dos Estados Unidos Jimmy Carter (1976-1981), quem propõe uma nova estrutura e novas abordagens nos relacionamentos com as nações da América Central e do Sul, posição muito distinta do governo Nixon (1969-1974). Carter assumiu o compromisso de estabelecer uma nova agenda para o relacionamento que abrangesse tópicos de interesse comum: economia, não-intervenção, não-proliferação, imigração, drogas, disputas territoriais e democracia (PECEQUILO, 2009). A administração Carter compreendia que a problemática imigração era um tema a ser discutido pelas três Américas – sul, central e norte – uma vez que o tema imigração ilegal tornou-se um problema, especialmente nas fronteiras servindo de sinal de alerta pela quantidade de imigrantes que estavam alcançando o território. As discussões e os tempos de novas restrições começarão a ganhar corpo e voz a partir dos anos de 1980.

⁴⁰ O aumento maciço da imigração legal certamente trouxe inesperado e, para muitos americanos, consequências preocupantes. Mas foi conseguido através dos processos legais e atribuível a um desejo de equidade, dentro de um quadro definido, de forma inadequada, por cálculos de interesse nacional e soberania nacional. O mesmo não poderia ser dito de um problema ainda mais difícil que emergiu indiretamente da lei de 1965: fluxos maciços de imigração ilegal, particularmente em sua forma mais dramática ao longo da longa e porosa fronteira do sul. Pela política plausível de estabelecer um limite anual de 120 mil para a imigração do hemisfério ocidental, a lei de 1965 garantiu uma escassez de slots para a população em rápido crescimento do México, que tem a combinação de problemas estruturais que acompanharam longamente a urbanização, a industrialização e a comercialização da agricultura. Os vastos diferenciais no desenvolvimento social e econômico entre os dois vizinhos garantiram que a imigração mexicana, legal e ilegal, em toda a fronteira com os Estados Unidos, certamente alcançaria grandes números e eclipsaria a de qualquer outro grupo individual.

⁴¹ Wetback (costas molhadas) era o apelido dado aos mexicanos que atravessavam o Rio Grande para entrar nos Estados Unidos.

3.5 Do fim da Guerra Fria à Eleição de Donald Trump (1979-2016)

No começo de 1979, foi organizada por diversos grupos a favor de uma revisão nas políticas migratórias a *Federation for American Immigration Reform (FAIR)* – Federação para a Reforma Imigratória Americana. Seus membros propunham um programa de corte no número de imigrantes autorizados a permanecer nos Estados Unidos, um rígido controle fronteiriço contra a imigração ilegal e penalidades às empresas que contratassem imigrantes sem autorização legal de permanência. Aos que defendiam a proposta justificavam a proteção aos padrões de vida, às escalas salariais, ao controle da criminalidade, à segurança nacional e a salvaguarda da composição étnica nacional. Somado a isso, organizações ligadas aos temas ambientais entendiam que o crescimento populacional – o qual foi intimamente relacionado às novas populações que chegavam ao território estadunidense – causava impactos ambientais sem precedentes. Os velhos argumentos a favor de uma identidade nuclear anglo-americana e a defesa de um rígido controle fronteiriço ao sul do país foram uma das justificativas das organizações de extrema-direita, tais como Ku Klux Klan, nazistas-americanos e a sociedade civil ligada a uma ala conservadora.

Por outro lado, as organizações de caráter étnico, humanitário e religioso que apoiavam a imigração sem autorização legal argumentavam que os imigrantes não eram criminosos, mas indivíduos desesperados por encontrar melhores condições laborais. Já as organizações que representavam as instituições que davam empregos aos imigrantes legais e ilegais justificavam que em um mundo altamente competitivo, com o aumento das despesas e com a redução da margem de lucro real, contratar a valores mais baixos que os do mercado era uma das estratégias para manter os negócios funcionando. Os sindicatos, por sua vez, paulatinamente foram recuando seu apoio à lei de 1965, porque perceberam que quanto mais imigrantes ilegais fossem contratados, maior seria a depreciação do valor real do salário mínimo.

Os argumentos daqueles em defesa a lei de 1965 de apoio aos imigrantes vêm ao encontro de uma consciência global emergente na época a qual desafiava a lógica do interesse nacional, afirmando que o desequilíbrio de poder e riqueza global colocavam países como o México em uma situação de vulnerabilidade, a qual tinha como uma das causas o êxodo de muitos mexicanos do seu país de origem. O papel dos Estados Unidos, nesse sentido, era, por ser uma potência mundial, dar uma

atenção especial e uma assistência em favor dos imigrantes mexicanos. Outro argumento defendido era o estabelecimento de um padrão global de direitos humanos, o qual abrangia os direitos dos indivíduos de sair de seus países de origem em busca de trabalho e melhores condições e qualidade de vida. Segundo Sean Purdy (2008), os movimentos sociais nos Estados Unidos surgiram nos primeiros anos da década de 1960 como parte da Nova Esquerda:

Era uma variedade de movimentos sociais caracterizados pela juventude, por ideias anti-elitistas e mais ênfase na crítica da alienação e hipocrisia da sociedade norte-americana, ao invés da preocupação restrita com a luta de classes e a miséria econômica. A Nova Esquerda tendia a atuar entre estudantes e povos oprimidos como negros e vítimas do imperialismo norte-americano, construindo movimentos contra a guerra do Vietnã, pelos direitos estudantis nas universidades e por mais liberdade individual na vida cotidiana. Enfatizaram a democracia participativa, a espontaneidade e o ativismo criativo, tendências táticas e estratégicas que caracterizavam movimentos sociais no mundo inteiro na época.

Muitos dos movimentos sociais das décadas de 1960, 1970 e 1980 não conseguiram que todas as suas reivindicações fossem atendidas. No entanto, a ascensão e o poder adquirido pelas organizações de caráter internacional a favor de um mercado laboral globalizado permitiu que diversos países, inclusive os Estados Unidos, reconhecessem a dupla cidadania dos imigrantes.

Durante a década de 1980, novamente, voltou-se a dar status de preocupação à problemática imigratória. Ronald Reagan, após eleito presidente, chamou atenção olhando com temor para as políticas de imigração e dos refugiados. Nesse sentido, é sancionada *The Refugee Act of 1980* – Lei do Refugiado de 1980 –, a qual foi elaborada após as ondas de refugiados que saíram de Cuba, União Soviética e Sudeste Asiático em direção e em busca do sonho americano. Alba e Nee (2003, p. 179) afirmam que:

To start with, it brought the U.S. definition of a refugee in line with the international standard set by the United Nations Protocol on the Status of Refugees: namely, a refugee is someone who has left her or his country and is unwilling to return because of “a well-founded fear of persecution due to race, religion, nationality, membership in a particular group, or political opinion.”⁴² It also aimed to allow some flexibility in dealing with the unpredictable nature of refugee flows, while keeping them within a predetermined numerical limitation, by permitting the president, in consultation with the Congress, to declare annual ceilings on the number of refugees the United States will accept. What it could not do was eliminate the essentially political decision of determining who will be recognized as a refugee⁴².

⁴² Para começar, trouxe a definição americana de um refugiado de acordo com o padrão internacional estabelecido pelo Protocolo das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados: a saber, um refugiado é alguém que deixou seu país e não está disposto a retornar devido a "Um medo bem-fundado de

Na época, cubanos e nicaraguenses eram considerados refugiados, uma vez que se considerava que os indivíduos que saíssem de Cuba e da Nicarágua buscavam se afastar dos regimes comunistas; já os guatemaltecos e salvadorenhos geralmente não eram considerados refugiados. Em 1981, foi emitido um relatório da *Select Commission on Immigration and Refugee Policy (SCIRP)* – Comissão Selecionada para assuntos de Política Imigratória e dos Refugiados. Tal relatório serviu como base para a elaboração da *Immigration and Control Act of 1986 (IRCA)* – Lei de Controle e Imigração de 1986 –, a qual tem dois objetivos principais: reforçar a aplicação das leis de imigração e criar novos caminhos para a imigração legal (KOVEN; GÖTZKE, 2010). Conforme Alba e Nee (2003, p. 178):

The act offered three main prongs for attacking the problem. First, and in hindsight foremost, was a complex amnesty program. It gave legal status to those who could prove that they had resided in the United States for a long period: those who had been continuously resident for a number of years were entitled to receive green cards immediately, while others in residence more recently could become temporary legal residents with the right to apply subsequently for permanent status. In a more controversial provision, which gave rise to a considerable amount of fraud, individuals who could demonstrate that they had worked in U.S. agriculture for periods of three months in certain years could also obtain legal resident status⁴³.

O resultado desta lei foi impactante. No final de 1992, mais de 2.7 milhões de pessoas adquiriram o visto de residente, aproximadamente 1.6 milhões de pessoas demonstraram que residiam no país por um longo tempo e 1.1 milhão de pessoas apresentaram documentação de trabalho temporário na agricultura. A grande maioria dos solicitantes anistiados, cerca de 2 milhões, eram de origem mexicana. Já, de acordo com os dados de 2015 do *U.S. Department of Homeland Security*, no período de 1990 a 1999 foram emitidos 9.775.398 vistos de residência permanente, dos quais

perseguição por raça, religião, nacionalidade, pertença a um grupo particular ou opinião política" .20 Também visava permitir alguma flexibilidade ao lidar com a natureza imprevisível dos fluxos de refugiados, mantendo-os dentro de uma limitação numérica predeterminada, permitindo que o presidente, em consulta com o Congresso, declare os limites máximos anuais sobre o número de refugiados que os Estados Unidos aceitarão. O que não poderia fazer foi eliminar a decisão essencialmente política de determinar quem será reconhecido como um refugiado.

⁴³ O ato ofereceu três pontas principais para atacar o problema. Primeiro, e em retrospectiva, um programa de amnistia complexo. Dá status legal a quem pode provar que eles residiram nos Estados Unidos por um longo período: aqueles que residiam continuamente há vários anos tinham direito a receber cartões verdes imediatamente, enquanto outros em residência mais recentemente poderiam se tornar temporários residentes legais com direito de candidatar-se posteriormente ao estatuto permanente. Em uma disposição mais polêmica, que deu origem a uma fraude considerável, indivíduos que poderiam demonstrar que haviam trabalhado na agricultura americana por períodos de três meses em certos anos também poderiam obter o status de residente legal.

2.757.418 foram concedidos aos mexicanos, seguidos pelos filipinos com 534.338 e pelos russos com 433.427.

As razões pelas quais México, Filipinas e Rússia estão no *top three* são muito diversas e renderiam trabalhos acadêmicos individuais. Resumidamente, um dos motivos pelos quais o México ganha dos outros dois se deve ao fato da criação do *North American Free Trade Agreement (NAFTA)* – Acordo de Livre Comércio da América do Norte. O NAFTA gerou um surto migratório do México para os Estados Unidos, com aumento dos fluxos de migrantes entre 1995 e 2007 – e o pico em 2000, quando em média 4.400 pessoas eram detidas por dia na fronteira (MARTIN, 2014). Ademais, a desvalorização do peso, a recessão econômica de 1995-1996, o forte crescimento do emprego nos Estados Unidos, a ineficiência na execução das leis estadunidenses de imigração, além do histórico relacionamento entre o setor rural do México e o mercado de trabalho estadunidense também contribuem para esse quadro (MARTIN, 2014).

Por outro lado, Rússia e Filipinas entraram em graves crises econômicas na década de 1990. A Rússia, após a queda da União Soviética, sofreu diversos abalos econômicos para conseguir entrar nas dinâmicas liberais comerciais e financeiras até que, em 1997, foi atingida por uma crise econômica iniciada nos Sudeste Asiático. Os fluxos de capital para a Ásia mudaram de um ingresso de US\$ 93 bilhões em 1996 para uma saída de US\$ 12 bilhões em 1997. Tal fenômeno, em linhas gerais, ocorreu devido a uma retração nos fluxos de investimento em carteiras e fechamento de créditos bancários externos (CANUTO, 2000). Como resultado, foi gerada uma acentuada desvalorização das moedas da Tailândia, Malásia, Indonésia, Filipinas e Coreia do Sul em relação ao dólar e uma queda substancial nos preços de ativos em seus mercados acionários (CANUTO, 2000). A crise, considerada inicialmente financeira, tornou-se econômica se espalhando para os países asiáticos, América Latina, Estados Unidos e Europa.

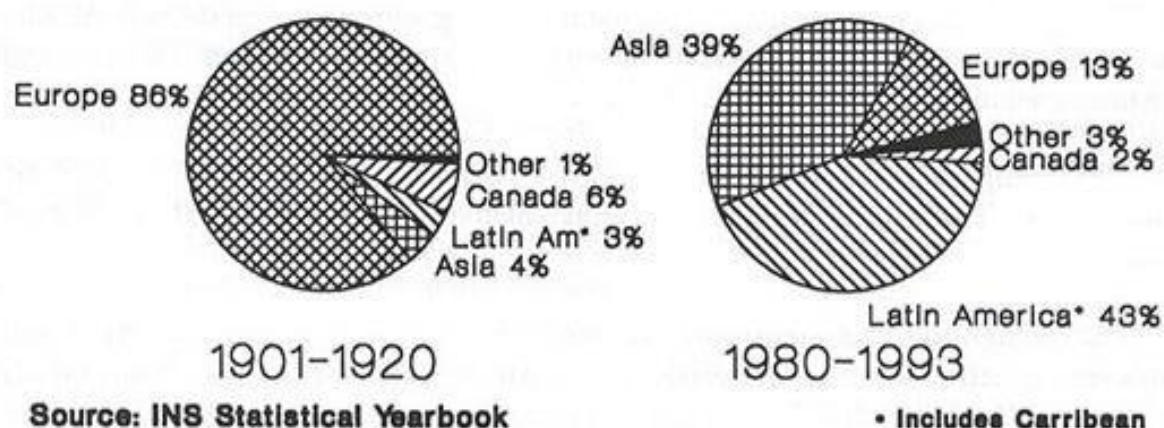
A lei de 1965 foi modificada e expandida em 1990 com a elaboração do *Immigration Act (IMMACT)* – o qual aumentou o número total de imigrantes legais para 700.000, ascendendo em 40% a emissão de visto. Segundo Alba e Nee (2003, p. 180):

Immigration legislation in 1990 substantially increased the size of the pool of preferences reserved for economic immigrants—that is, those who could qualify based on the need for their occupations or the skills, qualifications, or wealth they possessed—without reducing the number of slots to be allocated according to family connections. The law thereby raised the total number of

immigrants who would be allowed in within the framework of numerical limitations (to 675,000 at the time). The per country limit also was allowed to float based on an annually set formula; in 1997 the limit was determined to be 25,620.22 But the ability of certain immediate family members to enter outside of any numerical limitations remained as before. In addition, the act added a new category, the "diversity" immigrants, coming from countries with low volumes of immigration in recent years, whose immigration had presumably been adversely affected by the emphasis on family ties and labor market qualifications. Following an entirely new tack, the law specified that these diversity slots, 55,000 per year, were to be awarded by lottery, subject only to the provision that, for the first several years, 40 percent would go to natives of Ireland. The reservation of so many slots for the Irish reveals the ethnic currents that are in play whenever matters of immigration policy are decided, but the diversity of immigration guarantees that, unlike in the past, these currents will now come from many directions⁴⁴.

Na Figura 3, abaixo, verificam-se os efeitos resultados pela lei Hart-Celler de 1965 e as mudanças na composição étnica da sociedade estadunidense.

Figura 3. Composição étnica nos Estados Unidos de 1901-1920 e 1980-1993



Fonte: Center for Immigration Studies, 1995.

⁴⁴ A legislação de imigração em 1990 aumentou substancialmente o tamanho do conjunto de preferências reservadas aos imigrantes econômicos - ou seja, aqueles que poderiam se qualificar com base na necessidade de suas ocupações ou nas habilidades, qualificações ou riqueza que possuíam - sem reduzir o número de slots para ser alocado de acordo com as conexões familiares. A lei aumentou assim o número total de imigrantes que seriam permitidos dentro do quadro de limitações numéricas (para 675 mil no momento). O limite por país também foi permitido a flutuação com base em uma fórmula estabelecida anualmente; Em 1997, o limite foi determinado como sendo de 25.620,22. Mas a capacidade de certos membros da família imediata para entrar fora de quaisquer limitações numéricas permaneceu como antes. Além disso, o ato acrescentou uma nova categoria, os imigrantes de "diversidade", provenientes de países com baixos volumes de imigração nos últimos anos, cuja imigração provavelmente teria sido prejudicada pela ênfase nos laços familiares e nas qualificações do mercado de trabalho. Na sequência de uma abordagem totalmente nova, a lei especificou que esses intervalos de diversidade, 55.000 por ano, seriam premiados pela loteria, sujeito apenas à provisão de que, nos primeiros anos, 40 por cento iriam para os nativos da Irlanda. A reserva de tantos slots para os irlandeses revela as correntes étnicas que estão em jogo sempre que questões de política de imigração são decididas, mas a diversidade da imigração garante que, ao contrário do passado, essas correntes virão agora de muitas direções.

Observa-se que nos vinte primeiros anos do século XX, a Primeira Guerra Mundial, os problemas sociais e econômicos enfrentados, principalmente, pelas classes mais vulneráveis da sociedade europeia obrigava estas populações a saírem dos seus países de origem e buscar outras oportunidades de emprego e moradia nos Estados Unidos. No entanto, este quadro muda a partir da segunda metade do século XX, uma vez que a grande maioria das nações europeias já havia industrializado e modernizado suas economias, garantindo melhores oportunidades de emprego e bem-estar aos seus habitantes. Já os asiáticos e latino americanos aproveitaram o enfraquecimento da rigidez das leis de imigração pós-1965 e, combinado com as problemáticas internas vividas na América Latina e na Ásia, entraram legal e ilegalmente nos Estados Unidos com o intuito de buscar oportunidades muito parecidas das almejadas pelos europeus. Já na Tabela 5, podemos observar as origens dos imigrantes de 1968-2000 e de 1996-2000.

Tabela 5. Origem dos imigrantes entre 1968-2000 e 1996-2000

Regiões	1968-2000		1996-2000	
	Número	Total %	Número	Total %
África	683.121	3.12	222.771	5.76
Ásia e Oceania	7.696.170	35.10	1.284.043	33.22
Europa	3.194.045	14.56	583.397	15.10
América do N.	9.009.824	41.09	1.517.194	39.25
Caribe	2.565.455	11.70	457.502	11.84
América C.	1.102.988	5.03	233.303	6.04
Outra parte A.N.	5.341.381	24.36	826.389	21.38
América do S.	1.342.426	6.12	257.699	6.67
Total	21.925.586		3.865.104	

Fonte: Annual Reports of U.S. Immigration and Naturalization Service, Washington, D.C, 2005.

Se comparados os períodos de 1968-2000 e 1996-2000, podemos observar que, do total do crescimento imigratório alcançado em trinta anos, em quatro anos uma sétima parte dos imigrantes entraram em solo americanos.

Entramos no século XXI com um Sistema Internacional multipolar e com o destaque de pequenas potências regionais candidatas a se tornarem grandes competidoras por um lugar na mesa das principais potências. Ademais, este novo século começa com os Estados Unidos contabilizando uma população de 281 milhões de habitantes e com uma heterogeneidade étnica muito diferente daquela que

encontrávamos há um século. A Tabela 6, abaixo, ajuda a compreender esta mudança.

Tabela 6. Censo de 2000 etnias populacionais nos Estados Unidos

Raça e hispânicos ou latinos	Números	Percentual total
População total	281.421.906	100.0
Uma raça	274.595.678	97.6
Branços	211,460,626	75.1
Negros e afroamericanos	34.658.190	12.3
Indígenas americanos e nativo do Alasca	2.475.956	0.9
Asiáticos	10.242.998	3.6
Nativos do Hawai e ilhas Do Pacífico	398.835	0.1
Outras raças	15.359.073	5.5
Duas ou mais raças	6.826.228	2.4
Hispânicos ou latinos	35.305.818	12.5
Não hispânicos ou latinos	246.116.088	87.5

Fonte: Census Brief, 2001.

Adicionado aos dados acima, de acordo com informações fornecidas pelo *U.S. Departamento of Justice, Immigration and Naturalization Services*, no ano de 2000 os Estados Unidos receberam 849.807 imigrantes legais, dos quais 41% são imigrantes nascidos na América do Norte – 20% são mexicanos – e 31% são nascidos na Ásia; dois terços destes imigrantes passaram a residir nos estados da Califórnia, Nova Iorque, Flórida, Texas, Illinois e Nova Jersey; 1 em cada 5 imigrantes buscaram suas residências nas cidades de Nova Iorque ou Los Angeles; Bósnia-Hezergovina foi a nação da qual mais refugiados chegaram, com 19.033 (26.4%); 888.788 indivíduos foram naturalizados neste ano, dos quais 300.662 (34%) foram na Califórnia e 138.504 (16%) em Nova Iorque; por outro lado, 1.8 milhão de indivíduos foram deportados.

Contudo, os ataques no dia 11 de setembro de 2001 não mudaram o censo populacional dos Estados Unidos, mas mudaram as estratégias políticas imigratórias. Conforme Cristina Pecequilo (2009, p. 374) afirma:

Preservada pelos mares e fronteiras, a massa terrestre dos Estados Unidos sempre foi encarada como um alvo relativamente inacessível em tempos de guerra ou a ataques terroristas. Tal percepção não vinha somente do fato geopolítico, da proteção trazida pelos oceanos Atlântico e Pacífico ou pela relação de amizade existente ao norte com o Canadá e ao sul com o México, mas de uma realidade concreta.

Talvez esperado, mas pouco previsto, os sequestros de quatro aviões, a colisão de dois destes as Torres Gêmeas, outro atacando o Pentágono e o quarto caído em uma floresta em Pittsburgh mudariam a história dos Estados Unidos, acentuando ainda mais a polaridade daqueles a favor da pluralidade, direitos humanos e imigração *versus* os apoiadores das restrições imigratórias e de uma cultura anglo-americana homogênea.

Após o dia 11 de setembro de 2001, o governo do presidente George W. Bush mudou sua estrutura burocrática e uma calorosa discussão sobre imigração reiniciou. A primeira medida tomada pelo governo Bush foi a criação, em outubro de 2001, do *USA Patriot Act* – Lei Patriota dos Estados Unidos – a qual autorizada a polícia levar sob custódia ou prender imigrantes ilegais sem um mandato público. Em maio de 2002, foi constituído o *Enhanced Border Security and Visa Entry Reform Act* (EBSVERA) – política de segurança fronteiriça e a lei de Reforma do Visto – as quais lidavam com a imigração no pós-ataque ao World Trade Center. Já em 2003 o *Immigration and Naturalization Service (INS)* – Serviço de Naturalização e Imigração – foi subdividido em três agências. A primeira era a *U.S. Citizenship and Immigration Services (USCIS)* – Serviços de Imigração e Cidadania dos Estados Unidos – a qual administrava os pedidos de asilo, residência permanente e naturalização. A segunda agência criada foi a *Immigration and Customs Enforcement (ICE)* – Imigração e Fiscalização Aduaneira – órgão encarregado da aplicação da lei de imigração. E a terceira agência foi a *U.S. Customs and Border Protection (CBP)* – a qual se responsabilizava pela segurança das fronteiras. Com a abertura das três agências, fez-se necessária a criação do *Department of Homeland Security* – Departamento de Segurança Interna. Segundo afirma Christoph Strobel (2010, p. 126):

Throughout the presidency of George W. Bush, immigration policy was a heavily debated issue. President Bush had made immigration reform a key campaign issue during his run for the White House in 2000. When he assumed office in 2001 it became a major policy goal of his administration. In January 2004, Bush proposed: [A] new temporary worker program to match willing foreign workers with willing U.S. employers when no Americans can be found to fill the jobs. The program would be open to new foreign workers and to the undocumented men and women currently employed in the U.S. This new program would allow workers who currently hold jobs to come out of hiding and participate legally in America's economy while not encouraging further illegal behavior⁴⁵.

⁴⁵ Ao longo da presidência de George W. Bush, a política de imigração foi uma questão fortemente debatida. O presidente Bush fez a reforma da imigração uma questão chave da campanha durante sua corrida para a Casa Branca em 2000. Quando assumiu o cargo em 2001, tornou-se um importante objetivo político de sua administração. Em janeiro de 2004, Bush propôs: [A] novo programa de trabalho

Em 2005 e 2006, diversos projetos de lei foram elaborados com a intenção de criar um programa para os trabalhadores convidados a exercer suas profissões nos Estados Unidos – os professores universitários costumam, frequentemente, participar destes tipos de programas em diversas universidades pelo mundo.

A criação do *Development Relief and Education for Alien Minors Act* – Lei para os Menores Estrangeiro de Assistência a Educação e ao Desenvolvimento – foi uma tentativa encontrada para dar os primeiros passos a uma reforma no sistema migratório nos primeiros anos de 2000. O objetivo desta lei era dar a oportunidade aos estudantes sem documentação legal de ensino médio ou já formados, que seguissem os critérios do programa, de ingressar na universidade ou se habilitar para servir as forças armadas. Conforme Strobel (2010, p. 127):

The immigrants would have to produce proof that they had lived in the United States since the age of 15 or younger. Initially they would receive temporary permission to stay in the country, and after successfully fulfilling their requirements within a set six-year limitation period they would gain legal permanent resident status. If the immigrant failed to fulfill the set requirements, he would face deportation. The DREAM Act was debated in 2007, but given the anti-immigrant climate in the United States at the time, and due to pressures from conservatives, this legislative piece never passed⁴⁶.

No final do ano de 2005, a ala mais conservadora do Congresso norteamericano aprovou o *Border Protection, Antiterrorism, and Illegal Immigration Control Act* – Lei de Controle a Imigração Ilegal, Anti-terrorismo e Proteção das Fronteiras – o qual autorizou a polícia a reprimir e criminalizar os imigrantes ilegais e todos os negócios ilícitos gerados em volta desta problemática. Como resultado das providencias tomadas pelo governo de George Bush, a vida dos imigrantes legais e ilegais dentro dos Estados Unidos sofreu grandes impactos e, com mais força, atingiu aqueles com intenções de deslocarem-se ao território americano.

temporário para combinar trabalhadores estrangeiros dispostos com empregados dos EUA dispostos quando nenhum americano pode ser encontrado para preencher os empregos. O programa seria aberto a novos trabalhadores estrangeiros e aos homens e mulheres indocumentados atualmente empregados nos EUA. Este novo programa permitiria que os trabalhadores que atualmente ocupam empregos se escondam e participem legalmente da economia dos Estados Unidos, enquanto não encorajam novos comportamentos ilegais.

⁴⁶ Os imigrantes teriam que provar que tinham vivido nos Estados Unidos desde os 15 anos ou menos. Inicialmente, eles receberiam permissão temporária para permanecer no país, e depois de cumprir com sucesso seus requisitos dentro de um período de prescrição definido de seis anos, eles ganhariam status de residente permanente legal. Se o imigrante não cumpriu os requisitos estabelecidos, ele enfrentaria a deportação. O Ato DREAM foi debatido em 2007, mas dado o clima anti-imigrante nos Estados Unidos na época, e devido às pressões dos conservadores, essa peça legislativa nunca passou

Conforme informações concedidas pelo *Department of Homeland Security* do ano 2000 a 2006 foram apreendidos 9.072.616 imigrantes ilegais nas fronteiras dos Estados Unidos e os já residentes ilegais, destes 1.521.829 foram removidos⁴⁷ e 8.289.534 retornaram⁴⁸ a sua nação de origem. A Tabela 7 auxilia a compreender como as três agências criadas no pós-2001 e sob a responsabilidade do *Immigration and Naturalization Service (INS)* atuaram na apreensão dos imigrantes ilegais.

Tabela 7. Deportação de estrangeiros e agência responsável por operação: 2002-2006

Programa	2002	2003	2004	2005	2006
Total	1.062.270	1.046.422	1.264.232	1.291.142	1.206.457
CBP Border Patrol	955.310	931.557	1.160.395	1.189.108	1.089.136
ICE Homeland Security Investigations	106.960	114.865	103.837	102.034	101.854
ICE Enforcement And Removal Operations	-	-	-	-	15.467

Fonte: 2009 Yearbook of Immigration Statistics; 2010 Yearbook of Immigration Statistics

Conforme comentado acima, a criação das agências deu-se em 2002. No entanto, a *Enforcement and Removal Operations* é um escritório sob responsabilidade da *U.S. Immigration and Customs Enforcement*, o qual foi ativado no ano de 2006. Por sua vez, a Tabela 8 ajuda a identificar de quais regiões do mundo vinham estes imigrantes apreendidos.

⁴⁷ As remoções são o movimento obrigatório e confirmado de um estrangeiro inadmissível ou descartável fora dos Estados Unidos com base em uma ordem de remoção. Um alienígena que é removido tem consequências administrativas ou criminais colocadas na reentrada subsequente devido ao fato da remoção. (U.S. Department of Homeland Security, 2014).

⁴⁸ Os retornos são o movimento confirmado de um estrangeiro inadmissível ou deportáveis fora dos Estados Unidos, não baseado em uma ordem de remoção. (U.S. Department of Homeland Security, 2014).

Tabela 8. Origem dos imigrantes apreendidos: 2002-2006

Região	2002	2003	2004	2005	2006
Total	1.062.270	1.046.422	1.264.232	1.291.065	1.206.417
África	2.606	4.707	2.092	2.804	3.509
Ásia	9.615	17.304	7.229	9.273	10.326
Europa	3.485	3.220	2.826	2.926	2.905
América do Norte	1.038.073	1.010.371	1.214.322	1.237.532	1.179.554
Oceania	349	332	284	175	218
América do Sul	8.119	10.479	14.093	38.128	9.001
Desconhecidos	23	9	23.386	227	904

Fonte: 2011 Yearbook of Immigration Statistics.

Conforme podemos observar, os anos de 2002 a 2006 foram os de maiores apreensões já realizadas nos Estados Unidos. Se compararmos aos anos subsequentes, apenas o ano de 2008 alcança os patamares dos quatro primeiros anos após o 11 de setembro, apreendendo 1.043.863 imigrantes. A América do Norte é a região destaque de imigrantes apreendidos, em 2005, foram apreendidos 1.486 canadenses e 1.093.340 mexicanos – este número ainda contabiliza os países da América Central e os países caribenhos. Outro dado que surpreende é o aumento do número de apreensão de asiáticos entre os anos de 2002 e 2003. Paquistão é o país com maior número de cidadãos apreendidos, 4.083, seguindo a Indonésia com 3.054, China com 1.190 e Bangladesh com 1.011. Este aumento tem como primeira justificativa a política de Guerra ao Terror promovida pelo presidente Bush como uma estratégia de combate ao terrorismo. Atuando tanto dentro como fora do seu território, o Paquistão foi uma das nações com características terroristas, a qual apoia o regime do Talibã no Afeganistão. Strobel (2010, p. 128-129) narra um episódio da atuação do *Immigration and Naturalization Service* e os problemas enfrentados pelos envolvidos:

Since its [Border Protection, Antiterrorism, and Illegal Immigration Control Act] passage, major immigration raids are frequently reported in the media. Early in March 2008, a widely publicized raid occurred in New Bedford, Massachusetts. Here, 300 federal immigration agents with air support from helicopters raided the premises of a leather manufacturer and arrested around 350 employees. The undocumented workers were principally from Guatemala and El Salvador. According to media reports, the company produced handbags and leather goods and had almost \$100 million worth of U.S. military contracts making military backpacks and survival vests. The Boston Globe reported that the “indictment accused the company’s owner ...of having knowingly and actively hired illegal immigrants to expand” the workforce from what had been 85 workers in 2003 to about 500 workers at the time of the

raid. Authorities also alleged that the owner and “management staff knowingly” accepted fake documents, and “that they also instructed illegal immigrants on how to obtain fake documents.”⁵ In the aftermath of the raid, some members of the public voiced concerns about the rapid detention of immigrants in New Bedford and the separation of families that it caused. In many cases the parents who were detained at work were separated from their children at home. Furthermore, many of the undocumented immigrants who were arrested on that day were sent to detention centers far away from Massachusetts, making it hard for family members to visit or to reconnect with their loved ones⁴⁹.

Episódios como este foram vistos em muitas partes dos Estados Unidos. O cotidiano dos imigrantes ilegais era de angústia e medo de serem deportados e afastados das suas famílias. As incursões e deportações de imigrantes irregulares foram muito criticadas. Alguns argumentavam que esta não era uma estratégia viável ou uma solução para o problema, porque não prejudica a imigração irregular e chega a um preço tanto humano como financeiro, o que supera em muito os benefícios.

No último ano de governo Bush eclodiu a crise econômica imobiliária, a qual, como um efeito dominó, afetou o mercado financeiro norteamericano e, em seguida, o mundial. O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira (2009, p.133-134) enumera seis fatos a respeito da motivação da crise:

Primeiro, sabemos que é uma crise bancária que ocorre no centro do capitalismo, não é uma crise de balanço de pagamentos – comuns entre os países em desenvolvimento que tentavam até os anos 1990 crescer com poupança externa, ou seja, com déficit em conta corrente e endividamento externo. [...]. Segundo, sabemos que a causa direta da crise foi a concessão de empréstimos hipotecários de forma irresponsável, para credores que não tinham capacidade de pagar ou que não a teriam a partir do momento em que a taxa de juros começasse a subir como de fato aconteceu. E sabemos também que esse fato não teria sido tão grave se os agentes financeiros não houvessem recorrido a irresponsáveis “inovações financeiras” para securitizar os títulos podres transformando-os em títulos AAA por obra e graça não do Espírito Santo, mas de agências de risco interessadas em

⁴⁹ Desde a sua passagem, os grandes ataques de imigração são freqüentemente relatados na mídia. No início de março de 2008, uma invasão amplamente divulgada ocorreu em New Bedford, Massachusetts. Aqui, 300 agentes de imigração federais com suporte aéreo de helicópteros invadiram as instalações de um fabricante de couro e prenderam cerca de 350 funcionários. Os trabalhadores indocumentados eram principalmente da Guatemala e El Salvador. De acordo com relatos da mídia, a empresa produziu bolsas e artigos de couro e tinha quase US \$ 100 milhões de contratos militares dos EUA fazendo mochilas militares e coletes de sobrevivência. O Boston Globe informou que a “acusação acusou o dono da empresa ... de ter contratado ilegalmente e ativamente imigrantes ilegais para expandir” a força de trabalho do que tinham sido 85 trabalhadores em 2003 para cerca de 500 trabalhadores no momento da invasão. As autoridades também alegaram que o proprietário e a “equipe de gerenciamento conscientemente” aceitaram documentos falsos e “que eles também instruíram os imigrantes ilegais sobre como obter documentos falsos”.⁵ No rescaldo do ataque, alguns membros do público manifestaram preocupações com o rápido detenção de imigrantes em New Bedford e a separação de famílias que causou. Em muitos casos, os pais que foram detidos no trabalho foram separados de seus filhos em casa. Além disso, muitos imigrantes indocumentados que foram presos naquele dia foram enviados para centros de detenção longe de Massachusetts, dificultando a visita dos membros da família ou a reconfirmação com seus entes queridos.

agradar seus clientes. Terceiro, sabemos que tudo isto pode ocorrer porque os sistemas financeiros nacionais foram sistematicamente desregulados desde que, em meados dos anos 1970, começou a se formar a onda ideológica neoliberal ou fundamentalista de mercado. [...]. Quarto, sabemos que esta ideologia ultraliberal era legitimada nos Estados Unidos pela teoria econômica neoclássica – uma escola de pensamento que foi dominante entre 1870 e 1930, que entrou em crise e foi substituída pela teoria macroeconômica keynesiana, que se tornou dominante nas universidades até meados dos anos 1970, e voltou à condição dominante desde então por razões essencialmente ideológicas. [...]. Quinto, sabemos que esse tipo de teoria econômica não foi utilizado tanto pelos formuladores de política econômica nos governos quanto pelos analistas macroeconômica nas empresas e nos jornais e publicações especializadas. [...]. Sexto, agora, quando vemos o Estado surgir em cada país como a única tábua de salvação, como o único possível porto seguro, fica evidente o absurdo da oposição entre mercado e Estado proposta pelos neoliberais e neoclássicos.

Ademais, este ano foi marcado pela eleição do democrata Barack Obama. O primeiro presidente negro a assumir o cargo na história dos Estados Unidos conquistou 297 delegados no Colégio Eleitoral, superando a marca dos 270 necessários para garantir a vitória. O seu principal adversário, o republicano John McCain, conquistou 155 delegados. Barack Obama teve o apoio de 96% da comunidade afroamericana, constituindo 13% do eleitorado; 54% dos jovens brancos, contra 44% que apostaram em McCain; 39% de mulheres brancas; 41% dos homens brancos; 67% dos hispânicos; e 62% dos asiáticos.

O presidente Barack Obama entrou na Casa Branca com a promessa de reformar o sistema de imigração dos Estados Unidos, no entanto ele deixou um legado controverso com relação a esta problemática.

Uma das características dos oito anos de Obama no cargo foram os números de deportações realizadas. O *Department of Homeland Security* tinha dois objetivos principais a serem alcançados. O primeiro era aumentar as penalidades contra os imigrantes sem autorização que cruzavam as fronteiras. Uma prática muito comum antes da administração Obama era, de forma voluntária, devolvê-los à fronteira. No entanto, a partir de 2009 foi criado um sistema o qual colocava os imigrantes ilegais a serem deportados em um processo de remoção formal. O segundo foi tornar os não-cidadãos com antecedentes criminais o principal alvo de deportação.

A redução no número de apreensões na era Obama se deve ao fato, primeiro, da economia mexicana ter melhorado, segundo, da demanda por trabalhadores ter sido reduzida devido à crise de 2009 e, terceiro, pelo controle mais eficiente realizado nas fronteiras. Quando o presidente Obama assumiu o cargo em 2009, seu governo abandonou algumas estratégias da administração Bush, como as operações de

apreensões no local de trabalho dos imigrantes ilegais e, por sua vez, deu espaço para que outras políticas fossem implementadas. O financiamento do Congresso para o controle migratório aumentou ano a ano, atingindo, no final de 2012, os US\$18 bilhões. De acordo com a Tabela 9, podemos observar que, apesar do governo Obama ter sido menos eficiente na remoção dos imigrantes ilegais do seu território, a conjuntura do momento propiciou a queda nos fluxos não autorizados.

Tabela 9. Registro de imigrantes removidos ou retornados: 1993-2016

Ano	Total de apreensões	Apreensões na fronteira México-EUA	Remoções	Retornos	Total de deportações
1993	1.327.261	1.212.886	42.542	1.243.410	1.285.952
1994	1.094.719	979.101	45.674	1.029.107	1.074.781
1995	1.394.554	1.271.390	50.924	1.313.764	1.364.781
1996	1.649.986	1.507.020	69.680	1.573.428	1.643.108
1997	1.536.520	1.368.707	114.432	1.440.684	1.555.116
1998	1.679.439	1.516.680	174.813	1.570.127	1.744.940
1999	1.714.035	1.537.000	183.114	1.574.863	1.757.977
2000	1.814.729	1.643.679	188.467	1.675.876	1.864.343
Total da administração Clinton	12.211.243	11.036.463	869.646	11.421.259	12.290.905
2001	1.387.486	1.235.718	189.026	1.349.371	1.538.397
2002	1.062.270	929.809	165.168	1.012.116	1.177.284
2003	1.046.422	905.065	211.098	945.294	1.156.392
2004	1.264.232	1.160.395	240.665	1.166.576	1.407.241
2005	1.291.065	1.189.031	246.431	1.096.920	1.343.351
2006	1.206.408	1.071.972	280.974	1.043.381	1.324.355
2007	960.673	858.638	319.382	891.390	1.210.772
2008	1.043.759	705.005	359.795	811.263	1.171.058
Total da administração Bush	9.262.315	8.055.633	2.012.539	8.316.311	10.328.850
2009	889.212	540.865	391.341	582.596	973.937
2010	796.587	447.731	381.738	474.195	855.933
2011	678.606	327.577	386.020	322.098	708.118
2012	671.327	356.873	416.324	230.360	646.684
2013	662.483	414.397	434.015	178.691	612.706
2014	679.996	479.371	407.075	163.245	570.320
2015	462.388	331.333	333.341	129.122	462.463
2016	530.250	408.870	344.354	106.600	450.954
Total administração Obama	5.370.849	3.307.017	3.094.208	2.186.907	5.281.115

Fonte: U.S. Department of Homeland Security, 2015.

Os dados acima demonstram a mudança do foco do governo Obama em comparação às administrações Bush e Clinton. Enquanto Obama deu mais atenção às remoções formais, os dois governos anteriores trabalharam em cima dos retornos.

Esta mudança garantiu a redução do número de imigrantes não autorizados a voltar a atravessar a fronteira. De acordo com informações do *Department of Homeland Security*, a reincidência caiu de 29% em 2009 para 14% em 2014. Ademais, o número de indivíduos removidos e que retornaram diminuiu nas duas administrações de Obama, enquanto que no primeiro governo o número alcançava os 3.2 milhões, no segundo governo conseguiu-se atingir 2.1 milhões. Embora os dados da administração Obama sejam caracterizados por mudanças maiores que as administrações anteriores, também se percebe uma mudança de foco no que tange ao número de deportações totais para uma maior prioridade de identificar e remover os imigrantes e criminosos chegados recentemente e não autorizados a estar em território norteamericano. Somado a isso, o governo Obama estabeleceu uma prioridade menor em remover aqueles que já tinham vínculo com o território e com as comunidades dos Estados Unidos e que não tinham antecedentes criminais.

Outra medida tomada pelo presidente Barack Obama foi a criação do *Deferred Action for Childhood Arrivals (DACA)* – Ação Diferida para Crianças Chegadas. Anunciado pela Casa Branca em junho de 2012, este programa garantiu a cerca de 1 milhão de crianças e jovens imigrantes ilegais a terem uma suspensão temporária de deportação. O objetivo do programa é dar oportunidade aos jovens que foram levados aos Estados Unidos quando eram bebês e, por estarem lá, foram criados e educados sob a cultura norteamericana. No entanto, como eles não têm permissão legal, enfrentaram enormes obstáculos e viviam sob constante ameaça de deportação. Segundo o *American Immigration Council Staff*:

DACA provides protection from deportation and work authorization to certain undocumented immigrants brought to the U.S. as children. In the last few years, DACA has proven successful for the 740,000 individuals who benefitted from the initiative. While not a permanent immigration solution, DACA has improved the lives of its beneficiaries tremendously. The initiative has expanded access to post-secondary education and in-state tuition rates, and has provided renewed motivation for students to pursue higher education and achieve their dream jobs. DACA recipients have also been able to work and increase their earnings, and contribute financially to their households and the U.S. tax coffers. DACA beneficiaries have been able to get drivers licenses and otherwise integrate into American communities.⁵⁰

⁵⁰DACA fornece proteção contra deportação e autorização de trabalho para certos imigrantes indocumentados trazidos para os EUA como crianças. Nos últimos anos, o DACA provou ser bem sucedido para os 740.000 indivíduos que se beneficiaram da iniciativa. Embora não seja uma solução de imigração permanente, a DACA melhorou enormemente a vida de seus beneficiários. A iniciativa expandiu o acesso à educação pós-secundária e as taxas de matrícula no estado, e proporcionou uma motivação renovada para que os alunos busquem o ensino superior e conseguissem seus empregos dos sonhos. Os beneficiários do DACA também conseguiram trabalhar e aumentar seus ganhos e contribuir financeiramente para seus agregados familiares e os cofres fiscais dos EUA. Os beneficiários

Já o *Deferred Action for Parents of Americans and Lawful Permanent Residents (DAPA)* – Ação Diferida para Pais de Americanos e Residentes Permanentes Legais – foi anunciada em 2014 e tem como objetivo proporcionar benefícios semelhantes a pais sem documentação de cidadania e residência permanente. Em conjunto – DAPA e DACA – poderiam conceder uma suspensão temporária para mais de quatro milhões de um total estimado de 11 milhões de imigrantes sem documentação residentes nos Estados Unidos. O presidente avançou com ambos os programas somente depois que o Congresso não aprovou uma legislação que abrangia a reforma imigratória. Na Tabela 10 podemos observar a origem das crianças que serão beneficiadas pelo DACA.

Tabela 10. Programa DACA e origem das crianças beneficiadas em 2015

Nação de origem	Porcentagem
México	78%
El Salvador	4%
Guatemala	2%
Honduras	2%
Peru	1%

Fonte: U.S. Citizenship and Immigration Services (2015)

O legado imigratório de Barack Obama concedeu muitas oportunidades aos imigrantes sem documentação, mas a maioria dos norteamericanos sentiram-se frustrados pela promessa de reforma do sistema imigratório que não aconteceu. O segundo mandato de Obama na presidência foi marcado pela divisão do Congresso e do Senado tendo, o primeiro, uma supremacia republicana a qual não tinha uma ânsia em aprovar uma política e um tema tão controverso.

Dados divulgados pelo *Census Bureau* mostram um crescimento desigual na população imigrante em 2016. O número de imigrantes – legais e ilegais – do Oriente Médio, nações latino-americanas – com exceção do México –, Ásia e África Subsaariana cresceu significativamente, enquanto que o número de mexicanos, europeus e canadenses não cresceu ou declinou. Ademais, o *Department of Homeland Security* estimou que 1.9 milhões de imigrantes não foram contabilizados no cálculo. Portanto, calcula-se que a população total alcance um número aproximado

da DACA conseguiram obter as licenças dos motoristas e, de outra forma, integrar as comunidades americanas.

a 45.6 milhões – compreendendo cerca de 13.5% ou um em cada oito residentes dos Estados Unidos em 2016. Os imigrantes mexicanos – com ou sem documentação legal – foram a maior população estrangeira no país em 2016. O México é a principal nação de origem, com 1.1 milhão de novos integrantes que chegaram aos Estados Unidos entre 2010 e 2016. Por sua vez, as regiões com maiores aumentos no número de imigrantes entre 2015 e 2016 foram Caribe com 120.522, Oriente Médio com 109.113, a América Central com 70.664, a África Subsaariana com 67.198, Ásia do Sul com 64.902 e América do Sul com 61.462. A Tabela 11 mostra as regiões com os maiores aumentos numéricos de 2010 a 2016.

Tabela 11. Regiões com maiores aumentos migratórios de 2010 a 2016

Região	Valor numérico
Leste Asiático	892.209
Sul da Ásia	889.878
Caribe	554.903
Oriente Médio	471.029
África Subsaariana	456.989
América Central	402.784
América do Sul	249.660

Fonte: Census Bureau, 2017.

Já a Tabela 12 informa o percentual de aumento no número de imigrantes que se deslocaram aos Estados Unidos desde 2010.

Tabela 12. Taxa de aumento de imigrantes em 2010

Países	Porcentagem de aumento
Arábia Saudita	122%
Nepal	86%
Afganistão	74%
Birmânia	73%
Síria	62%
Venezuela	58%
Bangladesh	53%

Fonte: Census Bureau, 2017.

Por outro lado, a Tabela 13 mostra os maiores aumentos no número de imigrantes em 2016.

Tabela 13. Número de imigrantes por estado em 2016

Estados	Número
Texas	587.889
Flórida	578.468
Califórnia	527.234
Nova Iorque	238.503
Nova Jersey	171.504
Massachusetts	140.118
Washington	134.132

Fonte: Census Bureau, 2017

Os dados acima podem ser analisados a partir de uma perspectiva de mudança no Sistema Internacional, a intensificação dos conflitos bélicos, econômicos e políticos e, que trazem como resultado, um deslocamento dos indivíduos pelo mundo em busca de melhores condições de moradia, emprego, segurança, educação e saúde, os quais são considerados básicos para o nosso bem-estar.

Na metade de 2015, a mídia norteamericana começava a anunciar os possíveis candidatos à presidência de 2016. No lado democrata encontrávamos, como favorita, a ex-primeira-dama Hillary Clinton; seguida pelo senador pelo estado de Vermont, Bernie Sanders; o ex-governador de Maryland, Martin O'Malley; ex-governador de Rhode Island, Lincoln Chafee; ex-senador pelo estado da Virgínia e um dos candidatos mais conservadores do Partido Democrata, Jim Webb; e o professor da universidade de Harvard, Lawrence Lessig. Com exceção dos dois primeiros nomes citados, os outros candidatos foram pouco acompanhados e comentados pela mídia internacional. Já pelo Partido Republicano, o leque de candidatos eram Jeb Bush, filho de George Bush e irmão de George W. Bush; o magnata que deu outra cara às eleições, Donald Trump; senador do Texas, Ted Cruz; senador pelo estado da Flórida, Marco Rubio e as candidaturas mais discretas como as de Ben Carson, um neorocirurgião, crítico do Obamacare; Chris Christie, um advogado de profissão; Carly Fiorina, a única presença feminina entre os candidatos republicanos; Mike Huckabee, ex-governador do Arkansas e que constrói seu discurso ao eleitorado religioso; Rand Paul, ex-senador pelo estado do Kentucky; Rick Santorum, que tem um discurso

ligado à família, contra o aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo; e John Kasich, governador do estado de Ohio.

No dia 08 de novembro de 2016 foi eleito presidente dos Estados Unidos da América o empresário e magnata, Donald Trump. Conquistando o voto popular de 62.979.636 e 304 Colégios Eleitorais e, em contrapartida, a democrata Hillary Clinton conseguiu 65.844.610 votos e 227 Colégios Eleitorais. Trump teve o apoio de 53% dos homens, 42% das mulheres, 58% dos brancos, 8% dos afroamericanos, 29% dos hispânicos. Os eleitores de Trump dividiram-se em quatro problemáticas consideradas de urgência. 33% do seu eleitorado votou pela proposta da sua política externa, 64% pela proposta imigratória, 41% pelo fator economia e 57% pelo fator terrorismo.

No próximo capítulo daremos uma atenção especial aos discursos de Donald Trump no período eleitoral e nos preocuparemos com a temática imigração, a qual recebeu maior atenção do público votante e que conseguiu dar a vitória a ele.

4. ANÁLISE DE DISCURSO DO PERÍODO ELEITORAL DE DONALD TRUMP

No presente capítulo se analisa o discurso de Donald Trump de anúncio à disputa eleitoral para o ano de 2016. Neste discurso, atentamos-nos a toda e qualquer referência feita pelo atual presidente dos Estados Unidos ao México e aos fenômenos relacionados ao país, tais como a problemática imigratória, desemprego nos Estados Unidos, NAFTA e perda da identidade norteamericana.

4.1 Anúncio de candidatura à presidência dos Estados Unidos (15/07/2015)⁵¹

Ao som de *Rockin' in the Free World*⁵² do cantor Neil Young, Donald Trump desce da escada rolante dourada para subir, posteriormente, ao palco montado com oito bandeiras dos Estados Unidos no seu edifício, Trump Tower na quinta avenida, em Nova Iorque, para anunciar a sua nação e a todo o mundo que ele é o candidato a presidência do seu país para o ano de 2016. *So ladies and gentlemen... I am officially running... For president of the United States, and we are going to make our country great again*⁵³. E acrescenta à fala afirmando que *We need somebody that can take the brand of the United States and make it great again. It's not great again*⁵⁴. Ao finalizar, um grupo pequeno de fãs enlouquecidos com a camiseta "Make America Great Again" gritam em um coro "Trump, Trump, Trump", "We want Trump", "We want Trump now" ao longo de todo o seu discurso. Segundo Berman (2015), grande parte do público presente eram turistas que acabaram tropeçando quase sem querer e ficaram prestigiando o discurso de Trump. Entretanto, havia uma aposentada da cidade de Jersey quem animou todo o discurso. Lori Burch, inclinada sobre uma grade ao lado da escada rolante encorajou diversas vezes Trump, até um momento em que ele agradeceu seu apoio.

⁵¹ TIME STAFF, 2015.

⁵² A letra critica o governo George Bush, em seu primeiro mês, e os problemas sociais da vida americana contemporânea, ao mesmo tempo em que se refere ao famoso comentário de "mil pontos de luz" de Bush de seu discurso inaugural de 1989 e sua promessa de campanha presidencial de 1988 para que a América se torne uma "nação mais amável e mais gentil". Apesar disso, a canção tornou-se o hino de fato do colapso do comunismo, por causa do repetido refrão de 'Continue agitando o mundo livre'.

⁵³ Então, senhoras e senhores ... Estou oficialmente concorrendo ... Para presidente dos Estados Unidos, e vamos tornar o nosso país excelente novamente.

⁵⁴ Precisamos de alguém que possa tirar a marca dos Estados Unidos e torná-lo excelente novamente. Não é ótimo novamente.

A escolha do local para o anúncio foi proposital. A torre de 68 andares e com cada centímetro quadrado de mármore resume o seu sucesso nos negócios e a sua própria personalidade. Por um lado, ele gera confiança aos seus eleitores-alvo que, desde a crise de 2008, ainda não se recuperaram economicamente e veem a sua imagem como uma salvação possível. Por outro lado, muitos o acham arrogante e sem postura, lançando todos os seus pensamentos de forma aleatória e desorganizada, um anti-político. Para justificar o seu lema de campanha “Make America Great Again”, abertamente Donald Trump exibiu a sua riqueza e poder, afirmando:

And I have assets— big accounting firm, one of the most highly respected— 9 billion 240 million dollars. And I have liabilities of about \$500 million. That's long-term debt, very low interest rates. In fact, one of the big banks came to me and said, “Donald, you don't have enough borrowings. Could we loan you \$4 billion”? I said, “I don't need it. I don't want it. And I've been there. I don't want it.” But in two seconds, they give me whatever I wanted. So I have a total net worth, and now with the increase, it'll be well-over \$10 billion. But here, a total net worth of—net worth, not assets, not— a net worth, after all debt, after all expenses, the greatest assets— Trump Tower, 1290 Avenue of the Americas, Bank of America building in San Francisco, 40 Wall Street, sometimes referred to as the Trump building right opposite the New York— many other places all over the world⁵⁵.

E complementa a frase dizendo o total da sua conta bancária “*So the total is \$8,737,540,00⁵⁶*”. A justificativa para falar sobre seus negócios se deve ao fato de os Estados Unidos precisar de pessoas que pensem dessa forma e não de perdedores. “*So I put together this statement, and the only reason I'm telling you about it today is because we really do have to get going, because if we have another three or four years— you know, we're at \$8 trillion now. We're soon going to be at \$20 trillion⁵⁷*”.

De acordo com o jornalista Russell Berman, o Sr. Trump [pode deixar] rapidamente uma marca na corrida graças à sua habilidade como showman (BERMAN, 2015). De fato, a imagem que muitos americanos têm de Trump é a figura

⁵⁵ E eu tenho ativos - grande empresa de contabilidade, um dos mais bem respeitados - 9 bilhões e 240 milhões de dólares. E eu tenho passivos de cerca de US \$ 500 milhões. Essa é a dívida de longo prazo, taxas de juros muito baixas. Na verdade, um dos grandes bancos veio até mim e disse: “Donald, você não tem empréstimos suficientes. Podemos emprestar US\$ 4 bilhões”? Eu disse: “Eu não preciso disso. Eu não quero isso. E eu estive lá. Eu não quero isso. “Mas em dois segundos, eles me dão tudo o que eu queria. Então eu tenho um valor líquido total, e agora com o aumento, será bem mais de US\$ 10 bilhões. Mas aqui, um patrimônio líquido total - patrimônio líquido, não ativos, não - um patrimônio líquido, depois de toda a dívida, depois de todas as despesas, os maiores ativos - Trump Tower, 1290 Avenue of the Americas, edifício do Bank of America em São Francisco, 40 Wall Street, as vezes referido como o edifício Trump em frente à Nova York - muitos outros lugares em todo o mundo.

⁵⁶ Então o total é de \$8,737,540,00.

⁵⁷ Então, eu tenho esse contrato, e a única razão pela qual eu estou falando sobre isso hoje é porque realmente precisamos começar, porque se tivermos mais três ou quatro anos - você sabe, estamos em US\$ 8 trilhões agora. Em breve, estaremos em US\$ 20 trilhões.

do apresentador do programa de TV *“The Apprentice”* e das numerosas vezes em que ele lançou a sua candidatura a presidente. A primeira tentativa foi em 1987, a segunda em 1999, novamente em 2004, 2008 e a mais recente em 2011.

Outro tema que recebeu destaque no discurso foram os ataques e críticas realizados contra o México e os mexicanos, afirmando que:

When Mexico sends its people, they're not sending their best. They're not sending you. They're not sending you. They're sending people that have lots of problems, and they're bringing those problems with us. They're bringing drugs. They're bringing crime. They're rapists. And some, I assume, are good people. But I speak to border guards and they tell us what we're getting. And it only makes common sense. It only makes common sense. They're sending us not the right people. It's coming from more than Mexico. It's coming from all over South and Latin America, and it's coming probably— probably— from the Middle East. But we don't know. Because we have no protection and we have no competence, we don't know what's happening. And it's got to stop and it's got to stop fast⁵⁸.

Ademais, ele prometeu que, como presidente dos Estados Unidos, umas de suas primeiras ações seria *“I would build a great wall, and nobody builds walls better than me, believe me, and I'll build them very inexpensively, I will build a great, great wall on our southern border. And I will have Mexico pay for that wall”*.⁵⁹

De acordo com a pesquisa investigativa realizada por Walter A. Ewing, Daniel E. Martinez e Rubén G. Rumbaut do *American Immigration Council* no ano de 2015, durante mais de um século diversos estudos confirmaram duas verdades sobre a imigração e o crime: os imigrantes são menos propensos a cometer crimes sérios ou estar atrás das grades do que os americanos-nativos e as altas taxas de imigração estão associadas a menores taxas de crime violento. Esta afirmação serve tanto para os imigrantes legais quando para os ilegais, independentemente do seu país de origem ou nível educacional. Atualmente, as políticas migratórias são criadas devido ao medo e ao estereótipo do que pela própria evidência empírica, resultando em uma

⁵⁸ Quando os mexicanos são enviados, eles não estão enviando o melhor. Eles não estão enviando você. Eles não estão enviando você. Eles estão enviando pessoas que têm muitos problemas e estão trazendo esses problemas conosco. Eles estão trazendo drogas. Eles estão trazendo crime. Eles são estupradores. E alguns, suponho, são boas pessoas. Mas eu falo com guardas da fronteira e eles nos dizem o que estamos recebendo. E isso é bom senso. Só é bom senso. Eles não nos enviam as pessoas certas. Vem de mais do que o México. Vem de todo o sul e da América Latina, e provavelmente, provavelmente - do Oriente Médio. Mas não sabemos. Porque não temos proteção e não temos competência, não sabemos o que está acontecendo. E tem que parar e tem que parar rápido.

⁵⁹ Eu construirei uma grande muralha, e ninguém constrói paredes melhor do que eu, acredite, e eu as construirei de forma muito barata. Eu construirei um grande e excelente muro em nossa fronteira sul. E farei o México pagar por esse muro.

maior quantidade de leis a imigração, de estigmas relacionando-os a criminalidade e definindo-os como indivíduos suspeitos e ameaçadores à sociedade.

Nesse sentido, os dados comprovam tais constatações. Entre 1990 e 2013 o número de imigrante legais ascendeu de 7,9% para 13,1%. Por sua vez, o número de imigrantes ilegais aumentou de 3,5 milhões para 11,2 milhões. Para o mesmo período, conforme dados do FBI, a taxa de criminalidade violenta⁶⁰ diminuiu 48%, já a criminalidade da propriedade⁶¹ teve uma queda de 41%. A redução das taxas de crimes violentos pode ser comprovada tanto nas cidades que primeiro recebem os imigrantes – como Chicago, Miami, El Paso, San Antonio e San Diego – como nas cidades que passaram a abrigar, ao longo dos anos, os novos imigrantes, como é o caso de Austin, no Texas. Segundo Ewing, Martinez e Rumbaut (2015):

Some scholars suggest that new immigrants may revitalize dilapidated urban areas, ultimately reducing violent crime rates. In short, to quote sociologist Robert J. Sampson, “cities of concentrated immigration are some of the safest places around.” The reason for this is straightforward. Immigrants as a group tend to be highly motivated, goal-driven individuals who have little to gain by running afoul of the law. As law professor and public-policy expert Michael Tonry puts it: “First-generation economic immigrants are self-selected risk takers who leave their homes, families, and languages to move to a new country to improve their and their children’s lives. They have good reasons to work hard, defer gratifications, and stay out of trouble.” Sampson and colleagues also find that immigrant communities are insulated from crime because they tend to display “social cohesion among neighbors combined with their willingness to intervene on behalf of the common good⁶².

Uma segunda pesquisa foi realizada por Ewing, Martinez e Rumbaut (2015), concluindo que cerca de 1,6% dos homens imigrantes entre 18 e 39 anos estão presos. Em contrapartida, 3,3% dos americanos-nativos com a mesma idade estão atrás das grades. Esta discrepância existe desde a década de 1980 e, se adicionarmos os anos subsequentes, encontraremos taxas de encarceramento dos

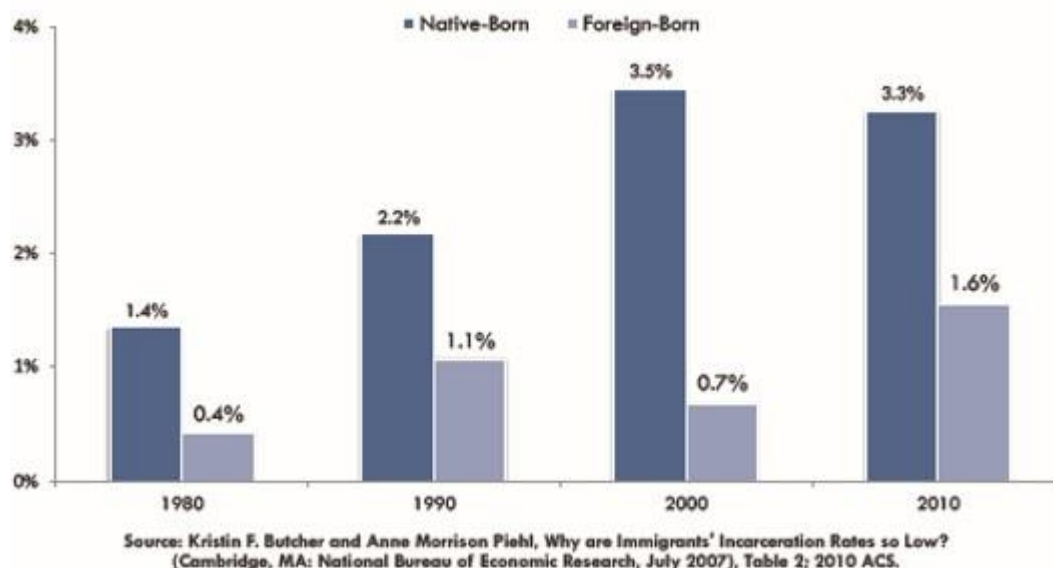
⁶⁰ Para este estudo, considera-se criminalidade violenta assalto, estupro e assassinato.

⁶¹ Para este estudo, considera-se criminalidade da propriedade roubo de veículos motorizados, furto / roubo.

⁶² Alguns estudiosos sugerem que novos imigrantes podem revitalizar as áreas urbanas em ruínas, reduzindo a criminalidade violenta. Em suma, para citar o sociólogo Robert J. Sampson, “as cidades de imigração concentrada são alguns dos lugares mais seguros.” O motivo disso é claro. Os imigrantes como um grupo tendem a ser altamente motivados, indivíduos orientados por objetivos que têm pouco a ganhar ao correrem contra a lei. Como diz o professor de direito e político Michael Tonry: “Os imigrantes econômicos de primeira geração são tomadores de risco auto-selecionados que deixam suas casas, famílias e línguas para se mudar para um novo país para melhorar a vida de seus filhos e filhas. Eles têm boas razões para trabalhar duro, adiantam gratificações e permanecem sem problemas”. Sampson e colegas também descobriram que as comunidades de imigrantes estão isoladas do crime porque tendem a exibir “a coesão social entre os vizinhos combinada com sua vontade de intervir em nome do bem comum.

americanos-nativos de duas a cinco vezes maiores que a dos imigrantes, de acordo com a Figura 4 abaixo.

Figura 4. Taxa de encarceramento de homens com 18-39 anos de 1980-2010



Fonte: American Immigration Council, 2015.

De acordo com o Censo de 2010:

Incarceration rates among the young, less-educated Mexican, Salvadoran, and Guatemalan men who make up the bulk of the unauthorized population are significantly lower than the incarceration rate among native-born young men without a high-school diploma. In 2010, less-educated native-born men age 18-39 had an incarceration rate of 10.7 percent—more than triple the 2.8 percent rate among foreign-born Mexican men, and five times greater than the 1.7 percent rate among foreign-born Salvadoran and Guatemalan men⁶³.

Uma vez compreendido que o estudo demonstrou uma queda na taxa de encarceramento dos imigrantes, uma segunda dúvida foi questionada: as decrescentes taxas de encarceramento são resultado da aplicação mais severa das políticas migratórias ou porque mais imigrantes foram deportados ou porque o seu comportamento criminal foi modificado devido à ameaça de deportação? A resposta

⁶³ As taxas de encarceramento entre os jovens, com menor nível educacional, mexicanos, salvadorenhos e guatemaltecos que compõem a maior parte da população ilegal são significativamente menores do que a taxa de encarceramento entre homens jovens nativos sem diploma do ensino médio. Em 2010, os homens nativos com menos escolaridade com idade entre 18 e 39 anos tiveram uma taxa de encarceramento de 10,7%, mais do que o triplo da taxa de 2,8% entre homens mexicanos nascidos no exterior e cinco vezes maior do que a taxa de 1,7% entre os salvadorenhos nascidos no estrangeiro e homens guatemaltecos.

é não as três perguntas. Primeiro, conforme podemos observar, existe um aumento no número de encarceramento durante o período de 2000 a 2010, porém, um dos motivos possíveis é a mudança na aplicação das leis de imigração, as quais, durante o período Obama, encarceraram um maior número de imigrantes sem documentação. Tal argumento justifica o fato de um quarto da população encarcerada nas prisões federais serem imigrantes. Ademais, se acompanharmos os dados da *U.S. Bureau of Justice Statistics* – Escritório de Estatística de Justiça dos Estados Unidos – os presos federais representam 9% da população carcerária do país, enquanto que nas prisões estaduais este número aumenta para 58% e nas prisões municipais são encontrados 33%. Outro dado curioso fornecido pelo *U.S. Government Accountability Office (GAO)* – Escritório de Responsabilidade do Governo dos Estados Unidos – o qual examina as taxas de encarceramento entre 2005 e 2010, descobriu que 65% dos imigrantes da sua amostra foram presos devido a uma violação imigratória, 48% por um delito de drogas, 39% por uma violação no trânsito, 8% foram presos por terem cometido homicídio e 9% por terem assaltado. Portanto, mais uma vez, os dados confirmam que os imigrantes que descumprem e violam a lei imigratória, na sua grande maioria, não cometem crimes de violência, comprovando, dessa forma, que os discursos acusando os imigrantes de criminosos é uma falácia e, ademais, as violações cometidas por eles não ocasionam ou praticamente não geram uma ameaça à segurança pública e nacional.

Uma série de estudos realizados, identificaram e concluíram que os imigrantes são menos propensos do que os nativos a se envolver em comportamentos "anti-sociais" violentos ou não-violentos; que os imigrantes são menos propensos do que os nativos a serem reincidentes entre adolescentes "de alto risco" (EWING; MARTINEZ; RUMBAUT, 2015). De fato, comprovou-se que os americanos-nativos são aproximadamente quatro vezes mais propensos em ter um comportamento agressivo do que os imigrantes asiáticos e africanos e três vezes mais prováveis que os imigrantes latinos.

No entanto, apesar de se ter evidências empíricas de que a imigração não está relacionada às taxas de criminalidade mais elevadas e que os imigrantes são menos propensos a cometer delitos do que os americanos-nativos, muitos políticos, grupos de interesse, congregações religiosas e organizações de extrema-direita acumulam um preconceito e idealizam um estigma sobre como os imigrantes são e, por serem instituições renomadas e de respeito, acabam formando uma opinião pública moldada

as suas concepções. E, como resultado, leis, decretos e políticas são elaboradas baseadas em tais julgamentos e aplicadas a população cada vez maior de imigrantes que tentam ingressar ou que já estão estabelecidos naquele território. Portanto, o que está sendo construído nos Estados Unidos são padrões de pensamentos e julgamentos que são contrários à maré dos preceitos básicos da nação e, ademais, a onda de deportações e das políticas anti-imigrantes tornaram-se instrumentos, única e quase que exclusivamente, de punição e de combate ao crime.

A segunda dura e calorosa crítica aos mexicanos, Trump acusou-os de serem um dos responsáveis pelo desemprego dos Estados Unidos, ademais dos chineses. Donald Trump afirma que os mexicanos “[are] laughing at us, at our stupidity. And now they are beating us economically. They are not our friend, believe me. But they’re killing us economically”⁶⁴. O discurso dele eleva um pouco o tom da problemática, argumentando que, atualmente, o mercado de trabalho norteamericano está nas mãos dos mexicanos e que, por sua vez, os americanos-nativos estão desempregados. Conforme a fala abaixo, podemos compreender:

Last quarter, it was just announced our gross domestic product— a sign of strength, right? But not for us. It was below zero. Whoever heard of this? It’s never below zero.

Our labor participation rate was the worst since 1978. But think of it, GDP below zero, horrible labor participation rate. And our real unemployment is anywhere from 18 to 20 percent. Don’t believe the 5.6. Don’t believe it. That’s right. A lot of people up there can’t get jobs. They can’t get jobs, because there are no jobs, because China has our jobs and Mexico has our jobs. They all have jobs⁶⁵.

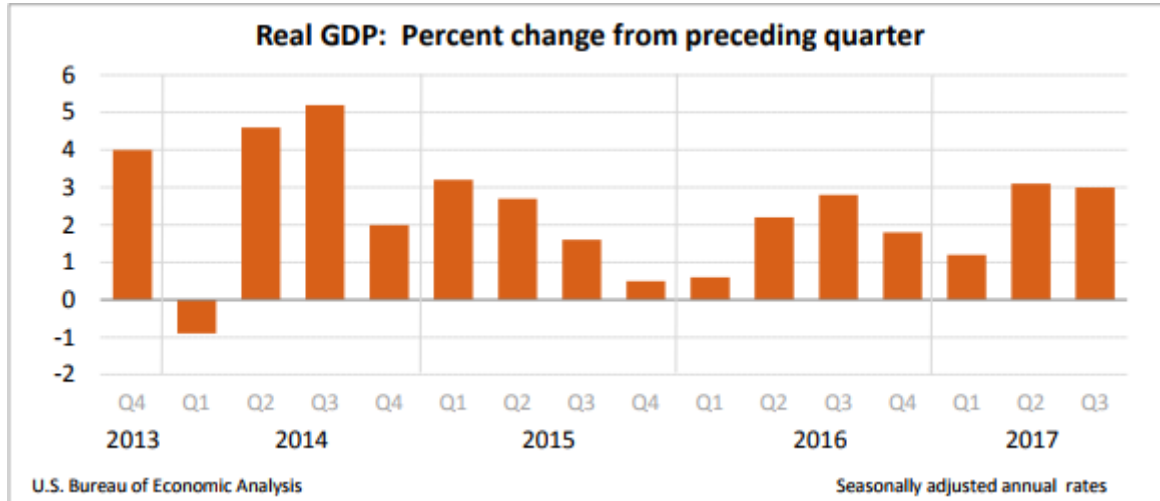
Conforme ele se autodenomina *I will be the greatest jobs president that God ever created* - eu serei o presidente que Deus criou que mais empregos já gerou. Contudo, Trump se engana ao afirmar que a taxa de crescimento do último trimestre – meses de abril, maio e junho de 2015 – é menor que zero. De fato, de acordo com os dados do *Bureau of Economic Analysis* – Escritório de Análise Econômica – o crescimento do PIB estadunidense no primeiro trimestre de 2015 foi de 3,2%, enquanto que o do segundo trimestre foi de 2,7%. De acordo com a Figura 5, podemos

⁶⁴ Estão rindo de nós, da nossa estupidez. E agora eles estão nos batendo economicamente. Eles não são nossos amigos, acredite em mim. Mas eles estão nos matando economicamente.

⁶⁵ No último trimestre, anunciaram o nosso produto interno bruto - um sinal de força, certo? Mas não para nós. Estava abaixo de zero. Quem ouviu falar sobre isso? Nunca está abaixo de zero. Nossa taxa de participação no trabalho foi a pior desde 1978. Mas pense nisso, PIB abaixo de zero, horrível taxa de participação no trabalho. E nosso desemprego real é de 18 a 20%. Não acredite no 5,6%. Não acredite. Está certo. Muitas pessoas lá não podem conseguir emprego. Eles não conseguem empregos, porque não há empregos, porque a China tem nossos empregos e o México tem nossos empregos. Todos eles têm empregos.

acompanhar a evolução do PIB trimestral norteamericano entre os anos de 2013 a 2017 – sendo os dados do último trimestre de 2017 uma previsão.

Figura 5. PIB trimestral dos Estados Unidos entre 2013-2017



Fonte: U.S. Bureau of Economic Analysis, 2017.

Portanto, os dados e a figura comprovam algumas falácias de Donald Trump discursadas ao longo de sua campanha.

Apesar da subjetividade da afirmação “*our labor participation rate was the worst since 1978*”, busca-se compreender, primeiro, o significado de como se contabiliza a taxa de participação laboral nos Estados Unidos. Segundo o site *Trending Economics*, a participação laboral norteamericana é a taxa de empregados e desempregados – mas que procuram emprego – a partir dos 16 anos. Esta mesma fonte afirma que a taxa de participação da força de trabalho nos Estados Unidos diminuiu 0,4% alcançando 62,70% em outubro de 2017, sendo esta a menor taxa em cinco meses. Historicamente a taxa média foi de 63% entre 1950 e 2017, atingindo um máximo de 67,30% em janeiro de 2000 e o menor valor contabilizado foi de 58,10% em dezembro de 1954. O que podemos concluir, mais uma vez, é que, apesar do discurso de Trump ser convincente e ameaçador, os dados que ele apresenta, por vezes, passam a ser uma estratégia de manipulação para ganhar a atenção do público que o rodeia e gerar uma sensação de insegurança laboral, neste caso.

Com um escudo de defesa à economia norteamericana e aos estadunidenses, Trump, insistentemente, joga parte da culpa do fracasso econômico dos Estados Unidos nos mexicanos, chineses, japoneses e outros povos que ousarem entrar na

frente de Donald Trump. A afirmação, *I'll bring back our jobs from China, from Mexico, from Japan, from so many places. I'll bring back our jobs, and I'll bring back our money*⁶⁶, sugere que os Estados Unidos são a vítima que mais sofre, em termos econômicos, e que Trump, irá proteger a sua nação contra uma série de países que querem roubar seus empregos e seu dinheiro. A fim de reforçar o doloroso cenário econômico, Trump conta uma história dramática que, igual ao final dos filmes da *Disney*, o galã bonzinho vence o feio e cruel adversário. A primeira história contada por ele é verídica, segundo reportagem do *Wall Street Journal*⁶⁷:

So Mexico takes a company, a car company that was going to build in Tennessee, rips it out. Everybody thought the deal was dead. Reported it in the Wall Street Journal recently. Everybody thought it was a done deal. It's going in and that's going to be it, going into Tennessee. Great state, great people. All of a sudden, at the last moment, this big car manufacturer, foreign, announces they're not going to Tennessee. They're gonna spend their \$1 billion in Mexico instead. Not good⁶⁸.

Por outro lado, a segunda história é de autoria do atual presidente dos Estados Unidos:

Now, Ford announces a few weeks ago that Ford is going to build a \$2.5 billion car and truck and parts manufacturing plant in Mexico. \$2.5 billion, it's going to be one of the largest in the world. Ford. Good company. So I announced that I'm running for president. I would... one of the early things I would do, probably before I even got in— and I wouldn't even use— you know, I have— I know the smartest negotiators in the world. I know the good ones. I know the bad ones. I know the overrated ones. You get a lot of them that are overrated. They're not good. They think they are. They get good stories, because the newspapers get buffaloed. But they're not good. But I know the negotiators in the world, and I put them one for each country. Believe me, folks. We will do very, very well, very, very well. But I wouldn't even waste my time with this one. I would call up the head of Ford, who I know. If I was president, I'd say, "Congratulations. I understand that you're building a nice \$2.5 billion car factory in Mexico and that you're going to take your cars and sell them to the United States zero tax, just flow them across the border." And you say to yourself, "How does that help us," right? "How does that help us? Where is that good"? It's not. So I would say, "Congratulations. That's the good news. Let me give you the bad news. Every car and every truck and every part manufactured in this plant that comes across the border, we're going to charge you a 35-percent tax, and that tax is going to be paid simultaneously with the transaction, and that's it. Now, here's what is going to happen. If it's not me in the position, it's one of these politicians that we're running against, you know, the 400 people that we're (inaudible). And here's what's going to happen. They're not so stupid. They know it's not a good thing, and they may even be

⁶⁶ Vou trazer de volta nossos empregos da China, do México, do Japão, de tantos lugares. Vou trazer de volta nossos empregos, e eu trarei de volta nosso dinheiro.

⁶⁷ ALTHAUS, 2015.

⁶⁸ Então, o México leva uma empresa, uma empresa de automóveis que iria ser construída no Tennessee, embrulha se leva embora. Todos achavam que o negócio estava morto. Informou o Wall Street Journal recentemente. Todos achavam que era um acordo feito. Está entrando e será isso, indo para o Tennessee. Ótimo estado, ótimas pessoas. De repente, no último momento, esta grande fabricante de automóveis, estrangeiro, anuncia que não vão ao Tennessee. Eles vão gastar seus US \$ 1 bilhão no México. Isso não é bom.

upset by it. But then they're going to get a call from the donors or probably from the lobbyist for Ford and say, "You can't do that to Ford, because Ford takes care of me and I take care of you, and you can't do that to Ford." And guess what? No problem. They're going to build in Mexico. They're going to take away thousands of jobs. It's very bad for us. So under President Trump, here's what would happen: The head of Ford will call me back, I would say within an hour after I told them the bad news. But it could be he'd want to be cool, and he'll wait until the next day. You know, they want to be a little cool. And he'll say, "Please, please, please." He'll beg for a little while, and I'll say, "No interest." Then he'll call all sorts of political people, and I'll say, "Sorry, fellas. No interest," because I don't need anybody's money. It's nice. I don't need anybody's money. After I'm called by 30 friends of mine who contributed to different campaigns, after I'm called by all of the special interests and by the— the donors and by the lobbyists— and they have zero chance at convincing me, zero— I'll get a call the next day from the head of Ford. He'll say, "Please reconsider," I'll say no. He'll say, "Mr. President, we've decided to move the plant back to the United States, and we're not going to build it in Mexico." That's it. They have no choice. They have no choice⁶⁹.

Apesar de Trump ter conseguido convencer a Ford da mudança, a intenção agora é aterrissar e buscar compreender o que está por detrás desta história questionando algumas inquietudes geradas. De fato, os mexicanos estão roubando

⁶⁹ Agora, a Ford anuncia há algumas semanas que vai ser construída uma usina de fabricação de caminhões e peças de US\$ 2,5 bilhões no México. US\$ 2,5 bilhões, será uma das maiores do mundo. Ford. Boa companhia. Então eu anunciei que vou candidatar-me à presidência. Eu iria...uma das primeiras coisas que eu faria, provavelmente antes mesmo de entrar e eu nem usaria ... você sabe, tenho - conheço os negociadores mais inteligentes do mundo. Conheço os bons. Conheço os maus. Conheço os superestimados. Você já conhece os que estão sobrevalorizados. Eles não são bons. Eles pensam que são. Eles recebem boas histórias, porque os jornais ficam falando deles. Mas eles não são bons. Mas conheço os negociadores do mundo, e os coloco um em cada país. Acredite, pessoal. Nós faremos muito, muito bem, muito, muito bem. Mas eu nem perderia meu tempo com esse. Eu chamaria o chefe da Ford, que eu conheço. Se eu fosse presidente, eu diria: "Parabéns. Eu entendo que você está construindo uma fábrica de carro de US\$ 2,5 bilhões no México e que você vai levar seus carros e vendê-los por um imposto zero nos Estados Unidos, basta fazê-los entrar através da fronteira. "E você diz a si mesmo" Como isso nos ajuda, "certo? "Como isso nos ajuda? Onde é que é bom "? Não é. Então, eu diria: "Parabéns. Essa é a boa notícia. Deixe-me dar-lhe as más notícias. Todo carro e cada caminhão e cada peça fabricada nesta planta que atravessa a fronteira, vamos cobrar um imposto de 35%, e esse imposto será pago simultaneamente com a transação, e é isso. Agora, aqui está o que vai acontecer. Se não sou eu na posição, é um desses políticos que estamos vendo no poder. E aqui está o que vai acontecer. Eles não são tão estúpidos. Eles sabem que não é uma coisa boa, e eles podem até ficar chateados com isso. Mas então eles vão receber uma ligação dos doadores ou provavelmente do lobista da Ford e dizer: "Você não pode fazer isso com a Ford, porque a Ford cuida de mim e eu cuido de você, e você não pode fazer isso com a Ford. "E adivinhe o quê? Sem problemas. Eles vão construir no México. Eles vão tirar milhares de empregos. É muito ruim para nós. [...] Aqui está o que aconteceria: o chefe da Ford vai me chamar de volta, eu diria que dentro de uma hora depois eu lhes ter dado as más notícias. Mas poderia ser que ele quisesse ser legal, e ele vai esperar até o dia seguinte. Você sabe, eles querem ser um pouco legal. E ele vai dizer: "Por favor, por favor, por favor". Ele implorará um pouco, e eu direi: "Não há interesse". Então ele vai chamar todos os tipos de pessoas políticas, e eu direi "Desculpe, amigos. Sem interesse, "porque eu não preciso do dinheiro de ninguém. É legal. Não preciso do dinheiro de ninguém. Depois de ter sido convocada por 30 amigos meus, que contribuíram para diferentes campanhas, depois de ter sido chamado por todos os interesses especiais e pelos doadores e pelos lobistas, e eles não têm chance de me convencer, zero. Receberemos uma ligação no dia seguinte do chefe da Ford. Ele vai dizer: "Por favor, reconsidere", vou dizer não. Ele vai dizer: "Sr. Presidente, decidimos transferir a fábrica para os Estados Unidos, e não vamos construí-la no México. "É isso. Eles não têm escolha. Eles não têm escolha.

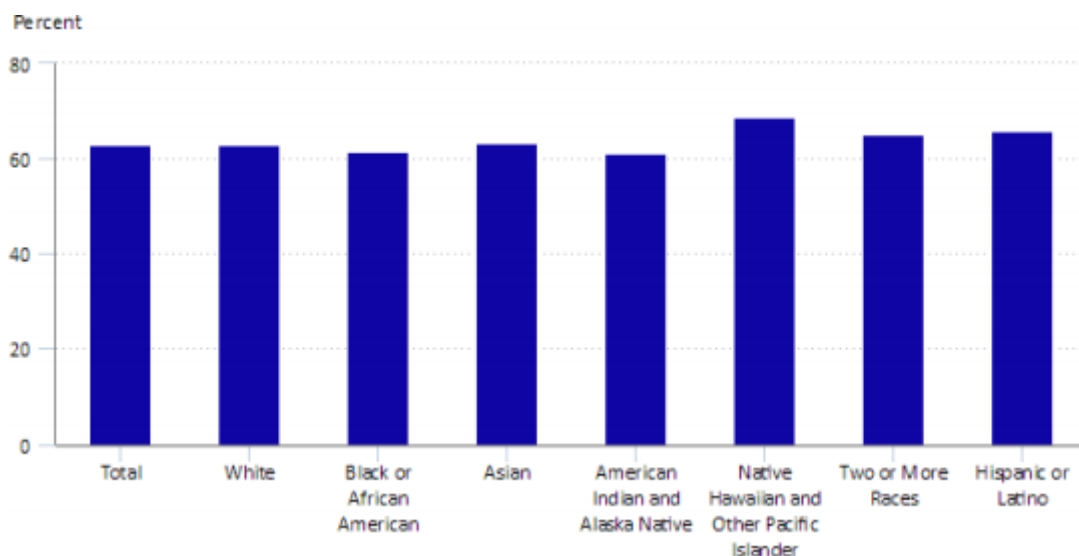
emprego dos americanos-nativos? A instalação de empresas norte-americanas no México realmente afetou sua economia a longo prazo?

Em 2016, a taxa de desemprego nos Estados Unidos alcançou 4,9%, porém esta taxa variou de acordo com os grupos étnicos. Enquanto que para os indígenas americanos e nativos do Alasca a taxa foi de 8,9%, a dos negros foi de 8,4%, asiático 3,6%, brancos 4,3%, nativos do Havai e das ilhas do Pacífico foi de 4,4% e dos latinos alcançou 5,8%. Os motivos pelos quais estas taxas estão desconformes são diversos. Nesse sentido, podemos considerar que o nível educacional, as ocupações e os setores da economia que eles trabalham, as áreas geográficas em que eles são encontrados e o nível de discriminação são alguns dos fatores possíveis justificáveis.

Já com relação à composição laboral, a maior força de trabalho nos Estados Unidos é 78% branca, 17% latinos, 12% negros, 6% asiáticos, 1% indígenas americanos e nativos do Alasca e 1% de nativos do Havai e ilhas no Pacífico. Dentre os latinos compondo a força de trabalho, 61% são mexicanos, 10% da América Central, 9% portorriquenhos, 7% da América do Sul, 4% são cubanos e 9% são considerados outros latinos.

De acordo com a Figura 6 abaixo, podemos perceber que dentre as raças que têm maior taxa de participação na força laboral encontramos 68,7% de nativos do Havai e ilhas do Pacífico, 65,8% de latinos, 63,2 de asiáticos, 62,9% de brancos, 61,6% de negros, 61,1% de indígenas americanos e nativos do Alasca.

Figura 6. Taxa de participação da força laboral por raças em 2016

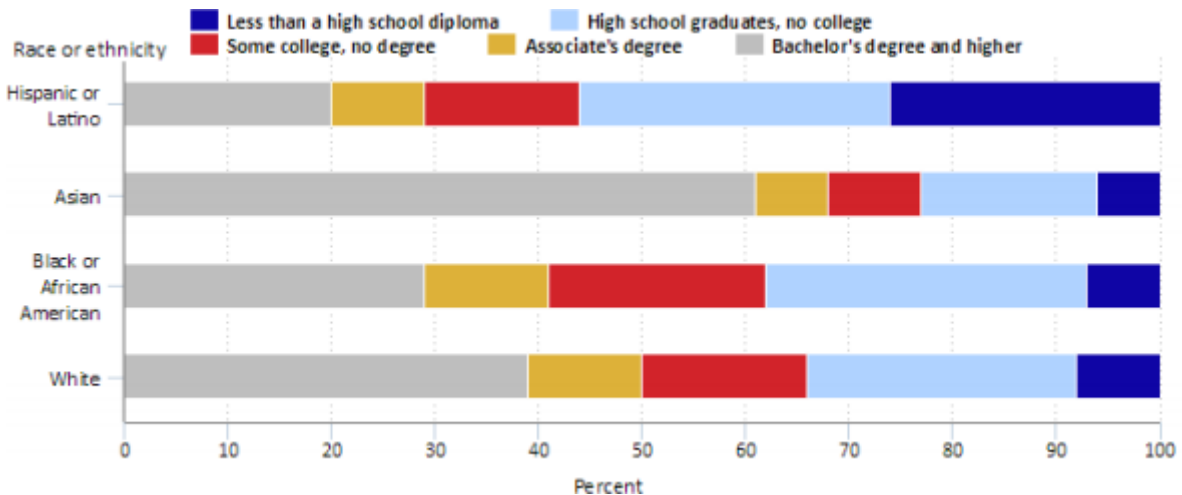


Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics, 2016.

Entre os homens adultos maiores de 20 anos, os latinos são os que têm maior participação na força de trabalho com 80,5%, seguidos dos asiáticos com 75,3%, dos brancos com 72% e dos negros com 67,5%. Já entre as mulheres, as de origem negras têm maior participação laboral com 61,8%, seguidas das latinas com 58,4%, das brancas com 57,6% e das asiáticas com 57,4%.

A taxa de emprego entre as etnias varia de acordo com os povos, enquanto que para os nativos do Havai e ilhas do Pacífico a taxa foi de 65,7%, para os latinos foi de 62%, asiáticos 60,9%, brancos 60,2%, negros 56,4% e indígenas americanos e nativos do Alasca 55,7%. Por outro lado, a taxa de emprego dos homens latinos maiores de 20 anos é de 76,6%, seguidos dos asiáticos com 72,8%, dos homens brancos com 69,1% e dos negros com 62%. Já as mulheres negras representam o maior grupo com 57,3%, seguidas pelas mulheres brancas com 55,4%, das mulheres asiáticas com 55,2% e das mulheres latinas com 55%. E, por último, a proporção da taxa de emprego dos jovens entre 16 e 19 anos foi de 32,1% dos jovens brancos, seguidos dos latinos com 25,9%, dos negros com 21,3% e dos asiáticos com 18,8%. A Figura 7 abaixo ilustra o nível educacional por etnia dos adultos maiores de 25 anos.

Figura 7. Nível educacional por etnia dos adultos maiores de 25 anos em 2016



Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics, 2016.

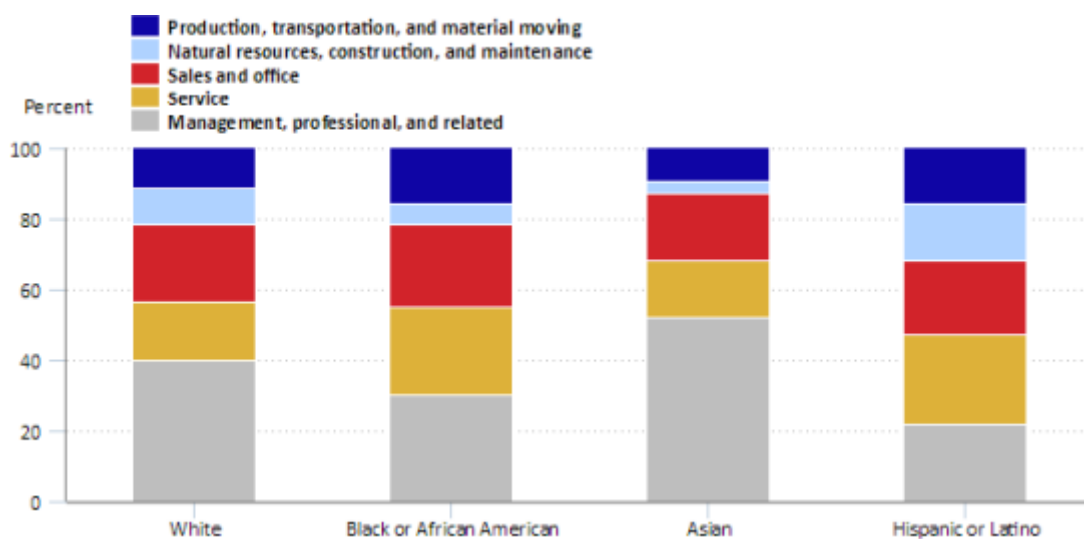
Segundo o *U.S. Bureau of Labor Statistics*:

Higher levels of education are generally associated with a greater likelihood of employment, and a lower likelihood of unemployment, for all major race and ethnicity groups. Nonetheless, at nearly every level of education, Blacks and Hispanics were more likely to be unemployed than were Whites and Asians. Individuals with higher levels of education typically are more likely to be employed in higher paying jobs—such as those in management, professional,

and related occupations—than are individuals with less education. Median earnings of those ages 25 and older increased with educational attainment, for all major race and ethnicity groups. However, Blacks and Hispanics generally had lower earnings than Whites and Asians at nearly all educational attainment levels⁷⁰.

A Figura 8 apresenta a taxa de emprego desde uma perspectiva da ocupação laboral e etnia.

Figura 8. Taxa de emprego desde uma perspectiva da ocupação laboral e etnia em 2016



Fonte: U.S. Bureau of Labor Statistics, 2016.

Os latinos representam 17% do mercado laboral, mas quando observamos as suas ocupações vemos que 53% trabalham no setor agrícola, 51% no setor da construção, pintura e manutenção e 47% empregados domésticos e faxineiros. E, curiosamente, são a etnia mais equilibrada dentre as representadas na Figura 8

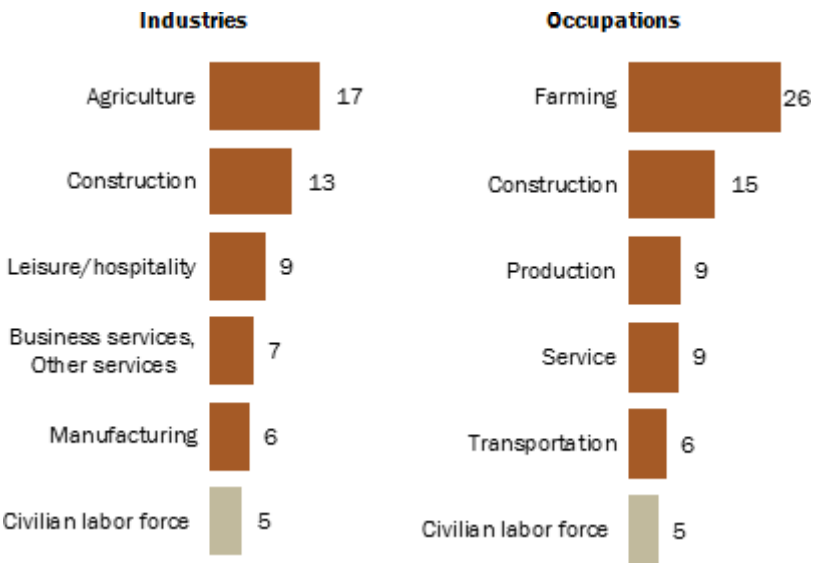
Outro aspecto a ser considerado ao respondermos a pergunta indagada acima é sobre o tamanho da força de trabalho que os imigrantes não autorizados têm nos

⁷⁰ Níveis mais elevados de educação geralmente estão associados a uma maior probabilidade de emprego, e uma menor probabilidade de desemprego, esta informação é válida para os principais grupos raciais e étnicos. No entanto, em quase todos os níveis de educação, os negros e os hispânicos são mais propensos a estar desempregados do que os brancos e os asiáticos. Indivíduos com níveis mais elevados de educação tipicamente têm maior probabilidade de estarem trabalhando em empregos de maior remuneração – como aqueles em ocupações gerenciais, profissionais e relacionadas - do que indivíduos com menos educação. A média de ganhos de adultos com 25 anos ou mais aumentaram com a obtenção de escolaridade, esta informação é válida para os principais grupos raciais e étnicos. No entanto, os negros e os hispânicos geralmente têm menores ganhos do que os brancos e os asiáticos em quase todos os níveis educacionais.

Estados Unidos. Conforme pesquisa realizada em 2014 por Jeffrey S. Passel e D’vera Cohn do *Pew Research Center*, os 8 milhões de imigrantes sem documentação legal que estavam trabalhando ou buscando trabalho em 2014, representavam 5% da força de trabalho estadunidense, os quais constituem uma parte maior da força de trabalho dos Estados Unidos se comparados aos 3,5% do total da população uma vez que eles são desproporcionalmente suscetíveis de idade ativa. Enquanto que 92% dos imigrantes sem documentação legal têm entre 18 e 64 anos, da população nascida nos Estados Unidos são 60% e dos imigrantes legais são 76%.

Quando olhamos o setor da economia em que os imigrantes sem documentação legal trabalham, encontramos uma diversidade de ocupações. De acordo com a Figura 9, podemos ver que 17% destes imigrantes trabalham na agricultura, 13% na construção, 9% no setor de lazer e hotelaria e 6% indústria.

Figura 9. Setores da economia e imigrantes ilegais em 2016



Fonte: Pew Research Center, 2014.

Por outro lado, se observarmos a ocupação dos imigrantes sem documentação legal, veremos que 26% trabalham na agricultura, 15% na construção, 9% produção, 9% serviços e 6% transporte. Portanto, podemos concluir que os imigrantes sem documentação legal tendem a buscar setores e trabalhos que oferecem trabalho com baixo valor agregado, devido, em parte, ao baixo nível escolar e às próprias limitações causadas pelas suas condições como indivíduos ilegais.

Após termos analisado algumas variáveis que respondem parte da inquietude questionada, o que se pode concluir? De fato, os mexicanos estão roubando emprego dos americanos-nativos? De acordo com a pesquisa realizada por Vanda Felbab-Brown (2017, texto digital), os imigrantes não podem estar roubando tantos trabalhos nos Estados Unidos quanto Trump afirma. O impacto da mão-de-obra imigrante sobre os salários dos americanos-nativos é baixo. Se acompanharmos a Figura 9 acima, vemos que os trabalhadores sem documentação legal, muitas vezes, trabalham em ambientes insalubres nos quais os americanos-nativos não estão dispostos a trabalhar. Felbab-Brown explica que muitas das ocupações dos imigrantes em documentação legal exigem um esforço físico que os americanos não desejam, como trabalho nas construções e na agricultura, por exemplo. Segundo o que ela argumenta:

Fixing immigration is not about mass deportations of people but about creating a legal visa system for Jobs Americans do not want. And it is about providing better education opportunities, skills-development and retooling, and safety nets for American workers. And to date, Trump hasn't offered serious policy proposals on many – if any – of these areas.⁷¹

Por outro lado, William Frey (2017, texto digital) argumenta que os projetos de redução das cotas para a imigração legal a fim de priorizar a mão-de-obra interna não vão ao encontro dos atuais dados que apresentam que os níveis atuais de imigração são cada vez mais vitais para o crescimento dos Estados Unidos e que as últimas levadas de imigrantes são de indivíduos altamente qualificados, sendo que muitos chegam aos Estados Unidos com diplomas universitários. Ademais, Frey afirma que a imigração é importante para as regiões que estão tendo um declínio na migração doméstica e que estão tendo uma redução nas taxas de natalidades e um envelhecimento maior.

Já Dany Bahar (2017, texto digital) busca relacionar as taxas de imigração e crescimento econômico, explicando que enquanto os imigrantes representam cerca de 15% da força de trabalho, um em cada quatro empresários são imigrantes um em cada quatro investidores não são americanos-nativos e que um terço das novas empresas têm, pelo menos, um empresário imigrante em sua equipe de liderança. Ademais, afirma que o impacto da imigração sobre os salários dos trabalhadores

⁷¹ Para corrigir a imigração não se trata de deportações em massa de pessoas, mas se trata da criação de um sistema legal de vistos para empregos, o qual os americanos não querem. E se trata de proporcionar melhores oportunidades de educação, desenvolvimento de habilidades e de redes de segurança para os trabalhadores americanos. Até a data, Trumo não ofereceu propostas de políticas sérias – se houver – nessas áreas.

nativos é pequeno, porém, quando isso ocorre, significa que as habilidades e níveis educacionais do imigrante e do americano-nativo são muito parecidos. Bahar conclui sua pesquisa atestando que:

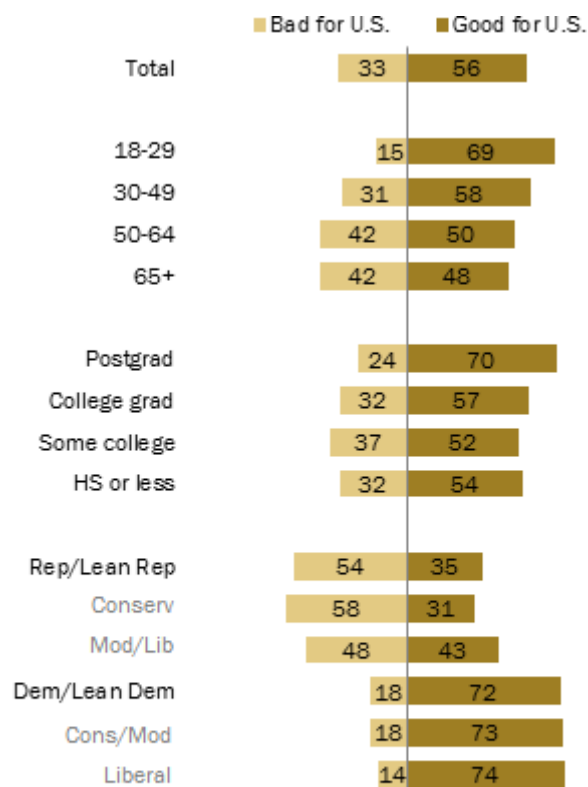
By cutting on immigration, the country will miss na opportunity for new investments and ventures that could generate the Jobs that the presidente is so committed to bring back. Thus, if the current administration wants to create Jobs and 'make America great again', it should consider enlisting more migrants⁷².

Com o fim de respondermos a segunda inquietude, o objetivo, nesse momento, é o de trazer dados e informações adicionais sobre considerações relacionadas ao NAFTA, uma vez que diversos analistas internacionais têm como ponto de partida, ao investigarem sobre a relação laboral norteamericana e os imigrantes, a assinatura do tratado de livre comércio entre Canadá, Estados Unidos e México. Portanto, buscaremos encontrar respostas sobre a segunda pergunta questionada tendo como marco inicial a relação entre os Estados Unidos e México a partir de 1994 – ano em que o acordo foi criado. Entratanto, como o capítulo 2 analisou a história dos imigrantes nos Estados Unidos, apreenderemos apenas aos dados e informações atuais – de 2013 a 2017.

O discurso de Donald Trump vai ao encontro de uma posição e concepção de valores e entendimentos do partido Republicano. De acordo com uma pesquisa realizada pelo *Pew Research Center*, 56% dos norteamericanos consideram que o acordo do *North American Free Trade Agreement (NAFTA)* – Tratado da América do Norte de Livre Comércio – é bom para os Estados Unidos, enquanto que 33% dizem que é ruim. Abaixo segue a Figura 10, a qual apresenta o perfil da amostra da pesquisa que considera o NAFTA um acordo bom ou ruim.

⁷² Ao reduzir a imigração, o país perderá uma oportunidade para novas invenções e empreendimentos que possam gerar os empregos que o presidente está tão empenhado em trazer de volta. Assim, se a administração atual quiser criar empregos e 'tornar a América melhor de novo', deveria considerar a entrada de mais imigrantes.

Figura 10. Perfil dos que consideram o NAFTA um acordo bom ou ruim em 2017



Note: Don't know responses not shown.
Source: Survey conducted Oct. 25-30, 2017.

PEW RESEARCH CENTER

Fonte: Pew Research Center, 2017

Segundo a pesquisa, os republicanos são mais propensos dos que os democratas a afirmar que o acordo comercial é ruim aos Estados Unidos, pelo contrário, eles consideram que o México é o maior beneficiário. Nesse sentido, 54% dos republicanos têm uma visão negativa do NAFTA, enquanto que 31% afirmam que o acordo beneficia ambos países e 7% afirma que beneficia mais os Estados Unidos que o México. Por sua vez, 58% dos democratas dizem que o tratado é bom a ambos países, enquanto que apenas 16% afirmam ser melhor para o México e outros 16% afirmam que o acordo beneficia mais os Estados Unidos. Vale destacar que, as avaliações mais positivas são encontradas em grupos compostos por pós-graduados – 70% - e por adultos de 18 a 29 anos – 69%.

O Tratado de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA – é um acordo negociado por Canadá, México e Estados Unidos e que entrou em vigor em 1994. Implementado de forma gradual, o acordo prevê a eliminação de grande parte das

tarifas dos produtos comercializados entre os três países. A liberalização do comércio na agricultura, na indústria têxtil e na fabricação de automóveis são os setores que ganham maior destaque. O NAFTA reformulou as relações entre as três economias, no entanto, atualmente, ele está sendo alvo de críticas do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, quem diz que o acordo oportunizou a mudança da indústria dos Estados Unidos ao México e, neste momento, estão sendo abertas discussões para reformulação do acordo.

De acordo com pesquisa realizada por James McBride e Mohammed Aly Sergie (2017, texto digital) do *Council on Foreign Relations*, desde a criação do NAFTA o comércio entre Estados Unidos com Canadá e México mais do que triplicou, ambos países são os dois maiores destinos das exportações norteamericanas representando cerca de um terço do total. Segundo estimativas, após a assinatura do acordo, foram gerados US\$80 bilhões na economia estadunidense. Ademais, calcula-se que cerca de 14 milhões de empregos dependem do comércio entre Estados Unidos e os outros dois países.

Por outro lado, os céticos ao acordo afirmam que desde 1994 tem ocorrido perdas de emprego e estagnação salarial, resultado de uma desleal concorrência dos salários no México e a ida de empresas norteamericanas em direção a fronteira sul. Somado a isso, a balança comercial do México e Estados Unidos passou de um superávit de US\$1,7 bilhão em 1993, para um déficit de US\$54 bilhões e argumentam que este aumento de importações gerou a perda de 600 mil empregos nos Estados Unidos desde 1994, porém, não escodem que esse resultado teria sido gerado mesmo sem o NAFTA. A classe trabalhadora e seus sindicatos contabilizam que apenas no setor automobilístico nos Estados Unidos 350 mil empregos foram perdidos desde o acordo, enquanto que no México esse número foi elevado de 120 mil para 550 mil.

Uma análise realizada pelos economistas Gary Clyde Hufbauer e Cathleen Cimino-Isaacs (2014, texto digital) do *Peterson Institute for International Economics* afirmam que o aumento do comércio entre ambos os países gera ganhos para a economia norteamericana. Enquanto alguns empregos são perdidos devido a importação de produtos, outros são criados, beneficiando os consumidores com a queda dos preços e com a melhora da qualidade dos produtos devido à concorrência. Conforme aponta este estudo, dos 15 mil empregos perdidos a cada ano foram gerados US\$450.000 sob a forma de maior produtividade e menores preços.

Outro dado interessante trazido por David Autor, David Dorn e Gordon Hanson (2016, texto digital), explica que os problemas das indústrias norte-americanas foram gerados tempo antes da assinatura do NAFTA e, ademais, afirmam que a após a entrada da China na OMC em 2001 os empregos nos Estados Unidos sofreram grande impacto. A queda dos empregos nas indústrias de 17 para 11 milhões entre 2000 e 2010 é justificada pela ascensão comercial chinesa e pelas mudanças tecnológicas. De fato, Hanson (2016, texto digital) afirma que o NAFTA, nesse sentido, ajudou o setor automobilístico norteamericano a competir com os chineses, uma vez que o NAFTA contribuiu para a redução dos custos, aumentou a produtividade e melhor a competitividade dos produtos. Inevitavelmente a taxa de desemprego aumentaria nos Estados Unidos, porém, muito provavelmente, sem o acordo a perda seria maior.

Portanto, podemos concluir que a longo prazo a economia norteamericana não foi completamente afetada pela saída das suas indústrias ao México, pelo contrário, isso permitiu que a própria economia se readaptasse ao novo cenário e, devido à própria dinâmica econômica e a sua diversidade, souberam reformular suas políticas econômicas e comerciais.

Depois de uma viagem improvisada ao México para se encontrar com o presidente do México, Enrique Peña Nieto, Donald Trump aterriçou em Phoenix, Arizona para discursar a sua fala que ficou conhecida como *Trump Immigration Speech* – Discurso sobre Imigração de Trump no dia 31 de agosto de 2016. Nesta noite o atual presidente dos Estados Unidos enumerou dez políticas que serão colocadas em práticas no momento em que ele entrar na Casa Branca. O sexto ponto é a implantação de uma política cuja finalidade é a escolha dos indivíduos que desejam entrar nos Estados Unidos. Trump afirma *“we also have to be honest about the fact that not everyone who seeks to join our country will be able to successfully assimilate. Sometimes it’s just not going to work out. It’s our right, as a sovereign nation, to chose immigrants that we think are the likeliest to thrive and flourish and love us”*⁷³.

Com uma retórica racista e com o entusiasmo e apoio da população de Phoenix Donald Trump assume que:

⁷³ Nós também temos que ser honesto sobre o fato de que nem todos os que buscam se juntar ao nosso país serão capazes de assimilar com sucesso. Às vezes, não está funcionando. É nosso direito, como nação soberana, escolher imigrantes que pensamos serem os mais prováveis de prosperar e florescer e nos amar.

To choose immigrants based on merit. Merit, skill, and proficiency. Doesn't that sound nice? And to establish new immigration controls to boost wages and to ensure that open jobs are offered to American workers first. [...] Another reform involves new screening tests for all applicants that include, and this is so important, especially if you get the right people. And we will get the right people. An ideological certification to make sure that those we are admitting to our country share our values and love our people.”⁷⁴

Historicamente vimos que os Estados Unidos têm sido caracterizados pela ascensão de grupos de extrema direita e racistas/xenófobos. Por outro lado, discursos como este buscam securitizar o tema identidade nacional trazendo como insumo aos argumentos afirmações a respeito da insegurança migratória e os problemas percebidos. Uma das soluções de Trump é a política de escolha destes indivíduos permitindo, nesse sentido, a entrada de indivíduos estrangeiros educacionalmente qualificados, com domínio do idioma inglês e que não sejam originários de uma lista de países onde os imigrantes estão suspensos de entrar no território norteamericano.

De acordo com Myers e Pitkin (2010), a história dos Estados Unidos é a história dos imigrantes, daqueles que recém-chegados se integram a sociedade e, em seguida, fortalecem a cultura e especialmente a economia. Contudo, quem faz oposição à imigração atualmente são os conservadores os quais afirmam que a assimilação não está ocorrendo e que, em vez disso, a maioria dos imigrantes acaba tornando-se um peso à sociedade. Lalami (2017), em seu artigo *What does it take to “assimilate” into America?* – O que é necessário para ser assimilado nos Estados Unidos? – afirma que assimilação vem do latim “simularé”, que significa fazer semelhante. O que se espera é que os imigrantes, ao longo de um espaço de tempo indefinido, se tornem americanos, no processo conhecido como *melting pot*. Ademais, Lalami (2017), questiona-se, afinal, os americanos sempre foram uma população heterogênea – racial, religiosa e regionalmente – por qual critério o imigrante é julgado para encaixar-se nessa sociedade tão diversa? A resposta torna-se complexa, uma vez que o termo assimilação é subjetivo e interpretado desde diversos ângulos e perspectivas. Se para alguns, assimilação sugere que o imigrante deva ter uma fluência na língua local, algum sucesso educacional ou econômico, algum

⁷⁴ Escolher imigrantes com base no mérito. Mérito, habilidade e proficiência. Isso não parece bom? E estabelecer novos controles de imigração para impulsionar os salários e garantir que os empregos abertos sejam oferecidos aos trabalhadores americanos primeiro. Outra reforma envolve novos testes de triagem para todos os candidatos que incluem, e isso é tão importante, especialmente se você receber as pessoas certas. E teremos as pessoas certas. Uma certificação ideológica para garantir que aqueles que estamos admitindo em nosso país compartilhem nossos valores e amem nossas pessoas.

conhecimento sobre a história e a cultura. Para outros, por sua vez, a assimilação é sinônimo de abandono da sua cultura de origem, da sua língua e laços com o país. Por outro lado, existe uma terceira concepção que acredita que a assimilação deveria ser pensada a um modo de integração. Como bem exemplifica Lalami (2017), pode-se pensar em uma tigela de salada, em vez de uma fusão: cada ingrediente mantém seu sabor, mesmo que ele se misture com o outros.

No entanto, desde a perspectiva de Donald Trump, os indivíduos que seguem certas tradições religiosas ou culturais não deveriam entrar nos Estados Unidos e, caso entrassem, não deveriam ser consideradas iguais nos Estados Unidos. Ao menos que assimilassem a cultura anglo-americana-protestante ideal. Ademais, o legado de Trump nos apresenta um Estados Unidos intolerável, muito diferente daquele em que as concepções de uma sociedade multicultural é o caminho a ser almejado. Segundo Bailey (2016, texto digital), o que Trump está fazendo, o que ele representa e o que ele está dizendo é tão americano como a torta de maçã. Apesar dos seus críticos liberais negarem que tal concepção e forma de pensamento é americana. Como resultado, a eleição de Trump não é um problema de todos os norte-americanos, mas um problema dos americanos brancos. Os Estados Unidos estão essencialmente passando por uma crise identitária branca.

Já de acordo com um estudo realizado por Amanda Taub (2015) em conjunto com Deborah Schidkraut (2015), embora pareça estranho que parte dos americanos brancos acreditem que estejam sofrendo por serem brancos, tais atitudes podem ser respondidas quando incertezas econômicas aparecem. Segundo Schildkraut (2015), há algo sobre o surgimento das crises econômicas que levam as pessoas a sentirem que estão sendo ameaçadas levando, dessa forma, que elas se agarrem aos seus grupos buscando alguma segurança. No entanto, quando elas percebem que seus grupos estão sentindo-se inseguros, o grupo se une ainda mais, resultando que sua etnia passasse a importar mais em como as pessoas entendem a si mesmas.

Conforme AB Wilkinson (2016), os Estados Unidos sempre foram e sempre serão uma sociedade multicultural – onde pessoas de diferentes origens se unem e formam uma sociedade. Somado a isso, muitos desses indivíduos não acreditam que devam ter que assimilar completamente ou desistir de sua cultura ou herança tradicional pelo simples fato de se tornarem americanos. Curiosamente, os grupos étnicos nos Estados Unidos estão isolados em grandes comunidades, criando colônias dentro do próprio país. Estes muitas vezes são estereotipados como aqueles

que se recusam a assimilar a cultura americana e como culturalmente atrasados e inaptos para alcançar o sonho americano. No entanto, Wilkinson afirma que in reality, inadequate schools, poor housing opportunities, lack of career options, and few viable paths to citizenship (for immigrants) all play a much larger role in limiting people's opportunities and aspirations. In the past, many of these factors defined colonial structures⁷⁵ (WILKINSON, 2016, texto digital).

Portanto, afirmar que a cultura de um é inferior a dos outros gera uma inadequação daquele que deseja ser assimilado e, por outro lado, resulta em um sentimento de ameaça sentido pelo morador local, ainda mais quando reforçado por políticos. A assimilação é um tema a ser trabalhado como sociedade e não como uma vertente de ódio.

⁷⁵ Na realidade, escolas inadequadas, oportunidades de habitação precárias, falta de opções de carreira e poucos caminhos viáveis para a cidadania (para imigrantes) desempenham um papel muito maior na limitação das oportunidades e aspirações das pessoas. No passado, muitos desses fatores definiram estruturas coloniais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por objetivo compreender a concepção de identidade nacional implícita e explícita nos discursos do atual presidente estadunidense a respeito das políticas de segurança societal. Buscou-se investigar o porquê do presidente Donald Trump utilizar um discurso anti-imigração como justificativa de proteção a identidade nacional norteamericana. Nesse sentido, as hipóteses de trabalho sugerem que devido à massiva entrada de imigrantes dentro do território norteamericano, Donald Trump pressupõe que a cultura e identidade estadunidense estejam sendo perdidas. Ademais, o presidente dos Estados Unidos relaciona o aumento do desemprego e o descontrole da crise econômica de 2008 a entrada de imigrantes legais e ilegais que, na sua visão, roubam as vagas de emprego da população local e contribuem para o aumento da insegurança, visto que, de acordo com Trump, o fenômeno da violência é gerado pelos imigrantes que trazem consigo toda a sua cultura e identidade violenta.

Conforme a definição da Escola de Copenhagen, migração é apreendida como um tipo de ameaça no que concerne à dominação ou pulverização de uma sociedade através de influxos de outras pessoas ou quando a identidade do primeiro grupo é alterada por uma mudança significativa na sua composição populacional (SHEEHAN, 2005, pg.92). As comunidades identificam a ameaça desde uma perspectiva econômica, justificando que o aumento do número de fluxos migratórios para dentro de um mesmo território culminaria em uma maior competição pelas vagas de emprego local. Uma segunda perspectiva é a da segurança, a qual muitas comunidades argumentam que a vinda de grupos migrantes gera uma ameaça à cultura e aos valores locais os quais passam a ser vinculados às redes de organização criminosas e tal feito acaba por gerar uma imagem negativa da cultura local. E a terceira perspectiva é a cultural, a qual as comunidades afirmam que a chegada de migrantes acarreta no estilo de vida da população.

Conforme pode-se compreender das análises realizadas concluiu-se que a ameaça à identidade norteamericana está relacionada com as ondas de imigrantes que anualmente entram no território estadunidense em busca de melhores condições sociais e econômicas. Por sua vez, parte da população local, no caso dos Estados Unidos pode-se afirmar parte da população branca, se sente ameaçada pela

heterogeneidade de culturas, tradições e mudanças que distintos povos migrantes podem gerar sobre o território.

Historicamente, pode-se ver que as transformações econômicas e sociais que se desenrolam levam muitos indivíduos a se ancorarem em suas etnias e suas identidades. No caso dos Estados Unidos, a crise de 2008-2009 produziu uma insegurança econômica e identitária a uma parcela da população que perdeu seus empregos, suas casas, suas hipotecas e seu bem-estar social. No período do governo Obama, muitas destas apostaram na mudança proposta por esta administração, no entanto as demandas de muitas destas famílias não foram atendidas.

Porém, quando Trump lança-se às primeiras muitas estadunidenses são atraídos por seu discurso populista e passam a apoiá-lo porque familiarizam-se com a sua fala, gerando uma sensação de que Donald Trump era o único que no momento era capaz de escutá-los e compreendê-los, uma espécie de salvador.

Por outro lado, o trabalho buscou aprofundar as análises de superficiais sobre a segurança identitária dos Estados Unidos e, através de pesquisa de dados, estudos acadêmicos, governamentais e de centros de estudos, compreender o que está por de trás dos discursos e concepções de Donald Trump e seu eleitorado. Pode-se concluir que a imigração não está relacionada com os altos níveis de criminalidade divulgados pelo governo dos Estados Unidos, ademais, que a economia norte-americana não é afetada pela saída das suas indústrias ao México ou pela entrada de novos imigrantes ao seu território pelo contrário, tais dinâmicas permitem que a própria economia se readapte ao novo cenário internacional. E, por último, que a heterogeneidade é uma característica que está intrínseca a sociedade, cultura e identidade dos Estados Unidos. De acordo com Lalami (2017), a América é diferente da Europa de uma maneira significativa: tem uma longa e bem-sucedida história de integração de seus imigrantes, mesmo que cada nova geração pense que os desafios que enfrenta são únicos e sem precedentes. É uma nação em que as pessoas vão usar verde no dia de São Patrício, sem pensar muito nos períodos durante os quais os irlandeses foram acusados de contaminar a nação com seus hábitos estrangeiros. Isso prova que não há uma medida objetiva de assimilação, mas sim uma história que prova que para que um país pudesse ser erguido, múltiplas nações de diversos cantos do mundo tiveram que atravessar o oceano para construí-lo.

REFERÊNCIAS

ALBA, Richard; NEE, Victor. **Remaking the American Mainstream**. Cambridge, Massachusetts. Harvard University Press, 2003.

ALTHAUS, Dudley; BOSTON, William. Why auto makers are building new factories in Mexico, not the U.S. **The Wall Street Journal**. 15 mar. 2015. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/why-auto-makers-are-building-new-factories-in-mexico-not-the-u-s-1426645802>. Acesso em: 14/10/17.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BRAUDEL, Fernand. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise financeira de 2008. In: *Revista de Economia Política*, vol.29, nº1 (113), pp.133-149, jan/mar.2009. disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v29n1/08.pdf>. Acesso em: 01/11/2017.

BROWNING, Christopher S. **International security: a very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2013.

BURNS, William J. Tough Choices for American Diplomacy. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2017/06/28/tough-choices-for-american-diplomacy-pub-71400>> Acesso em: 06/07/2017.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Ed. UNESP, 2012.

CAMAROTA, Steven A.; ZEIGLER, Karen. U.S. Immigrant Population Hit Record 43.7 Million in 2016. In: *Center for Immigration Studies*. Out.2017. Disponível em: <https://cis.org/Report/US-Immigrant-Population-Hit-Record-437-Million-2016>. Acesso em: 13/11/2017.

CANUTO, Otaviano. A crise asiática e seus desdobramentos. In: *Econômica*, nº 4, pp. 25-60, dez. 2000. Disponível em: <http://www.uff.br/revistaeconomica/v2n2/3-otaviano.pdf> Acesso em: 09/09/2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion S.; BRIGNOLI, Hector Perez. **Os métodos da história:** introdução aos problemas, métodos e técnicas da história demográfica, econômica e social. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

Center for Immigration Studies. The Legacy of the 1965 Immigration Act. In: *Center for Immigration Studies*. Set. 1995. Disponível em: <https://cis.org/Report/Legacy-1965-Immigration-Act> Acesso em: 09/09/2017.

CHEMIN, Beatris F. Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação. 2. ed. Lajeado: Univates, 2012. E-book. Disponível em: Acesso em: 30 out. 2017.

CHICHTI, Muzaffar; PIERCE, Sarah; BOLTER, Jessica. The Obama Record on deportations: Deport in Chief or not? In: *Migration Policy Institute*. Jan.2017. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/article/obama-record-deportations-deporter-chief-or-not>. Acesso em: 13/11/2017.

DANNREUTHER, Roland. **International security:** the contemporary agenda. Cambridge: Polity Press, 2008.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF JR., Robert L.; FERREIRA, Marcos Farias. **Relações internacionais:** as teorias em confronto: um estudo detalhado. Lisboa: Gradiva, c2003.

FAIRCLOUGH, NORMAN. **Discourse and Social Change**. Cambridge Polity Press. 2006.

FRIZZERA, Guilherme. **Análise de discurso como ferramenta fundamental dos estudos de Segurança – Uma abordagem Construtivista**. Conjuntura Global, Curitiba, vol. 2, n. 2, abr./jun., 2013, p.59-63.

FOGLEMAN, Aaron Spencer. **Hopefull Journeys**. Philadelphia. University of Pennsylvania Press, 1996.

GERBER, David. **American immigration: a very short Introduction**. Oxford. Oxford University Press, Inc, 2011.

GOMES, Aureo de Toledo. Análise de discurso e Relações Internacionais: duas abordagens. In: Revista Política Hoje, V. 20, N.2, 2011.

GRACIA, Tomás. (2004), "O giro linguístico" In: IGUIÑEZ, Lupicinio. *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. São Paulo: Vozes.

GOMES, Aureo de Toledo. Análise de discurso e Relações Internacionais: duas abordagens. In: Revista Política Hoje, V. 20, N.2, 2011.

Here's Donald Trump's Presidential Announcement Speech. Time. Disponível em: <<http://time.com/3923128/donald-trump-announcement-speech/>>. Acesso em: 06/07/2017.

HOUGH, Peter. **Understanding global security**. 2. ed. New York: Routledge, 2008.

HANDLIN, Oscar. **The Uprooted**. An Atlantic monthly press book. Boston, 1973.

HUNTINGTON, Samuel. **Quienes somos?** Bogotá. Editora Planeta, 2004.

HILLSTROM, Kevin. **Defining moments the dream of America: immigration 1870-1920**. Detroit, MI. Omnigraphics, Inc, 1963.

HOBBSAWM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1983.

_____. **Era dos extremos**: o breve século XX : 1914-1991. São Paulo: Campanha das Letras, 1995.

HOBAN, Brennan. Do immigrants “steal” Jobs from American workers? In: *Brookings*. Ago.2017. Disponível em: <https://www.brookings.edu/blog/brookings-now/2017/08/24/do-immigrants-steal-jobs-from-american-workers/>. Acesso em: 12/11/2017.

KLEINFELD, Rachel. Rethinking U.S. Security Assistance Beyond the Leahy Law. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2017/06/28/rethinking-u.s.-security-assistance-beyond-leahy-law-pub-71391>>. Acesso em: 06/07/2017.

KENNEDY, Paul; DUTRA, Waltensir. **Ascensão e queda das grandes potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KOVEN, Steven G.; GÖTZKE, Frank. **American Immigration Policy**. Lauderdale, FL. Florida Atlantic University, 2010.

LALAMI, Laila. What Does It Take to ‘Assimilate’ in America? In; *The New York Times Magazine*. Ago.2017. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2017/08/01/magazine/what-does-it-take-to-assimilate-in-america.html>. Acesso em: 12/11/2017.

MELO, Iran. (2009), “Análise de Discurso e Análise Crítica do Discurso: Desdobramento e Intersecções. In: Pêcheux, M. Análise automática do discurso. In: GADET, F. Hak, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso* – introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Unicamp. Pp 61-161, 1990.

MARTIN, Philip. Comércio e migração: a experiência do NAFTA e suas implicações. In: *International Centre for Trade and Sustainable Development*. Vol.10, dec. 2014.

Disponível: <https://www.ictsd.org/bridges-news/pontes/news/com%C3%A9rcio-e-migra%C3%A7%C3%A3o-a-experi%C3%Aância-do-nafta-e-suas-implica%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 09/09/2017.

MARTINS, Andreia. Presidenciais nos EUA: quem são os candidatos à Casa Branca? In: *RTP Notícias*. Fev.2016. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/presidenciais-nos-eua-quem-sao-os-candidatos-a-casa-brancat_n892881. Acesso em: 18/11/2017.

MEDIA, Edison. How groups voted in 2008. In: *Roper Center for Public Opinion Research*. 2008.

MEDEIROS, Marcelo; LIMA, Marcos; VILLA, Rafael; REIS, Rossana (Orgs.). **Clássicos das Relações Internacionais**. São Paulo, SP. Hucitec, 2011.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das relações internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

ORLANDI, Eni. (1999), *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. Pontes: Campinas.

ONUF, Nicholas; **KUBÁLKOVÁ**, Vendulka; **KOWERT**, Paul. *International Relations in a Constructed World*. New York: M. E. Sharpe, 1998.

ORCHOWSKI, Margaret Sands. **The Law That Changed The Face of America**. Lanham, Maryland. Rowman & Littlefield, 2015.

PECEQUILO, Cristina Soreanu; RESENDE, Erica Simone Almeida (Orgs.). **Os Estados Unidos no mundo atual**: Cristina Soreanu Pecequilo, Erica Simone Almeida Resende, Eugenio Diniz, organizadores. Curitiba: Juruá, 2010.

_____, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**. 2. ed. ampl. atual. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

PRESTON, Julia. Immigrants Aren't Taking Americans' Jobs, New Study Finds. In: *The New York Times*. Set.2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/09/22/us/immigrants-arent-taking-americans-jobs-new-study-finds.html>. Acesso em: 12/11/2017.

PARDY, Sean. 1968: a rebelião estudantil nos Estados Unidos. In: *Revista Cult*. 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/1968-a-rebeliao-estudantil-nos-estados-unidos/> Acesso em: 09/09/2017.

PEREDA, Cristina F. Quem é quem? Os candidatos democratas à Casa Branca em 2016. In: *Jornal El Pais*. Out.2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/14/internacional/1444839402_195039.html. Acesso em: 18/11/2017.

ROTHKOPF, David. How Bush, Obama, and Trump Ended Pax Americana. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2017/06/27/how-bush-obama-and-trump-ended-pax-americana-pub-71371>>. Acesso em: 06/07/2017.

ROTHKOPF, David. The Greatest Threat Facing the United States Is Its Own President. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/2017/07/04/greatest-threat-facing-united-states-is-its-own-president-pub-71433>>. Acesso em: 06/07/2017.

SUANO, Marcelo José Ferraz. CIÊNCIA DA DEFESA (COMPARAÇÃO COM O PERCURSO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS)) In: II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2008, Rio de Janeiro. II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 2008.

SHEEHAN, Michael. **International security**: an analytical survey. Boulder: Lynne Rienner Publishers, c2005.

STROBEL, Christoph. **The New Americans**. Santa Barbara, California. The Greenwood Press, 2010.

SKERRY, Peter. Do we really want immigrants to assimilate? In: *Brookings*. Mar.2000. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/do-we-really-want-immigrants-to-assimilate/>. Acesso em: 12/11/2017.

TIME Staff, julho de 2015. In: Revista Times. Disponível em: <http://time.com/3923128/donald-trump-announcement-speech/>. Acesso em: 07/07/2017.

TANNO, Grace. A contribuição da Escola de Copenhague aos estudos de segurança internacional. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, vol.25, no 1, janeiro/junho 2003, pp.47-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>>. Acesso em: 06/07/2017.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna. teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TAUB, Amanda. Donald Trump and the politics of White insecurity. In: *VOX*. Jul. 2015. Disponível em: <https://www.vox.com/2015/7/20/9002763/trump-immigrants-immigration>. Acesso em: 20/10/2017.

TAUB, Amanda. Behind 2016's Turmoil, a Crisis of White Identity. In: *The New York Times*. Nov.2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/11/02/world/americas/brexit-donald-trump-whites.html>. Acesso em: 20/10/2017.

WAEVER, Ole. Identity, integration and security: solving the security puzzle in EU studies. *Journal of International Affairs*, vol. 48, n.º 2, p.389-431, 1995.

United States. Department of Homeland Security. *Yearbook of Immigration Statistics: 2014*. Washington, D.C., 2016.

_____. Department of Homeland Security. *Yearbook of Immigration Statistics: 2009*. Washington, D.C., 2010.

_____. Department of Homeland Security. *Yearbook of Immigration Statistics: 2010*. Washington, D.C., 2011.

_____, Immigration and Naturalization Services. *Annual Reports of U.S: 2005*. Washington D.C., 2006.

_____, Department of Commerce, Economics and Statistics Administration. *U.S. Census Bureau: 2000*. Washington, D.C., 2001. Disponível em: <https://www.census.gov/prod/2001pubs/c2kbr01-1.pdf> Acesso em: 01/11/2017.

_____, Department of Justice Immigration and Naturalization Services. *2000 Statistical Yearbook of Immigration and Naturalization Service*. Washington D.C., 2001. Disponível em: <https://www.dhs.gov/xlibrary/assets/statistics/yearbook/2000/Yearbook2000.pdf> Acesso em: 01/11/2017.

_____, Bureau of Economics Analysis. *Gross Domestic Product: Third Quarter 2017*. Washington D.C., 2017. Disponível em: https://www.bea.gov/newsreleases/national/gdp/2017/pdf/gdp3q17_adv.pdf. Acesso em: 01/11/2017.

WILKINSON, A. B. U.S. Multiculturalismo r Cultural Assimilation? In: *Huffington Post*. Jan.2015. Disponível em: https://www.huffingtonpost.com/a-b-wilkinson/us-multiculturalism-or-cultural-assimilation_b_8218490.html. Acesso em: 12/11/2017.